

UNESP  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

**Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP**

MARCELO GONÇALVES RODRIGUES

**O TEMPO LIVRE COMO PALIMPSESTO DO TEMPO DE TRABALHO:
TEMPORALIDADE E IDEOLOGIA**



**ARARAQUARA – SP
2016**

MARCELO GONÇALVES RODRIGUES

**O TEMPO LIVRE COMO PALIMPSESTO DO TEMPO DE TRABALHO:
TEMPORALIDADE E IDEOLOGIA**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências e Letras UNESP/Araraquara por Marcelo Gonçalves Rodrigues como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar, sob orientação do Prof. Dr. Ari Fernando Maia.

Linha de pesquisa: Teorias Pedagógicas, Trabalho Educativo e Sociedade.

Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

ARARAQUARA – SP

2016

RODRIGUES, Marcelo Gonçalves.

O tempo livre como palimpsesto do tempo de trabalho:
Temporalidade e Ideologia / Marcelo Gonçalves
Rodrigues, 2016

163 f.

Orientador: Ari Fernando Maia

Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara,
2016

1. Temporalidade 2. Tempo Livre. 3. Ideologia. 4.
Universidade. 5. Professor Universitário. 6. Educação.

I. Universidade Estadual Paulista. UNESP. Faculdade de
Ciências e Letras. II. Título.

O TEMPO LIVRE COMO PALIMPSESTO DO TEMPO DE TRABALHO:

TEMPORALIDADE E IDEOLOGIA

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências e Letras UNESP/Araraquara por Marcelo Gonçalves Rodrigues como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar, sob orientação do Prof. Dr. Ari Fernando Maia.

Data da defesa: 29/ 02/ 2016

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Ari Fernando Maia (UNESP – Bauru)

Membro Titular: Prof. Dr. Antonio Euzébios Filho (UNESP – Bauru)

Membro Titular: Prof. Dr. Divino José da Silva (UNESP – Presidente Prudente)

Membro Suplente: Prof. Dr. Ângelo Antonio Abrantes (UNESP – Bauru)

Membro Suplente: Prof. Dr. Luiz Antonio Calmon Nabuco Lastória (UNESP – Araraquara)

Local: UNESP (Universidade Estadual Paulista)
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Marines Gonçalves Rodrigues e Nelson Rodrigues, pelo incentivo aos estudos desde sempre mesmo com todas as dificuldades e não podendo oferecer as melhores escolas. Ainda assim conseguiram com que eu desenvolvesse o gosto pela letra e pela escuta de suas cifras.

À Viviane, meu amor, fiel companheira de tanto tempo, sempre ao meu lado, inclusive, nos momentos delicados de angústia e desespero. Por tudo que tem me ensinado, dando-me ânimo e força para não desistir desse mundo tão injusto e ameaçador.

Ao meu irmão André pelo respeito, amizade e pelas conversas políticas do nosso querido país. À Emileny por fazer parte da educação de alguma maneira. À minha pequena sobrinha Thayná que durante o desenvolvimento teórico desta dissertação perguntou-me se eu não trabalhava, ressoando desde cedo as marcas da representação pejorativa do capital sobre o exercício do trabalho intelectual. Ao meu avô José Martins Gonçalves pelas histórias, pelo cuidado e pelo interesse em meu mestrado. À minha avó Paula Ximenes (*in memoriam*).

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ari Fernando Maia, cujos sons de suas aulas me despertaram de um sono durante a graduação, escancarando a realidade cínica das formas materiais e morais da vida. Mas principalmente pela prudência, responsabilidade, paciência e dedicação para que este trabalho fosse possível.

À querida professora Dra. Ana Claudia Bortolozzi pelo carinho, confiança e incentivo desde a graduação e pela leitura cuidadosa e atenta deste trabalho na orientação do exame de qualificação. Ao prof. Dr. Luiz Calmon Nabuco Lastória pelo estímulo em suas excelentes aulas na pós.

Aos professores Dr. Divino José da Silva e Dr. Antonio Euzébios Filho por enriquecerem este trabalho com suas contribuições e críticas.

Aos amigos que fiz na faculdade e que ficaram de alguma maneira, Alexandre Bertoncini, Diogo Garcia, Thiago Raymondi e Mariana Marcellino pela companhia, madrugadas clínicas e bebidas. Ao amigo de mestrado Flávio Roberto Chaddad

pelas discussões pertinentes dos rumos da educação e por que não da vida tão dolorosa nessa miríade de desafios e demandas adaptativas. Ao grande amigo poeta, escritor e crítico literário que em seu tempo livre trabalha como psicólogo, Gabriel Felipe Justino, pelas divertidas, numerosas e longas conversas.

À minha analista que na sua escuta de bem dizer ao ecoar o divã deslizou-me a uma produção de um saber e possibilitou que eu voltasse a sonhar com os “*divaneios*” da vida. Essa jornada ainda será longa, mas aqui, desde já, o meu obrigado.

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação e da biblioteca. Aos professores que contribuíram com as entrevistas, dispondo de seus preciosos tempos para que o trabalho pudesse se concretizar objetivamente. Foram fundamentais.

À CAPES pelo apoio financeiro que me permitiu mais tempo à dedicação e à realização deste trabalho.

“A vida inteira deve assemelhar-se à profissão e esconder sob tal semelhança aquilo que ainda não está dedicado de imediato ao ganho.”

Theodor Adorno

“Como passamos rapidamente sobre esta Terra! O primeiro quarto da vida passou antes que soubéssemos seu emprego; o último quarto ainda passa depois que deixamos de desfrutá-lo. Primeiro não sabemos viver; logo já não o podemos e, no intervalo que separa essas duas extremidades inúteis, três quartos do tempo que nos sobra são consumidos pelo sono, pelo trabalho, pela dor, pela obrigação e pelos sofrimentos de toda espécie. A vida é curta, menos pelo pouco tempo que dura do que porque desse pouco tempo de quase nenhum dispomos para poder saboreá-la. Por mais que o momento da morte esteja afastado daquele do nascimento, a vida é sempre curta demais quando esse espaço é mal preenchido.”

Jean-Jacques Rousseau.

“Seria bom comprar livros se, junto com eles, fosse possível comprar também o tempo para lê-los”.

Arthur Schopenhauer

RESUMO

RODRIGUES, Marcelo Gonçalves. **O TEMPO LIVRE COMO PALIMPSESTO DO TEMPO DE TRABALHO: TEMPORALIDADE E IDEOLOGIA.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Câmpus Araraquara, 2016.

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise teórica da temporalidade no capitalismo tardio com vistas a aprofundar os usos da temporalidade como ideologia. Essa análise se complementa com um estudo empírico cujo propósito é compreender os usos do tempo livre do professor universitário e os impactos na dimensão temporal do seu trabalho frente às tecnologias digitais e a aceleração dos processos materiais. O estudo empírico consistiu em entrevistas que se realizaram com dois professores do ensino superior de uma Universidade Pública no interior do Estado de São Paulo. A orientação teórico-metodológica para a execução do trabalho foi prioritariamente regida pela Teoria Crítica da Sociedade, ancorada pela sua primeira geração de pensadores – Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin e Herbert Marcuse. Em princípios teóricos, o termo temporalidade se refere à modalidade típica de vivência-experiência temporal humana, mediada pela forma da ordem social e pelas tecnologias que regulam e alteram nossa percepção espaço-temporal ao fomentarem a sensação de compactação e aceleração dos processos constitutivos da materialidade e da subjetividade. A partir da investigação empírica, concluímos que a heteronomia dos centros de pesquisa e ensino aprofundou características da chamada universidade operacional, como ressonância do aceleração dos sistemas de vida na sociedade capitalista. A consolidação desse modelo de universidade cria barreiras para que o professor não exerça com autonomia aquilo para o qual essencialmente é designado: ensinar com tempo disponível, pesquisar, fazer extensão, e principalmente, sem prejudicar seu tempo livre. Admitimos todas essas problemáticas de ordem estrutural produtiva, ética e política, a partir do eixo da temporalidade, da análise teórica deste trabalho de dissertação, e das observações pontuadas e analisadas nas entrevistas com os docentes. Para além disso, levantamos reflexões sobre os usos do tempo livre do docente universitário, concluindo que este período temporal se transubstanciou em um palimpsesto do tempo de trabalho, o que indica que se tornou urgente reflexões e pesquisas sobre a dimensão temporal na universidade e políticas de resistência para a reformulação radical desse quadro.

Palavras chave: Temporalidade, Tempo Livre, Ideologia, Universidade, Professor Universitário, Educação.

ABSTRACT

RODRIGUES, Marcelo Gonçalves. **THE FREE TIME AS PALIMPSEST WORKING TIME: Temporality and Ideology.** (Master thesis). Graduate School Education Program, Faculty of Science and Letters, the University Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho". Araraquara campus, 2016.

This paper aims to conduct a theoretical analysis of temporality in late capitalism with a view to deepen the uses of temporality such as ideology. This analysis oneself complement with an empirical study whose purpose is to understand the uses of free time of the university teacher and the impacts on the temporal dimension of his work compared to digital technologies and the acceleration of material processes. The empirical study consisted of interviews were done with two teachers from higher education at a university in the State of São Paulo. The theoretical-methodological guidance for the work execution was primarily governed by the Critical Theory of Society, anchored by its first generation of thinkers – Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin e Herbert Marcuse. In theoretical principles, the term temporality refers to the typical mode of human temporal experience-experimentation, mediated form of social order and by the technologies that regulate and alter our perception of space-time to foment the feeling of compaction and acceleration of the constituent processes of materiality and subjectivity. From the empirical research, we conclude that the heteronomy of research and teaching centers deepened characteristics of the operational university, as a resonance of acceleration of living in capitalist society. The consolidation of this university model, creates barriers for the teacher to don't exercise with autonomy what was essentially designed to do, which is: to teach with available time, survey, to extension, and especially, without harming your free time. We admit all these issues productively structural, ethics and politics, starting the axis of temporality, of the theoretical analysis of this master thesis, of observations punctuated and analyzed in interviews with the teachers. Furthermore, we raised reflections on the uses of university teaching free time, concluding that this time period himself transubstantiated in a palimpsest of working time, indicating that became urgent reflections and research about the temporal dimension at university and politics of resistance to the radical rewording this situation.

Keywords: Temporality. Leisure. Ideology. University. College Teacher. Education

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perguntas realizadas aos professores.....	121
Quadro 2: Categorias prévias de análise.....	122
Quadro 3: Comparativo entre as respostas dos professores participantes.....	123

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – Aceleração, embotamento e semiformação	22
1.1 Tempo de giro e flexibilização do capital	30
1.2 Temporalidade e memória perdida: do flash da técnica ao vampirismo audiovisual	43
CAPÍTULO 2 – Um tempo livre ocupado na recreação racional	51
2.1 Revisitando algumas concepções de tempo livre e lazer	54
2.2 Relações entre trabalho docente, Tempo livre e Tecnologia digital	64
CAPÍTULO 3 – Aceleração temporal e o congelar da reflexão	82
3.1 O tempo de trabalho como palimpsesto do tempo livre, um problema?...82	
3.2 O tempo livre ocupado em pseudoatividades: afinal, o machado em casa economiza o carpinteiro?	103
3.3 Algumas considerações pontuais sobre a temporalidade na cultura digital à luz da Teoria Crítica da Sociedade	111
CAPÍTULO 4 – Metodologia de análise utilizada nas entrevistas com docentes de uma universidade pública	120
MÉTODO	120
CAPÍTULO 5 – Análise dos resultados e Universidade operacional: a radicalidade do modelo burguês de pensamento	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	160

APRESENTAÇÃO

Pensar o conceito de temporalidade na sociedade hodierna implica considerarmos os desafios e possibilidades concretas de se estruturar uma crítica política, social e econômica do tempo a partir dos reflexos da flexibilidade das demandas globais da cultura digital em algumas repartições da vida, como: nos usos indiscriminados da tecnologia no tempo de trabalho estranhado, no lazer e conseqüentemente na educação. Em especial, apontar as rupturas e prejuízos provocados às relações humanas pela legitimação de uma criação do próprio Homem: a *ratio* instrumental.

A racionalidade técnica é hegemônica e aplicada às formas de conexão e interconexão fluida e dinâmica do mundo capitalista em seus modos de constituir a materialidade e a subjetividade num isolamento compacto e acelerado em meio a trocas constantes. O estado social subordinado aos fatores sistemáticos de regulamentação do poderio financeiro do capital é estimulado fortemente na sensação de compressão do espaço-tempo. A razão desse desdobramento está na plasticidade do giro econômico de mercado cujos sinais de retroalimentação alertam ao imperativo do consumo e na explosão manipulativa de recursos tecnoimagéticos descartados tão instantaneamente quanto os processos históricos, sociais, éticos e filosóficos são desvanecidos. Podemos, assim, refletir nesse aspecto, sobre a morte da experiência numa dimensão temporal sem mediação e vazia. Por isso, algumas questões podem ser colocadas em rota para deslizarmos o pensamento deste trabalho.

É livre um tempo regido pelas correntes do sistema de trocas e produção do capital? Há uma perspectiva temporal para além daquela controlada pela racionalidade econômica de consumo? Quais seriam as alternativas para se pensar ou se efetivar o uso do tempo livre desvinculado da sensação de perda de tempo e dedicado, em maior medida, a atividades de formação cuja finalidade não está atrelada à universalidade operacional? Como explicarmos a relação entre uma experiência de tempo cada vez mais intensa e as inúmeras renovações da técnica que prometem economia de tempo?

Se o progresso tecnológico em seu telos anunciava aos mais românticos o aumento do tempo disponível, por qual razão essa meta não se sedimentou? O que

faltaria, afinal, para validar a assunção aristotélica sobre a libertação do trabalho caso surgissem máquinas autônomas tal como os Tripés de Vulcano, as asas de Dédalo e Ícaro ou ainda as tratativas marxianas de que quanto menos tempo para produzir mais tempo para outras produções, sejam materiais ou espirituais? O que sob esse aspecto ocorreu para modificar o curso daquilo que parecia uma lógica, inclusive, de caráter meramente operacional?

Algumas hipóteses críticas se direcionam justamente ao progresso material que traz um ritmo em constante aceleração, e, que transforma completamente o processo de vida social. Segundo alguns autores, o tempo em si mesmo se converte em ideologia, em justificativa para o “progresso”. Essa dinâmica de vida compatível com o funcionamento do capitalismo, impossibilita a durabilidade das relações humanas tanto quanto revelam a real faceta dos itens de consumo, objetos de profundo desejo no momento de sua aquisição, imediatamente após perderem seu embrulho, evidenciam sua inutilidade. Esse sintoma diz respeito ao que Alvin Toffler nomeou na década de 70 de dinâmica de uma sociedade do descarte¹.

Contudo, como podemos medir o ritmo da vida ante às flutuações dinâmicas da materialidade? A tentativa parte de uma perspectiva tanto subjetiva quanto objetiva, ou em uma que una ambas. No panorama subjetivo, temos uma aceleração da velocidade da vida que se opõe à velocidade do elemento vida. Isso tem efeitos na percepção do tempo como um bem escasso que resulta no sentimento comum a nossa sociedade, o de estar o tempo todo em estado apressado, pressionado e sob estresse. São estes processos que nos afirma Rosa (2010) em suas análises no ensaio crítico sobre *Aliénation et accélération*: a vida social acelerada acelera também a vivência humana do próprio tempo.

Logo, concentrar-se nos padrões temporais é a maneira central para que se possibilite o exame da estrutura e da qualidade de nossas vidas. Em linhas gerais,

¹ Harvey em sua obra *Condição Pós-Moderna*, cita Alvin Toffler a respeito dessa dinâmica compulsória que encampa as esferas econômicas e sociais da vida humana. O efeito da instantaneidade é o resultado primário do domínio da produção célere de mercadorias. A isso podemos complementar com a geração *fast-food*, alimentos instantâneos e produtos com obsolescência programada. Debord em *Sociedade do Espetáculo* chama a atenção para esse fato quando diz que o propósito primordial de economizar tempo com refeições é o de gastá-lo em frente a TV. Para dimensionar melhor essa questão sobre a descartabilidade, Harvey infere que ela significa mais do que jogar fora bens produzidos; significa também ser capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser.

significa que todos os aspectos da vida podem ser abordados numa perspectiva da temporalidade e também das estruturas temporais que ligam nossas objetivações materiais – os níveis macro e microscópicos da sociedade. Rosa (2010) delimita cirurgicamente que nossas ações políticas são coordenadas e compatíveis com os imperativos sistêmicos de relações capitalistas modernas através de normas, limitações de tempo e regulamentos, e tais normatizações não são determinadas num nível ético.

A dimensão temporal opera como elemento ideológico fundamental nas sociedades capitalistas atuais, porque nela se sedimenta a principal *justificativa* não problematizada da manutenção desta ordem. Nesse sentido, a ideia de aceleração das mudanças sociais, é paradoxal, pois ao mesmo tempo em que somos obrigados a abandonar valores, hábitos, conhecimentos e objetos materiais que se tornam cada vez mais rapidamente obsoletos, mantém-se aquilo que é essencial em uma sociedade baseada na produção de mercadorias, uma sociedade alienada.

Esse repasse crítico é importante à identificação das correlações entre a propulsão da tecnologia no esgotamento temporal e a leitura acerca da temporalidade em frações de tempo sob a égide do reforço das relações de produção social. Esta crítica à temporalidade no capitalismo tardio permite identificar a aceleração como categoria fundamental para a compreensão da natureza do tempo na sociedade burguesa. Uma crítica direcionada às consequências éticas e políticas na sociedade hodierna modulada por uma alta e intensa velocidade a qual dessincroniza três níveis das estruturas sociais que, juntos, poderiam “organizar nossas vidas para que fossem, em tese utópica, contempladas”: a técnica, o social e o ritmo da vida.

Estes conjuntos determinantes aos resultados que a aceleração do progresso técnico trouxe e trará à vida social, são evidentes e contundentes, mas sua realização, é importante afirmar, não se dá num campo ético-político. É a aceleração técnica em um liame articulado com a fluidez do capital especulativo-dinheiro enquanto procedimento radical que transforma o espaço-tempo, a mobilidade e restrição geográfica, sua duração, percepção e organização do ponto de vista da sociedade, da cultura, da história e da vida política. Sobre essa vivência temporal, uma dinâmica objetiva aplicada a quase todos, também vista como experiência do

tempo, podemos chamar de temporalidade. Uma vivência que expressa a forma precária da experiência temporal do humano regulada pela técnica e estrutura produtiva econômica que assenta a vigência da sociedade industrial.

Esse quadro nebuloso e também estrutural das formas de vida é um conjunto que se apresenta ao sujeito como mera ideologia de fábrica. Ideologia é a expressão da dominação e reificação da falsa consciência esclarecida, que nega o movimento histórico do objeto e do próprio conceito de ideologia. Para Adorno (2010) significa a *justificação* da ordem social a partir de um pensamento ordenado por estereótipos e preconceitos sendo, por isso, mentira manifesta. Mas, dialeticamente, embora seja uma falsa consciência, não é apenas falsa ou mentira no todo, há ao mesmo tempo resíduos ou núcleos de verdade nas ideologias, que consubstanciam suas formas históricas em contradições objetivas que se complementam na subjetividade. O que torna as ideologias falsas é sua pretensão de validade universal, ou sua desconsideração pelos limites postos ao próprio pensamento.

Portanto, “Se hoje mais do que nunca a ideologia incita o pensamento à positividade, ela registra astutamente o fato de que justamente essa positividade é contrária ao pensamento e de que se carece do encorajamento amistoso da autoridade social para habituá-lo à positividade” (ADORNO, p.25). Assim, a ideologia é o instrumento que recusa as possibilidades de emancipação e fortalece a reprise das mesmas relações de dominação e poder em curso na história. Por isso ela é verdade para si no protótipo burguês de opressão e falsa a todo e qualquer que esteja sendo dominado, oprimido, alienado e impedido de suas realizações nesse modelo. A bem dizer, para Adorno a resistência para que surgisse um início de esperança de constituirmos em sentido pleno a subjetividade pela experiência seria na recusa do existente, clareando os pontos falsos do real apresentado via a autorreflexão. Contudo, ainda ausentes dela, somos organizados pela heteronomia.

Além do mais, mediante estes preceitos, as ideias de liberdade e autonomia como autodeterminação coletiva sob a forma de luta pela emancipação, derrubando os obstáculos políticos institucionais, para Rosa (2010), sempre foram a centralidade do pensamento da Teoria Crítica da Sociedade e da filosofia em geral. Essa tradição conceitual crítica de deslindamento da realidade dada, na aceção das formas de vida que todos levamos, não deve ser justificada por uma fundamentação normativa

universalista. Qual seja, disparar o gatilho de promessas de autonomia às pessoas sob um falso direito de elas descobrirem como oportunidade um estilo de vida correspondente aos seus desejos, aspirações e capacidades genuínas. Perpassaremos, no item 3.2 do capítulo 3, sobre esta fundamentação do protótipo de vivência-experiência temporal humana.

A expansão de recursos tecnocráticos facilitadores do consumo, da comunicação e do transporte fez retrair a vivência e o modo de sentir o tempo, parece haver um firmamento de sensação no coletivo de que existe uma simultaneidade de espaço. Essa revolução em parte profícua às realizações humanas, inibiram períodos com relativa estabilidade, os quais são imprescindíveis para que uma função primordial se mantenha viva: as experiências passadas. Estas, de acordo com Rosa, são importantes para guiar nossas ações a partir tanto do conhecimento do passado quanto do projeto de futuro.

Tanto Rosa (2010) quanto Crary (2014) são taxativos ao afirmarem que a aceleração da temporalidade social e da troca dos produtos é lesiva à capacidade da memória coletiva dos povos; o conhecimento histórico se perde sem deixar marcas, ao passo que aumenta a velocidade com que se declina a experiência e se comprime o tempo presente. Se a funcionalidade material incute novas estruturas de pensar e sentir o tempo, assim como há uma crise na própria experiência do espaço-tempo, como estariam as atividades mais nobres, ou atividades da Universidade e o tempo livre do docente frente às demandas céleres e ininterruptas do circuito digital e da tendência à operacionalização de suas funções? Poderia ser a universidade um oásis de desaceleração em meio ao frenesi da troca de mercadorias?

Para se discutir e elucidar essa questão é importante estabelecer, a seguir, alguns apontamentos basilares que delimitarão os desdobramentos conceituais da reflexão desta dissertação. Primeiramente, é preciso entender que os usos do tempo livre na sociedade moderna tal como o tempo de trabalho alienado, dão mostras da impossibilidade de os sujeitos se determinarem como proprietários de seu trabalho e dos produtos do trabalho. Os meios de produção do capitalismo tardio, a indústria cultural com a recreação racional do lazer, administram e controlam a utilização do

tempo livre de tal modo que ele constitui-se também num interceptor arbitrário à liberdade.

Segundo que as noções, na sociedade, sobre trabalho e folga, são, a um só tempo, estabelecidas como processos distintos na aparência, enquanto no real estão no mesmo plano operacional, sem que ocorra a percepção das distinções entre os dois momentos. Terceiro, podemos perquirir se há possibilidades de formação mínima no âmbito educacional ante a aceleração do trabalho concomitante ao desenvolvimento de novos mecanismos disciplinadores no âmbito acadêmico, cujas exigências se contrapõem e formam barreiras à finalidade exigida.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho consiste em: análise teórica da temporalidade – neste caso, ressaltamos que temporalidade se refere à manifestação da modalidade típica de vivência-experiência temporal humana, mediada pela forma da ordem social e pelas tecnologias – no capitalismo tardio visando aprofundar os usos da temporalidade como ideologia; e analisar os empregos do tempo livre de professores do ensino superior para se costurar a relação estabelecida entre a sua vivência temporal e a dimensão da temporalidade na prática de seu trabalho. Ademais, identificar problemas e possibilidades de crítica à temporalidade no âmbito do trabalho universitário.

Tendo em vista isso, algumas indagações acerca da constituição da atividade docente na universidade são relevantes para o alongamento da análise reflexiva desse objeto, são elas: como a categoria docente dimensiona seu tempo de trabalho e seu tempo livre, cindido entre as necessidades de lazer e aprimoramento intelectual? Como o professor universitário utiliza seu tempo livre e quais relações existem entre este e o seu tempo de trabalho? Quais usos o professor faz do tempo e de que forma experiencia o trabalho no tempo? Como o docente considera a quantificação do tempo trabalhado e do tempo livre? Há de sua parte diferenciação entre esses processos temporais? Essas questões são necessárias para se averiguar se há uma identidade formal, ou se há distinções qualitativas verificáveis entre os respectivos processos.

Entender a vivência temporal do professor em relação ao exercício da docência e do tempo livre perfaz um dos propósitos deste trabalho, além de

compreender melhor como está o trabalho docente em relação ao ideal de formação intelectual. É importante também avaliar conceitualmente, com base nos subsídios das referências críticas, a relação estabelecida entre a falsa ideia de formação docente e suas ambiguidades que encampam a totalidade dos espaços educacionais.

Tanto a ideia de formação quanto as contradições que percorrem seu núcleo, passam pela transformação da universidade inteiramente operacional nesse momento. O que isso quer dizer? Uma universidade cujo espaço está destituído ou longe de mirar a autonomia e totalmente alheia ao conhecimento, à formação e ao trabalho intelectual aprofundado. Uma universidade heterônoma cujos fins são os meios, funções padronizadas, locupletada por tarefas técnicas, regida pela eficácia de programas organizacionais nos quais o humano vem depois dos recursos empreendidos.

Desregulamentação e maximização do lucro operam contra a essência da universidade licenciada e na medida em que ela se adapta a essas perspectivas neoliberais, cada vez mais, distancia-se de suas atividades primordiais. No ensino universitário privado esse giro acelerado de capital e mercado é efetivado a partir de propagandas que prometem a todos a acessibilidade do conhecimento, uma boa formação, trabalho e salários compatíveis com suas funções. Constitui-se, arbitrariamente, como a pedra de toque de uma mentira manifesta. Uma promessa de felicidade desde que se renuncie à felicidade. Populariza-se o diploma para enfraquecê-lo frente ao mercado que com isso fica ainda mais fortalecido, pois se legitima a baixa remuneração e contratos de risco ao empregado sem implicações ao empregador. A universidade pública munida de seu telos substancial deveria resistir às demandas do mercado e oferecer oportunidades de crítica à ordem social, entretanto, tem se dobrado em níveis ascendentes aos imperativos do capital.

Em outros termos, se o espaço universitário se torna operacional e, como tal, expropriado no avesso ao trabalho intelectual, formam-se operários com baixos salários, vigem contratos flexíveis e predomina a precariedade das condições de trabalho do educador e do educando. Mostras dessas tendências estão aos montes nas universidades: horas de trabalho aumentadas, inúmeras ocupações com problemas de ordem exterior ao processo criativo e formativo, como reuniões,

pareceres, comissões, obrigações de participação em eventos etc. Isso tudo é uma parte das condições da esfera política e ética que, somada à abertura da formação universitária à iniciativa privada, alicerça a universidade num operacionalismo que a distancia dos propósitos de autonomia e formação.

Ainda sob esse jugo, podemos refletir sobre as novas formas de organização dos programas de pós-graduação no país, sobre os quais vigoram cortes que atingem tanto o investimento, especialmente na área de humanas, quanto principalmente o tempo – os prazos – para a execução daquilo que poderíamos chamar de um trabalho com planejamento e consistência. A persistência dessa mentalidade de operação técnica é o produto da volatilidade, e seu efeito colateral é chamado de “resfriado yuppie”². Ela dificulta o que seria um plano de análise e estudo mais duradouro, e isso vale para as relações humanas, inclusive. Dar preferência para planejamento de curto prazo visando ganhos na mesma dinâmica temporal comprimida significa o que Harvey (2000) alerta sobre o imperativo da administração norte-americana: trabalhar com a volatilidade é importante para também se acelerar o tempo de giro. Esses mecanismos operativos culminam na compactação da dimensão do espaço e do tempo por refletir as consequências advindas da relação estabelecida pelos trabalhadores acachapados na flexibilização do capital.

O domínio maciço dessa efemeridade aplicada à educação pública resulta na subcontratação e estrangulamento tal como ocorre no ensino básico e médio que já se encontra em ruínas morais e materiais. É o que podemos chamar de impulso forjado por governos para economizar com assistência educativa. Fato que desconsidera a qualidade do serviço prestado, a obrigação e o dever do próprio Estado. Com isso caminha-se em comunhão o Estado com os seus sócios do ramo empresarial para um único fim: privatizar o ensino via uma educação mafiosa que reforça em médio e longo prazo a ideologia que os donos do capital precisam para invisibilizar as injustiças econômicas e sociais. Um recurso potente de adaptação silenciosa. E o que se possibilita como resultado final? Consumo desmedido via descarte, desprezo por atividades intelectuais concentradas e pausadas; aceleração de informações e estímulos desconstruídos que geram sobrecarga sensorial

² Uma condição de estafa psicológica que paralisa a ação de pessoas talentosas e produz duradouros sintomas semelhantes aos do resfriado (HARVEY, 2000, p. 259).

repousada no despotismo da distração e aumentam a percepção de volatilidade e compressão do espaço-tempo.

Portanto, a dimensão de aceleração temporal do trabalho e do tempo livre, por ser cada vez mais avassaladora, pode abarcar e nortear a temporalidade relacionada ao “tempo livre”, seus objetos e objetivos se imiscuindo aos de cunho profissional e pessoal, pois a esperança de experiência foi engolida por esse cronos que descontinua a dimensão que temos do tempo. Parece que resta apenas uma regra fundamental à materialidade plástica fundida pelo capital concentrado, em especial a abordada por Rosa (2010): só podemos ter vida e pensamento por fragmentos de tempo, estamos entregues à velocidade. Porém, para o campo da docência reconstituída como uma arena da confusão, essa dimensão temporal abalada abre questões para se refletir sobre o adoecimento docente e questionamentos sobre a qualidade da apropriação cultural que é possível nesse momento na Universidade. É nesse sentido que urge a crítica à aceleração do tempo nas instituições de ensino, culminando no produtivismo acadêmico, em contraposição à apropriação subjetiva e objetiva considerada adequada para se produzir conhecimentos minimamente aceitáveis em uma perspectiva intelectual, não pragmática.

Em que pese essas considerações expressas nas especificidades conceituais históricas explicativas acerca da temporalidade, redigiremos como direção à crítica algumas proposições no decorrer desta dissertação: analisar como se dão as utilizações do tempo livre pelo professor do ensino superior em consonância às determinações objetivas de seu trabalho subjetivo no preparo e planejamento dos conteúdos ministrados em sala de aula. Questionar se o trabalho docente ainda pode ser considerado atividade intelectual. Para tanto, empiricamente foram analisadas entrevistas com dois professores do ensino superior público com vistas a compreender a relação que estes estabelecem entre o tempo destinado ao trabalho e o tempo supostamente livre que lhes resta. Mas principalmente levar a uma reflexão: é possível investigar os usos do tempo livre pelo docente universitário tendo em vista os prazos cada vez mais comprimidos para a realização de pesquisas no país?

Assim, o capítulo I é proposto uma breve discussão sobre a noção de semiformação e seus reflexos imbricados na flexibilização do tempo de giro do capital e uma consideração sobre a temporalidade e a memória perdida na volúpia absoluta da produção tecnológica e imagética. No capítulo II serão tratados alguns artigos com definições e concepções de lazer e tempo livre na modernidade tardia. Serão também analisadas descrições de pesquisas acerca do tempo de trabalho do professor e os impactos das tecnologias da informação e comunicação – *TICS* –, ao passo que, necessariamente faremos o entrecruzamento crítico com as análises postuladas nestes trabalhos a partir da temporalidade na cultura digital.

No capítulo III faremos uma revisão pontual da leitura de Adorno sobre o tempo livre na sociedade hodierna. Concomitantemente, serão consideradas algumas contribuições atuais do campo da Teoria Crítica da Sociedade juntamente com as elaborações de outros autores a respeito dos usos temporais modulados pelas novas tecnologias digitais. No capítulo IV teremos a metodologia de análise utilizada nas entrevistas com docentes de uma universidade pública. No capítulo V trataremos a discussão da análise dos resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas com docentes de uma Universidade em conjunto com algumas reflexões acerca do modelo de Universidade operacional. Os autores de base que fundamentaram o percurso crítico-conceitual deste trabalho são: Adorno e Horkheimer, Giorgio Agamben, Walter Benjamin, Guy Debord, Jonathan Crary, Hartmut Rosa, David Harvey, Richard Sennett e Christoph Türcke.

CAPÍTULO 1 – ACELERAÇÃO, EMBOTAMENTO E SEMIFORMAÇÃO

Para início deste capítulo e levando-se em conta as considerações da apresentação, pensamos que promover a discussão da semiformação (*Halbbildung*), mesmo que concisamente, é apreciável ao norte da crítica. É importante que comecemos com uma breve conceituação da semiformação elaborada por Adorno (2010): “O semiculto dedica-se à conservação de si mesmo sem si mesmo. [...]. Assim procura subjetivamente a possibilidade da formação cultural, ao mesmo tempo, em que, objetivamente, coloca-se todo contra ela.” (p.33). Este fragmento nos possibilita articular a reflexão a partir do singular e da sociedade bem como destacarmos os seus efeitos repousados na história e na cultura. Vejamos cada qual a seguir.

No indivíduo semiformado, seu principal meio de subsistir afirmativamente é na estereotipia do pensamento ideológico, determinado pela vigência de uma falsa consciência esclarecida. Na verdade, uma configuração talhada e compensada do pensar. Essa falsa consciência do semiformado prolifera da consciência de suas impotências sociais, advindas segundo Adorno (2010), de um processo subjetivo de malograda identificação: a formação enquanto prestígio fomentado pela semicultura. A semiformação se inicia e se completa, então, por formas reducionistas de pensamento reflexo sem reflexão, modulado em fórmulas técnicas de imitação devidamente controlada.

No aspecto que tange a sociedade afirmativa na cultura de massas como nos diria Marcuse (1997), ocorre a insistência de se perpetuar as balizas estruturais que possibilitam manter a sociedade erguida sob a batuta da produção capitalista imediata e mediada pela reprodução material realizada a partir de um núcleo de interesses inteiramente divergentes “em que a manutenção da existência geral não coincide com a felicidade e a liberdade dos indivíduos” (p.90). A forma puramente imediatista instaurada pelo trabalho alienado organizado pelo capital coaduna os indivíduos semiformados no instantâneo, na corrosão das expectativas de experienciar a sua historicidade. Nesse trato, a semiformação é a conformação ao existente enquanto ordem natural. A condição da semiformação é a mantenedora do *status* de opressão que vige no capital. Redunda desse movimento o regresso a interesses que estão na competição e na satisfação não de si, mas do mercado, já

que “As “massas” são semiformadas afirmativamente para confirmar a reprodução continuada do vigente como cópia pela indústria cultural” (MAAR, 2003, p.461).

Muito embora, podemos até concordar que a competição possa ser em certo aspecto saudável como uma alternativa compensada ou saída-tática de salvação para o humano se distanciar do tédio. No entanto, em sua magnitude central repercute as normas de organização e ajuste para perpetuar as relações de poder e segregação que são deletérias à constituição dos homens e dos objetos. Apenas mascara o desânimo perante as contradições da vida material prejudicada e veda perversamente a utopia. À condição objetiva fica reservada aos nichos de mercado regulado no valor de troca e ao humano o procedimento não difere tanto quando suas parcas esperanças de reserva estão mais na aceitação a esse processo de câmbio e desvalorização do que em perspectivas de transformação estrutural-material.

Esses talhes expostos dizem justamente do núcleo da semiformação, portanto, do conformismo adaptativo a uma ordem estabelecida; diz respeito aos movimentos do sujeito na aceitação ao já existente duplicado nas consciências dos homens; promulga universalmente a falência da crítica, das atividades concentradas, e, em especial, da experiência. O *temps duré*³, possibilidade de sintetizar na consciência a capacidade crítica do julgamento, deu lugar, de acordo com Adorno (2010), à invalidez do “É assim” sem julgar. A experiência fica execrada por informações que se sucedem numa volúpia interminável e sem compromisso com o conceito, o conteúdo e a história, e conseqüentemente com a atenção e a memória. Se, de fato, há publicamente um incrível definhamento dessas capacidades essencialmente humanas, o que sobra para provocar a resistência a esse cinismo que repercute tanto na objetividade quanto nos mecanismos subjetivos?

O caminho para entender esse processo é, conforme Adorno (2010), visualizar que as forças produtivas do capital determinam uma falsa percepção de

³ Adorno vale-se de uma metáfora para esclarecer que a experiência crítica fora permutada por uma flutuação sem conexão e compromisso com a formação. Esta troca ocorre a partir de informações pontuais que se sobressaltam umas às outras de tal monta que se faz um borrado nas fronteiras entre atividades formativas e ocupações efêmeras, típicas da semiformação. Fala-nos, portanto, dos viajantes que, do trem, dão nomes a todos os lugares pelos quais passam sem qualquer consentimento com a verdade.

evolução e bem-estar social. Numa simples mostra da totalidade das contradições, faz-se claro que progresso material e elevado desenvolvimento da vida aumentam o retrocesso da consciência. Vejamos que essa evolução objetiva pautada pelo nome de “progresso” é o que acelera e encurta nossas vivências temporais ou senão adia o usufruto de experiências culturais e estéticas. O desenvolvimento está atrelado à organização dos meios materiais na concorrência de mercado e na anulação da possibilidade das máximas determinações subjetivas serem uma apropriação consolidada de todos no todo social. Entretanto, ao mesmo tempo em que o ritmo é veloz e a semiformação se alastra por todos os recônditos, ela também evidencia um outro movimento, “A semiformação assenta-se parasitariamente no *cultural lag*” (p.27).

A razão vilipendiada e diminuída por um protótipo instrumental, condiciona não só a uma demora cultural, mas a um estacionamento das ideias que impreterivelmente traz desconstruções no plano educacional e reflexos negativos em todo o desenvolvimento do humano. Ora, vemos isso com o arquiconhecido incentivo obrigatório para que a formação docente, não mais decente, seja um “logro” de processamento ultraintantâneo. Simplesmente uma volta pragmatista cuja estrutura lógica e consensual converge ao empobrecimento das questões históricas, éticas e culturais. O aparelhamento da reflexão é a sua fragmentação diluída na semiformação, nada além da enfática permuta da formação num espaço-tempo nominalmente comprimido pela dominação de mercadorias cujo fluxo ordenado e ininterrupto é o lucro potencializado. O capital ao processar seus dados no giro flexível de sua produção objetiva, determina na sociedade o que deve ser obrigatoriamente compreendido e aceito como formação: o pensar sem fôlego e estereotipado por fórmulas, saber limitado como verdade, e atribuição arbitrária de um sentido do mundo exterior (Adorno e Horkheimer, 1985).

Esta quase irrevogável determinação draconiana da sociedade capitalista é o que podemos, então, chamar de semiformação. Se apreendida em suas particularidades, a historicização do conceito de semiformação, nesse sentido, evidencia-nos um objeto com ressignificações a cada época, cultura e principalmente contexto socioeconômico do país no qual são dialogadas essas temáticas. Especificamente no Brasil ou em outros países considerados periféricos

pelo capital global, a aplicação, hoje, dos elementos norteadores da Teoria Crítica faz mais sentido e tem mais fundamentação do que em seu local de nascimento, a Alemanha, precisamente, a atual (Losso, 2014).

Evidentemente que esse processo é ambíguo por conta das condições objetivas do trabalho que demonstra a forma social determinada na adaptação aos meios efetivos de reprodução ideológica e técnica. Por isso, instrumentalidade da razão e relações submissas e ou sujeitadas com a técnica e em especial com a indústria cultural, sintetizam para Adorno (2010) a manutenção de um agora já realizado, mas que se reproduz incessantemente. A tecnologia, por essa via, pode ser apontada e caracterizada como o progresso e o desenvolvimento das funções sociais adaptativas estabelecidas pela produção das necessidades e da legitimação da semiformação, num filamento que desembrulha o já existente, o retrocesso da sociedade. No regulamento dos valores tecnológicos para alavancar os índices simplificadores e conformistas da educação, pode-se constatar que o avanço das pesquisas em países latino-americanos deve-se em boa parte à digitalização de livros, é o que nos diz Losso (2014) a respeito desse “avanço”. Isso possibilita, em tese, certa vantagem dos docentes atuais sobre a geração passada.

Muitos, no entanto, podem sugerir que existe, de fato, uma ideia de sobra de tempo e maior disposição para colher materiais, obras para a programação e execução de pesquisas. O instigante de reconhecer esse processo em essência contraditório é que não ocorre nos centros de pesquisa e ensino uma proporção de maiores facilidades ou economia do tempo para usufruto de outras atividades de formação. Tal avanço no processo de arquivamento dos saberes construídos pelo patrimônio humano se encontra restrito apenas ao que mencionamos, posto que, disponibilidade de conteúdo não significa mais tempo para pensar e descansar. Isto permite avaliarmos duas sentenças. Revela, por um lado, a precarização da universidade brasileira, não obstante o crescimento econômico que o país venha a ter; e por outro, “nossa dependência intrínseca dos países que possuem condições de trabalho muito melhores” (LOSSO, 2014, p.245).

Em nota a partir desta citação acima, podemos verificar que a explicação do autor gira a partir de se conseguir pelo trabalho intelectual um otimismo da produção amparado por uma tópica de um pensar dialético negativo em relação a nossa

carência e às condições estruturais existentes, que inibem a manifestação justamente daquilo que falta aos países periféricos: consciência ético-política da precarização objetiva no interior do contexto social e histórico. Por isso, amalgamar essa dimensão substancial é “dela se desviar (imaginando uma bela conjunção de Ulisses de Adorno e Macunaíma de Mario de Andrade), boa dose de entusiasmo, confiança na relação com os colegas e consideração com o contexto de discussão” (p.245). Portanto, fica sugerido que se retome um questionamento principal em torno de nossas aplicações conceituais utilizadas para se explicar nossa realidade material sob uma nomeação subsumida com a crítica:

Segundo nossos colegas alemães, estamos configurando, no Brasil, um polo privilegiado de “exílio” que retoma e atualiza o projeto inicial de Adorno e Horkheimer. Cabe perguntar se estamos, com isso, recebendo, mais uma vez, “teorias libertárias” de fora e não pensando em nosso contexto ou, ao contrário, estamos realmente elaborando criticamente todas as implicações objetivas, teóricas e mesmo psicológicas de estarmos numa sociedade brasileira produzindo crítica social (LOSSO, 2014, p.245)

A narrativa dessa problematização nos permite encadear algumas reflexões acerca da insuficiência da formação. Neste caso, dada a concretude dos problemas de ordem prática e teórica – em especial se pensarmos sobre o peso que tem a teoria crítica e as teorias latino-americanas, verificamos que: elas não se excluem, devem ser articuladas para resultados surpreendentes (Losso, 2014). A partir dessa localização espacial das formas teóricas correspondentes nos níveis de complexidade político e histórico, seja do Brasil ou de países europeus, temos senão uma forma básica, talvez, uma formulação inicial para caracterizarmos uma crítica à semiformação doravante sua dimensão temporal e local.

Esse aspecto abordado por Losso é um ponto de partida relevante em vista das transformações da dinâmica educacional comercializadas sem qualquer resistência da sociedade. A flexibilização da educação por formas que destituem sua força orgânica social de crítica, evidenciam um núcleo de deslocamento da racionalidade e da resistência pela coisa sem propósito. Esquemas de especializações de tiro curto, formações técnicas, cartilhas escolares análogas a manuais de instrução, professores premiados por metas e alunos visualizados como ferramentas, não são entendidos como intensificadores dos problemas da educação,

são ao mercado a solução para operar vivamente a funcionalidade do sistema autoritário da distração. Imbróglis que demandarão tempo para serem solucionados, e a mera tentativa de resolvê-los será em gotejo forjado pela própria indústria. Muito porque dada a aceleração e compactação da dimensão temporal, não haverá espaço para que se faça o devido reparo dessa danificação.

Essas tendências fluidas em demandas rigorosamente flexibilizadas sob a pecha educativa, provavelmente, abrem-nos a premissa de se considerar que os projetos de formação dos docentes sofrem um movimento de miniaturização, cada vez mais célere e superficial na mesma medida que a semiformação se condensa e amplia-se. Não é inviável constatar que à época de Adorno, na Alemanha, houve ao mesmo tempo grande fermentação cultural e paralisante barbárie, cuja racionalização tecnocientífica propiciou a construção dos campos de concentração. Especificamente, trata-se do caráter contraditório da própria educação. Como podemos ver a partir das sentenças de Maar (1995) que a ambiguidade entre o avanço científico e o progresso material não se correlacionam com qualquer garantia de que se tenha uma sociedade cujo propósito excelso seja destituir a dominação social e a barbárie das ações humanas. Exemplo disto é a própria Alemanha nazista que também era de intensa atividade cultural e erudição:

Assim como o desenvolvimento científico não conduz necessariamente à emancipação, por encontrar-se vinculado a uma determinada formação social, também acontece com o desenvolvimento no plano educacional. Como pôde um país tão culto e educado como a Alemanha de Goethe desembocar na barbárie nazista de Hitler? Caminho tradicional para a autonomia, a formação cultural pode conduzir ao contrário da emancipação, à barbárie. O nazismo constituiria o exemplo acabado deste componente de dominação da educação, resultado necessário e não acidental do processo de desenvolvimento da sociedade em suas bases materiais (MAAR, 1995, p.15).

Afirmamos que percorrer sobre a discussão da disparidade entre a senda moral e o grande desenvolvimento tecnocientífico não é o propósito conceitual deste trabalho. No entanto, possibilita pensarmos brevemente acerca da relação “apaixonante” que se intensificou nas últimas décadas com as inovações tecnológicas a ponto de resultar num processo estarrecedor ao sensório e à percepção da temporalidade. De acordo com as especificações dos argumentos de

Rosa (2010) existem três categorias de tempo determinativas ao modo de vida regida no capital. Dentre uma delas, a aceleração social é a que diz respeito justamente da forma como lidamos uns com os outros: comunicação rápida, frieza, distância ou ausência de contatos por conta das inúmeras facilitações da tecnologia. Podemos pensar também no rapto temporal, já que gastamos mais tempo nos aparelhos “extrassensoriais” e nos deslocamentos com automóveis cada vez mais possantes em espaços modificados objetivamente, por isso, ainda mais comprimidos.

Chamamos a atenção para isso, pois há relação estreita dessa dinâmica de vida acelerada e os efeitos determinantes e diretos à prevalência da semiformação e nos usos do tempo livre. Por esse ensejo, nos questionamentos de Adorno (1995) é importante nos atentarmos a sua consideração sobre a afetação por maquinários, relação estreita com o autoritarismo. A fetichização da técnica ao operar no psiquismo individual, provoca uma relação racionalizada a ponto de haver um potencial liame libidinal canalizado aos funcionamentos maquinais, trata-se do amor regressivo. Ao passo que é pontencializada a frialdade burguesa na incapacidade de demonstrar afeto e de ser afetado. Além de os sujeitos serem indiferentes consigo mesmos, é da premissa burguesa o ritmo veloz de inserção de mercadorias, fomentação do consumo e preferivelmente uma competição ácida por tímidos lugares:

Não se sabe com certeza como se verifica a fetichização da técnica na psicologia individual dos indivíduos, onde está o ponto de transição entre uma relação racional com ela e aquela super-valorização, que leva, em última análise, quem projeta um sistema ferroviário para conduzir as vítimas a Auschwitz com maior rapidez e fluência, a esquecer o que acontece com estas vítimas em Auschwitz. No caso do tipo com tendências à fetichização da técnica, trata-se simplesmente de pessoas incapazes de amar. Isto não deve ser entendido num sentido sentimental ou moralizante, mas denotando a carente relação libidinal com outras pessoas (ADORNO, 1995, p. 133).

Aqui é válido salientar que para Adorno (2008) os problemas ou danos do homem, como autoritarismo, frieza burguesa, indiferença ante as particularidades do objeto e ou reificação, são, em primeira instância deformações em razão das doenças da sociedade sem configurar uma categoria de valor universal. Variantes estas que se explicam por meio das construções de K. Marx sobre a força de

trabalho transformada em mercadoria, que permite à vida ser reproduzida a partir da produção do capital, ou seja, trata-se de uma vida lesada. Danificada, inclusive, pela semiformação que se ressignifica com o desmembramento e insuficiência de inúmeros conjuntos passíveis de identificá-la como semiformação.

A semiformação intensifica-se obedecendo à lógica da aceleração produtivista em série para atender demandas imediatas mediada pelo retorno do já visto. Os problemas expostos acima, de ordem social, política e educacional, portanto, aceleraram-se tanto quanto a apresentação de soluções meramente técnicas, como se fosse necessário fazer tudo em tempo recorde. Para elucidar e reforçar essa questão de que estamos tratando, a intensidade da semiformação na mesma proporção do desenvolvimento tecnológico instrumental de produção seriada, serve de exemplo o que nos diz Duci (2014) a respeito das EaD:

As promessas de acesso à formação, enquanto capazes de superar as diferenças sociais e econômicas – grande *marketing* dos projetos de EaD –, na realidade são ideologias que encobrem amplamente a grande cisão existente entre o ideal formativo e o seu simulacro, determinado por aspectos de adaptação. [...] Esta que é promovida, de maneira fluida, através de inúmeros canais que fornecem às massas bens de formação cultural, mantendo-as em seu devido lugar (p.60).

De acordo com a autora, todos os modelos propostos à educação em nosso país como: Manifesto Pioneiro da Escola nova de 1932; último Plano Nacional de Educação 2011-2020 e os modelos de universidade aderidos no Brasil agravaram e intensificaram a semiformação. “E evidenciam mecanismos de manutenção do falseamento do “alcance e acesso” aos meios educacionais formais, pois na realidade reforçam a crise existente” (DUCI, 2014, p.60).

À parte isso, podemos tratar de alguns elementos substanciais com relação à temporalidade. É significativo frisar que quando se argumenta sobre o conceito de tempo livre algumas distinções e dúvidas emergem no núcleo do objeto. É comum as pessoas definirem esse tempo exterior ao do trabalho como um conjunto de momentos de esquecimento em relação ao trabalho, ou a partir de uma pretensa noção ilibada de liberdade. Ou ainda facultar à temporalidade o que fora criticado

por Adorno a Heidegger em seu *Ser e Tempo*, a pretensão de um tempo enquanto categoria existencial universal.

Reiteramos que é necessário desmistificar esse movimento coletivo – resultado da sobredeterminação heterônoma imergida pelo processo de produção – supondo o tempo livre como momento harmonioso, distante de contradições ou de renúncias sacrificiais. É relevante também por ser uma via com duplo aviso no que concerne aos tempos educativos, cada vez mais, ordenados pela digitalização do conhecimento: afinal, como trabalha o professor na apreensão dos conteúdos culturais? Como, principalmente, mostra-se a sua capacidade de discernimento crítico em narrar qualitativamente suas experiências e sua auto-observação enquanto sujeito não livre no exato momento em se postula o estado de livramento?

É por meio dessas perquirições que talvez possamos, ainda que de forma restrita, compreender o processo de estranhamento perante as atividades de produção intelectual do docente. Também entender como está a detração da formação cultural quando questionamos e refletimos sobre o professor e sua atuação num ambiente de trabalho operacionalizado. Porém, para este entendimento, é elementar efetivar algumas ponderações a respeito da relação íntima entre a ideologia de um tempo livre liberto do trabalho, presente na cultura e nos indivíduos.

Isto é interessante pensar porque se busca essa distinção e simultaneamente resiste-se em admitir que ambos os processos temporais são permeáveis ou até mesmo indistintos. Essa resistência tem sua fundamentação na relação estabelecida entre o sujeito e sua adaptação aos processos sociais de trabalho alienado com vistas à circulação ininterrupta e corrupta dos objetos produzidos. Portanto, é o que podemos discutir no item a seguir, resumidamente.

1.1 Tempo de giro e flexibilização do capital

Adentrar sobre as transformações das condições objetivas a partir do aceleração do capital, forma uma baliza crítica interessante ao desenvolvimento da discussão. Como nos argumenta Harvey (2000), este percurso das forças produtivas destaca um aspecto implicante à percepção e transformação do ritmo humano frente à temporalidade e das nuances da educação conformista

determinada pelas formas fixas do capitalismo. Os novos sistemas de processamento da reengenharia tanto à formatação dos créditos quanto aos modelos organizativos de inovações técnicas da produção aceleraram a movimentação do capital. Trata-se, portanto, do tempo de giro do capital. É a associação entre o tempo de produção com a circulação da troca. Quanto mais rápido o retorno do capital posto em circulação, maior o lucro (Harvey, 2000).

Esta aceleração de atividades estranhadas produz colapsos no contexto material econômico e na particularidade constitutiva das consciências. Esses novos modelos de estruturar a vida objetiva numa dinâmica operacional compressora, é reverberada no singular do sujeito semiformado, singelo protótipo da fraqueza perante a temporalidade comprimida. A sua perspectiva temporal se acelera num movimento de encurtamento de horizontes. Conforme os conceitos marxianos de exteriorização e apropriação, o sujeito não tem tempo de se apropriar do que produz. Portanto, a reificação e o tédio pululam as insuficiências de suas possibilidades de modificação do existente. O sujeito semiformado sofre de uma fraqueza temporal, seu tempo é poroso. Não há de sua parte qualquer movimento que resulte em estabelecer relação com o passado, pois sua memória é sua fraqueza, ele apenas descreve, quando muito, paisagens cinzentas.

Por isso o processo de interligamento das funções do sujeito e de sua compressão do estado de tempo livre, resgata algumas notas referentes tanto à materialidade da vida quanto às determinações advindas desses mecanismos materiais acelerados do real no âmago das pessoas. A subjugação de forças do capital contra as relações sociais e em prol da fragmentação social e do trabalho, inclusive na espacialização acelerada do tempo, pode nos inferir sobre o percurso de desvalorização do homem frente a sua própria produção de mercadorias, das quais, é compreensível o conceito, entretanto, pouco se pode no momento transformar radicalmente, a isso – o desvalor do humano – nos diz Marx (2010),

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalhador não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao

trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (p.80).

Como fundamento de verdade o propósito de liberdade realça-nos que as condições objetivas de vida, absolutamente nada amistosas, calcadas na profusão ininterrupta da produção violenta de mercadorias, repercutem ao mesmo tempo no sujeito alguns reflexos: o de percepção da sua existência naufragada na reificação e no ajuste a esta que tanto pautará as suas atuações em seus empregos quanto no consumo do e no tempo livre. A relação do trabalhador com o objeto que produz é de acordo com Marx (2010), de perda, servidão e apropriação estranhada. O sujeito embora produza itens necessários à vida, ainda assim, morre de fome. E junto disso, “Os trabalhadores, em vez de adquirirem uma habilidade para toda a vida, podem esperar ao menos um surto, senão muitos, de desabilitação e reabilitação no curso da vida” (HARVEY, 2000, p.210).

Existe um incentivo onipresente, conforme Harvey, para a aceleração dos produtos em prol dos capitalistas e uma demandada intensificação da concorrência. Reduzem-se os tempos de giro; aceleram-se as relações sociais e comprimem-se os horizontes temporais de tomada de decisões. E a dimensão temporal de uma determinada decisão opera materialmente no resultante dessa decisão. São processos endêmicos cujo custo está no uso do tempo de trabalho e na sua atividade densamente processada pelo trabalhador. Dominar este terreno temporal do trabalho possibilita, como sinaliza Harvey (2000), a apropriação do lucro pelo capitalista e ao trabalhador na vertigem do tempo de giro resta a obrigação de articular o seu contexto entre necessidade e incapacidade, ao mesmo tempo, de adiar prazeres.

Há toda uma história de inovações técnicas e organizacionais aplicadas à redução dessas barreiras – que envolvem tudo, da produção em linha de montagem (de carros ou de brinquedos a pilha) e da aceleração de processos físicos (fermentação, engenharia genética) à obsolescência planejada no consumo (a mobilização da moda e da publicidade para acelerar a mudança), ao sistema creditício, aos bancos eletrônicos etc. É nesse contexto que a adaptabilidade e flexibilidade dos trabalhadores se tornam vitais para o desenvolvimento capitalista (HARVEY, 2000, p.210).

Embora haja inovações técnicas, concomitantemente, há inovações de crises políticas e econômicas em nome da modernidade do capital que afetam de forma impactante a saúde e o modo de subjetivação das pessoas. Seja, por um lado, com a ameaça do processo de enxugamento ou extinção de serviços e trabalhos por meio das modernas reengenharias que propiciam um alargamento de horizontes diluídos em fragmentação geográfica. Seja, via a manufatura de um quadro nebuloso estabelecido pela adesão a novidades, como a cultura do empreendedorismo.

Podemos, a partir disso, premeditar duas simples considerações em torno dessas prerrogativas. Em primeiro, o indivíduo condicionado na sua folha de ponto, nos marcos atravessados pelo tilintar do relógio industrial, nota sua situação de assujeitamento, de adaptabilidade flexível de que nos fala Harvey. Porém, vê-se obrigado ao ajuste de imposições que irão, em larga instância, impossibilitá-lo do alcance da subjetividade diretiva à autonomia de si, algo de fundamental relevância para que se estabeleçam condições à formação cultural. Daí as ausências, por um lado, de uma leitura da realidade intensamente incongruente e por outro de resistências a esse real em razão dos prejuízos de uma vida danificada.

No caso desse prejuízo, seria, o declínio das qualidades que fundaram o indivíduo moderno, que podem ser diluídas nas questões hamletianas, do ser ou não ser, como: a reflexão, a hesitação, a dúvida. Elementos não permitidos no cenário de intensa monopolização da “formação” cultural domada pela produção desumana do capital. Conforme podemos explicitar em Adorno e Horkheimer (1985):

A reificação, graças à qual a estrutura de poder, possibilitada unicamente pela passividade das massas, aparece às próprias massas como uma realidade indestrutível, tornou-se tão densa que toda espontaneidade e, mesmo, a simples ideia da verdadeira situação tornou-se necessariamente uma utopia extravagante, um desvio sectarista. A aparência ficou tão espessa que a possibilidade de devassá-la assumiu o caráter da alucinação. Escolher um *ticket*, ao contrário, significa adaptar-se a uma aparência petrificada como uma realidade e que se prolonga a perder de vista graças a essa adaptação. Por isso mesmo, quem hesita se vê proscrito como um desertor (p. 168-169).

Em segundo, tendo em vista que a semiformação sustenta o conformismo dócil e a aceitação do existente doentio, é interessante pensar sobre o desinteresse

em relação à esfera política por parte dos indivíduos que não podem suportar a ruptura entre seus destinos particulares – o interior – e os ditames das leis sociais, a essência e a manifestação, pois a cultura se converteu *in totum* em mercadoria e a semicultura em espírito objetivo de acordo com as avaliações de Adorno e Horkheimer (1985). Incrustado nas formas fixas do mundo material contraditório, a participação dos sujeitos reservada pelo social na política e em seus horizontes em aspecto singular, além de insípida, não possibilita vislumbrar realmente as margens delimitadoras de transformações sociais. Os interesses de uma pequena elite são as regras que administram e controlam o restante. O que se correlaciona a essa apatia política, a partir da sentença de Adorno (1995), é o tédio. É a impossibilidade de se decidir por si mesmo ou de determinar sua própria vida. Para um maior alcance de reflexão a esse respeito, podemos observar o trecho a seguir:

A razão mais importante para esta última é o sentimento, de nenhum modo injustificado das massas, de que, com a margem de participação na política que lhes é reservada pela sociedade, pouco podem mudar em sua existência, bem como, talvez, em todos os sistemas da terra atualmente. O nexos entre política e os seus próprios interesses lhes é opaco, por isso recuam diante da atividade política. Em íntima relação com o tédio está o sentimento, justificado ou neurótico, de impotência: tédio é o desespero objetivo. Mas, ao mesmo tempo, também a expressão de deformações que a constituição global produz nas pessoas (ADORNO, 1995, p.76).

A distância subjetiva e significativa de possibilidades da transformação do campo objetivo tem efeitos na maneira como os sujeitos se relacionam e visualizam o mundo material. Um mundo desigual do qual despenca a moralidade como resultado contundente dessa vida danificada. E concretiza as bases do programa de uma apatia feliz e simpatias por irracionalismos de qualquer cor (Adorno, 2010). A sociedade programada ao ajuste produz no semiculto deformações em seus recônditos cujos resultados são a paranóia, o antiintelectualismo, a introversão de ressentimentos e a extroversão de ódio a algum objeto, como nos afirma Adorno (1995).

Finalmente, todo impulso em geral produz um efeito penoso, a excitação parecendo menos penosa. [...] A mímica indisciplinada é o ferrete da antiga dominação, impresso na substância viva dos dominados e, graças a um inconsciente processo de imitação, transmitida na mais tenra infância de

geração em geração, do belchior judeu ao banqueiro. Essa mímica provoca a fúria porque, em face das novas relações de produção, ela põe à mostra o antigo medo que foi preciso esquecer para nelas poder sobreviver. É ao elemento compulsivo, à fúria do verdugo e à fúria do torturado, que reaparecem indiferenciadas na careta, que reage à fúria do civilizado. À aparência impotente responde a realidade letal; ao fingimento, a seriedade (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p.150).

Os sujeitos, embora tenham a percepção da sua situação de objetos ante a objetividade material, pouco podem transformar, considerando a limitação do pensamento e a dominação dos sentidos, já que “É da imaturidade dos dominados que se nutre a hipermaturidade da sociedade” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p.41). A condição de heterodeterminação está imbricada no imo da cultura e nas formas materiais tanto do trabalho coisificado como dos produtos da indústria cultural. Existe uma sincronia homogênea alienante cujo resultado nos traz o ajuste e o conformismo em razão das condições da produção do trabalho, resultado lógico e direto do processo de exploração da sociedade capitalista. Como segue:

Os remadores que não podem se falar estão atrelados a um compasso, assim como o trabalhador moderno na fábrica, no cinema e no coletivo. São as condições concretas do trabalho na sociedade que forçam o conformismo e não as influências conscientes, as quais por acréscimo embruteceriam e afastariam da verdade os homens oprimidos. A impotência dos trabalhadores não é mero pretexto dos dominantes, mas a consequência lógica da sociedade industrial, na qual o fado antigo acabou por se transformar no esforço de a ele escapar (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 41-42).

Ainda nesse sentido, é necessário especificar, tal como exposto em Marx, sobre a desvalorização do homem frente à produção de si mesmo na reprodução de mercadorias, o que para Adorno revela a presença do sujeito ausente de si. Esse “sintoma”, como anunciamos anteriormente, é o que se pode chamar de fraqueza perante a temporalidade. Uma fraqueza que tem raízes no trabalho social. Sua origem, é plausível sintetizar, aloca-se na materialidade do tempo alienado, na impossibilidade do homem de se apropriar do que produz no tempo. A coisificação do homem na atividade estranhada é o resultante do modo de produção que desumaniza e nega ao trabalhador a formação e o ócio (Adorno, 2010).

E nos limites das margens desse contexto, a formação somente pode ser possível mediante algumas circunstâncias: autonomia e liberdade. Se vivemos em condições sob as quais impera a heteronomia, existirá uma falsa liberdade de acordo com Adorno. A formação não se concretizará como liberdade subjetiva se persistirem os meios heterônomos: a objetividade como condição que nega e impede a sua realização. O entrechoque dessas estruturas processuais nas formas históricas e sociais das relações humanas é demarcado como uma aporia, portanto. Finalmente, destacamos que além dos declínios como a dúvida ou hesitação, que se assumidos, tornam-se um risco imediato à sobrevivência no mercado, qualidades como a memória, a reflexão dialética e a capacidade de fixar a atenção desvaneceram-se e para seus lugares se estabelece o que TÜRCKE (2010) chama de distração concentrada, o movimento do *zapping*⁴. Ao declínio dessas qualidades, está, em especial, a organização temporal acelerada, e a ela se impõem uma visão reduzida ao pseudoconcreto, abstrata da realidade e a subsunção do individual ao falso universal.

A semiformação é uma fraqueza em relação ao tempo, à memória, única mediação capaz de fazer na consciência aquela síntese da experiência que caracterizou a formação cultural em outros tempos. Não é por acaso que o semiculto faz alarde de sua má memória, orgulhoso de suas múltiplas ocupações e da conseqüente sobrecarga. Talvez todo esse barulho que a ideologia filosófica atual faz em torno do tempo resulte deste ter se extraviado para os homens e, por isso, deva ser conjurado. E, assim, se completam o concretismo, tão observado, e o abstracionismo, que acima de tudo só toma o individual como representante do geral, sob cujo nome se assume. O conceito fica substituído pela subsunção imperativa a quaisquer clichês já prontos, subtraídos à correção dialética, que revela todo seu destrutivo poder nos sistemas totalitários (ADORNO, 2010, p.33-34).

Se, como discutido, extirpam-se elementos imperiosos à constituição de uma subjetividade crítica nos sujeitos, na contraface cresce um preocupante modelo de agir resultante e marca da sociedade dispersa: embotamento do pensar e incapacidade de estabelecer correlação entre diferentes conceitos. O contato

⁴ Nas palavras de TÜRCKE *Zapping* é movimento análogo ao procedimento de leitura, não só o procedimento de folhear uma revista, como também o científico, que se tornou normal defronte à tela. E os teóricos da mídia, tais como agentes de publicidade, vendem esse estado de emergência como uma nova virtude, como se fosse a libertação da servidão das sequências de letras, que seriam substituídas por uma leitura divertida e espontânea que produziria, em vez dos textos fixos, seus próprios textos de forma criativa (TÜRCKE, 2010, p. 285).

desdenhoso com conteúdos intelectuais formativos e principalmente sem o tempo justo para apropriá-los e deslocar a consciência perante a complexidade do real, agrava a reificação e também produz ressentidos. Pois se não há espaço à reflexão e o tempo é acelerado, o conhecimento não pode ser assimilado, não o sendo, conjuntos estereotipados do pensar assumem alguns palavrórios de fundo ideológico como: não há tempo para se perder com divagações ou conceitos confusos.

Essas defesas já desnudam a própria confusão no sujeito semiformado, que por essa ingenuidade, teme ficar insano caso tente se debruçar e dedicar seu tempo a esses aprofundamentos intelectuais. Desembrulham também o receio do erro, da frustração e de se confrontar com a dificuldade e tempo de dedicação que o elemento formativo venha a exigir. Dogmatismo e arbitrariedade confusa, além de um orgulho subalterno são definições iniciais que assumem o discurso de novatos ingênuos, quando deparados com as dificuldades de mediar os conceitos teóricos e estabelecer interdisciplinaridade entre autores, como nos diz Adorno (2010). A esse respeito, citamos:

É o que ocorre, por exemplo, nos manuscritos dos amadores que pensam sobre o sentido do mundo e que colocam em fantasmagórica circulação citações dos chamados grandes pensadores em apoio a seus escritos incompetentes [...] As consequências são a confusão e o obscurantismo, e, pior ainda, uma relação cega com os produtos culturais não percebidos como tais, a qual obscurece o espírito a que esses produtos culturais dariam expressão viva (p.30).

A crise da formação cultural é um sintoma que abrange a todos numa sociedade que regula e reforça as marcas da reprodução material do capital. Portanto, como especificado por Adorno (2010) ela é a representação maior do modelo de pensamento na atualidade, uma forma embotada, um ponto cego sem a via da explicação. Por isso, a crítica a este momento crítico da formação necessita da conjunção de variados elementos teóricos conceituais para se estabelecer uma análise pormenorizada com alcance significativo em torno de suas causas e problemas passíveis de solução.

É importante assentar que para Adorno o conceito de formação é a cultura enquanto apropriação subjetiva, e a cultura teria um duplo caráter: remete à sociedade, desnorтеia, ajusta, adapta e faz a confirmação do existente. E por outro lado, é mediação entre a sociedade e a semiformação, ao abrir brechas para o aparecimento da crítica e da repercussão de algo melhor. Porém, esses campos focais de discussão têm de ser fundamentados no pensamento sobre a crise dos indivíduos no desamparo do tempo livre em meio à redução da cultura em diversões que atendem ao princípio operativo da indústria cultural pela oferta de disponibilizar choques traumáticos aos sujeitos que esfacelam a cultura e as próprias constituições subjetivas inerentes ao ser e experienciar na objetividade do social. O autoritarismo da distração concentrada elabora a adaptação, resignação e mais repressão na aquisição e uso de seus produtos com preocupantes consequências ao trato educativo.

A dificuldade de abertura à crítica que jaz sem espaço nos meios pedagógicos evidencia o espírito de imediaticidade em prol da ilustração, a alfabetização rápida por imagens, curta e de fácil e falsa identificação de seus pobres elementos já semiformativamente ressignificados. Um dos problemas visíveis desse momento de acriticidade transbordado pela semiformação, que pode ser indicado, é o sentimento de gratidão pelo pouco obtido tanto da parte dos professores como, inclusive, dos alunos. Sintoma da própria sala de aula na qual o aluno não sabe o que escreve ou lê e o professor não se apropriou objetiva e subjetivamente do que fala em aula.

O professor com suas apostilas em baixo dos braços, no âmbito escolar, é o *pathos* heróico dos tempos modernos que, numa primeira vista, pode ser fácil e falsamente identificado ao anverso da metáfora benjaminiana de oponência do esgrimista⁵. Sua espada em riste no ápice de seus movimentos sofisticados com ampla esquivia efetuando rabiscos no ar – sem fazer marcas significativas – para a

⁵ Benjamin na obra *A modernidade e os modernos*, explica a metáfora do esgrimista. Sua origem remete ao simbolista Gustave Kahn para o qual o feito poético em Baudelaire era semelhante ao esforço físico. Baudelaire gostava de apresentar os traços marciais como traços artísticos. Quando descreve Constantin Guys de quem gostava, procura-o num momento em que os outros dormem; "como ele está ali, debruçado sobre a mesa, olhando a folha de papel com a mesma vivacidade com que olha, durante o dia, as coisas ao seu redor; como esgrime com o seu lápis, sua pena, seu pincel; como deixa que' a água respingue do seu copo para o teto e como experimenta a pena em sua camisa; como trabalha depressa e com ímpeto, parecendo temer que as imagens lhe fujam. Assim ele é marcial embora solitário, contra-atacando seus próprios golpes" (Benjamin, 2000, p.5).

abertura de espaços nas vias urbanas massificadas. Claro que é importante dizer que essa metáfora é atribuída a Baudelaire e diz do seu movimento artístico poético em busca da beleza convulsiva, da transgressão de tabus e da rápida captação das imagens que lhe acometiam sua simbolização no transcorrer de suas realizações poéticas.

A esgrima de Baudelaire, conforme Benjamin (2000), era sua defesa perante os choques intensos proporcionados pela modernidade ríspida, fugaz, estafante e alienante. Já a esgrima do professor, admitimos que não tem o poder de defendê-lo no duelo com as insuficiências das condições de seu trabalho, pois está impedido de realizar um processo de criação e contemplação, principalmente no seu tempo livre. Por isso diz mais do sujeito desbussolado numa cidade sem instrução com riscos tanto quanto o que se tem ao se perder numa floresta como nos diria o próprio Benjamin.

À parte desse duelo podemos nos reconduzir na sonoridade das considerações de Benjamin (1994) a respeito do soneto de Baudelaire *A uma passante*. As nuances do solitário poeta que rapidamente se aprisiona ao olhar da bela moça ao mesmo tempo em que esta some no meio da multidão irrefreável nas passagens ausentes. Com o avanço das grandes metrópoles, a experiência de conhecer o outro fica permutada pela lentidão das vistas que não consegue acompanhar a velocidade do corpo alheio mergulhado dentre tantos outros em trânsito nas ruas fugidias. O outro parece mera visão alucinatória, daí que não seria por demais admitir o trocadilho do título com *alma passante*. Algo de reflexo rápido, fugaz, mágico, miragem, sem deixar marcas ou impressões, sem ser possível contestar ou provar a si mesmo o que se viu. Tão rápida a passagem da mulher foi, tão rápido na mesma proporção é o apaixonar-se do poeta e sua capacidade meticulosa de descrição. De um lado, física e de outro, sentimental. Apesar de traumática pela rapidez e sumiço, há certa gratidão pelo momentâneo tempo que, porém, deixa algumas singelas marcas na concretude do poeta, pois, a alma que passa é vista naquele que permanece, e perde sua alma ao perder aquilo que amaria.

Benjamin (1994) concatena em sua análise que se a culpa é da multidão que não permitiu o contato, e faz disso uma despedida, de relance, para sempre imersa

numa imagética de choque, o fascínio do poeta deve-se à mesma multidão. Esta que trouxe a figura que o estarreceu no espasmo fascinante. Tal qual escutar de longe uma aula sem estabelecer correlações no interior de seus conceitos com o propósito da práxis. Ou efetuar o contato com o livro ou texto em simples olhadela sem o entendimento da própria função da leitura enquanto movimento de deslocamento da consciência. São movimentos impregnados nos sujeitos que desativam o pensamento e empobrecem a experiência. A crença é que a rapidez é sinonímia de genialidade e traz o resultado mais prático.

Mas ao soneto, Benjamin não acredita que focalizar e responsabilizar o núcleo temático deste, unicamente na vertente da cidade grande, responda à causação da angústia ante o não conhecer. Isso independeria de metrópoles, o que “eles revelam são os estigmas infligidos ao amor pela vida numa cidade grande” (BENJAMIN, 1994, p.118). Nessas vias confusas pós-industriais, os compromissos fastidiosos possibilitam a plena conversão da pressa da multidão em imagens de loucura do cotidiano, aqueles preenchem as sensações vazias de nossa existência na factível consequência de encurtamento do dia. Não por acaso, a aclamada agenda pessoal programada pelos deveres já repetitivos de todos os anos é a soberba e orgulhosa propaganda da gestão de tempo. Seu rótulo vocífera que utilizá-lo efetivamente e com sucesso é uma questão de preferência na escala dos negócios, inclusive, do âmbito familiar.

A partir de uma visada dos reflexos apresentados na sociedade em tempos de tecnociência, verificamos que a herança, talvez emblemática, da tecnologia é, contraditoriamente, a escassez de tempo para realizarmos atividades, inclusive, as de pouca exigência. Algo impensável se observarmos sua poderosa capacidade de solução e rapidez nos mecanismos de trabalho e produção material. Entretanto, se era para sobrar, por que falta?

Se amalgarmos, de súbito, num primeiro instante, a assertiva central de Adorno e Horkheimer na *dialética do esclarecimento*, de que o mito já era o esclarecimento e este o retorno à mitologia, bem como a radicalização da angústia mítica em razão da ameaça externa; com a consideração na obra *sociedade excitada: filosofia da sensação* de Tüercke de que a alta tecnologia desenvolvida é o

regresso ao primitivo, temos analogamente teses não idênticas, entretanto, não contraditórias. Vejamos a partir dos autores:

Os deuses não podem livrar os homens do medo, pois são as vozes petrificadas do medo que eles trazem como nome. Do medo o homem presume estar livre quando não há nada mais de desconhecido. É isso que determina o trajeto da desmitologização e do esclarecimento, que identifica o animado ao inanimado, assim como o mito identifica o inanimado ao animado. O esclarecimento é a radicalização da angústia mítica (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 26).

A alta tecnologia faz a performance de um elástico de salto e retorno a um só tempo, resultando numa sensação absoluta via choques imagéticos, que tornam as pessoas dependentes de doses mais intensas, o que Türccke (2010) chama de injeções óticas sensuais. Esses disparos, consoante o filósofo, tão potentes na semelhança de uma metralhadora audiovisual, operam no sistema nervoso humano golpeando com fixação e abalos via repetição ritualizada. Eles tanto anestesiavam quanto aceleram num progressivo e regressivo movimento ao fundamento:

A revolução da alta tecnologia deixa reconhecer sinais claros de uma volta em direção ao arcaico. Mas sua força propulsora é o choque audiovisual. Ele adquire a condição de um rodado da história da humanidade. Seu "eis" profano, fugidio, milhões de vezes inflacionado, não é apenas o imã da atenção por excelência, como ele se mostrou no primeiro capítulo e sim, como agora fica claro, ao mesmo tempo a herança universal daquelas sensações primeiras que antes apareciam como a epítome do sagrado. Mas na medida em que ele toma posse dessa herança, o choque audiovisual se torna *sensação absoluta* (TÜRCKE, 2010, p. 172).

Em síntese, vemos uma releitura em Türccke a respeito do inominável em relação ao alto desenvolvimento técnico. Uma nova forma de capacidade instrumental científica desenvolvida em prol de segurança e um bem-estar à vida em sociedade. Essa montagem estratégica da indústria em prometer facilidade universal, se observada com precisão e lisura, desemboca na afirmativa de que a tecnociência ocupa duas frentes: é o objeto moderno que mais bem busca eliminar aquele primitivo pavor do perigo da natureza na real e aparente sensação de controle e domínio sobre esta. Por outro lado, à medida que substituiu o mesmo terror ameaçador e trouxe conforto momentâneo a alguns homens, tanto mais

ocupou o lugar de perigo e faz as vestes da vingança da natureza, já que é a própria transformada, e por isso, bem disfarçada aos olhos menos atentos.

É plausível ratificar também que na mesma medida que a tecnologia oferece resultados que direcionam a algumas poucas soluções pontuais, inclusive, na educação, em maior medida ela conduz à criação de inúmeros outros problemas da sociedade. Intensifica as contradições sociais não permitindo tempo para apropriação, análise e interpretação do contexto objetivo em que ocorrem. A informática, por exemplo, aliada dos processos de reengenharia, como já destacamos anteriormente, promove um grande processo de enxugamento em diversos quadros profissionais, sobejamente, em muito breve, de professores. Trata-se da sentença do que o capital em suas investidas possui como prioridade: a retroalimentação de sua lógica colonizadora e exploratória.

A maquinaria atende ao movimento e tempo de chegada rápido apenas da mercadoria ao consumo, e mais ainda de seu descarte, somente este tem de ser tão rápido quanto a produção de novos itens. O único ser ontológico que respira nessa relação é o próprio capital, o humano é alocado sem valor e como mais uma peça suja, menos importante do que a própria engrenagem fabril. Portanto, esclarecedora é a ratificação de Adorno e Horkheimer “a maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão” (1985, p. 41).

O que a tecnologia poderia propiciar à humanidade, ela tem falsificado na afirmativa de dizer que os homens são livres ao consumirem e ao se conectarem às suas inovações e facilidades da vida moderna. Em vista disso, temos que os homens ao fazerem a história e as suas máximas determinações, são, ontologicamente, os seus produtores, inescapavelmente “livres” de determinações puramente naturais. Por outro lado, o fazem em condições objetivas, que no capitalismo, autonomizam-se. Essa autonomização ocorre por choques que retraem o alcance da memória e elimina a experiência, heterodetermina as capacidades de pensamento e reflexão. Essas fissuras destituem as formas de subjetivação do sujeito nas suas relações estabelecidas nas instâncias objetivas que, de certa forma, carimbam no sujeito marcas de total desproporção em relação à falta de contato com as coisas, os seres vivos e a história como diria Türcke (2010). Estes são os

pontos de discussão no próximo item, o declínio das capacidades formativas – atenção, concentração, reflexão dialética e memória – e a compressão temporal.

1.2 Temporalidade e memória perdida: do flash da técnica ao vampirismo audiovisual

O homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado (Valéry apud Benjamin, 1994, p.206).

A queda da narrativa ocorrida no curso da história tem algumas peculiaridades e consequências ao trato humano. Sua falência emerge por falta de narrador e de ouvintes genuínos. Entretanto, acima do declínio da narrativa ou do narrador, está, de acordo com Benjamin (1994) em seu ensaio *O narrador*, o declínio das relações humanas em razão da política de desenvolvimento da técnica. A guerra é o exemplo paradigmático que Benjamin postula para ratificar a falência da capacidade de intercambiar experiências. Ao fim dessas combativas de cunho tecnocientífico-político, os guerrilheiros voltavam mudos, incapazes de efetuar qualquer assertiva de comunicação acerca do que sofreram e ou vivenciaram naqueles campos de batalha.

Por isso, o avanço tecnocientífico com a inserção de grandes instrumentais da racionalidade nos campos de guerra foi, provavelmente, nas indicações de Benjamin (1994), o estopim para o silenciamento da experiência. A narrativa, nesse entremeio, cedeu espaço ao romance como nova forma de comunicação advinda na imprensa do alto capitalismo. Atualmente, existe uma forma de comunicação ainda mais lesiva como alerta o autor, substitua do romance, a informação fugidia alterou nossa percepção do movimento histórico dos processos constitutivos da subjetividade.

Breve, rápida, concisa, fez declinar a arte de narrar. A rapidez e a velocidade de processamento da barbárie são os elementos que possibilitam diferenciar esse período de guerra com os anteriores, pois sangue e crueldade ocorreram em todas as formas destrutivas da guerra. Além da velocidade explosiva, o encanto e o fascínio – ideologia estrita no percurso da coisa dada – dos usos, atribuições e identificação com instrumentos técnicos de manutenção das relações de poder, incapacitaram a função narrativa, e possibilitaram a ascensão de reflexos imediatos

e condicionados na mesma intensidade que aboliu a reflexão. Benjamin mirou e acertou que o ponto alto do declínio da experiência fora a calamidade do estado de guerra que rompeu com a capacidade de transmitir de geração em geração suas histórias.

Ao mesmo tempo, trouxe análises poéticas correlatas à substância célere e diminuta dos tempos modernos nas passagens de Baudelaire como vimos anteriormente. Ao destacar a divisa entre a temporalidade fluida e a experiência corroída de uma agudez de escrutínio que pudesse realçar uma sobrevida em meio ao agito das grandes cidades, também Agamben (2012) fez uma releitura do choque na modernidade nesse sentido benjaminiano. O autor nos diz que uma catástrofe não é mais o primordial para a destruição da experiência, “a pacífica existência cotidiana em uma grande cidade é, para esse fim, perfeitamente suficiente” (p.21). O filósofo exemplifica o cenário cotidiano massificado ausente de possibilidade de resistência e experiência na seguinte leitura:

Não a leitura do jornal, tão rica em notícias do que lhe diz respeito a uma distância insuperável; não os minutos que passa, preso ao volante, em um engarrafamento; não a viagem às regiões íferas nos vagões do metrô nem a manifestação que de repente bloqueia a rua; não a nevoa dos lacrimogêneos que se dissipa lenta entre os edifícios do centro e nem mesmo os súbitos estampidos de pistola detonados não se sabe onde; não a fila diante dos guichês de uma repartição ou visita ao país do Cocanha do supermercado nem os eternos momentos de muda promiscuidade com desconhecidos no elevador ou no ônibus. O homem moderno volta para casa à noitinha extenuada por uma mixórdia de eventos – divertidos ou maçantes, banais ou insólitos, agradáveis ou atroz –, entretanto nenhum deles se tornou experiência (p.22, 2012).

Nesta passagem pode-se observar o acúmulo de informações e ocupações que abarrotam o cotidiano do sujeito não é substancial ao surgimento de uma capacidade de distinção e formação. Parece uma inevitável simplificação das porções cronológicas do tempo a que nos são ofertadas pela autonomização racionalizada do capital. Como nos diria Silva (2014) estamos numa era de dissolução tanto da consciência quanto da verdade, perde-se a possibilidade de concatenarmos a verdade histórica tensionada via uma relação ético-prática – atualmente anulada – que traria um sentido efetivo à existência. Muito embora

tenhamos o fluxo ininterrupto de notícias 24/7 nos disparando picadas óticas sensuais que nos tiram o sono não por deixar marcas, porém, por nos estimular em distrações, não há nesse percurso circular temporal, histórias surpreendentes, há pobreza de experiências.

A mudez e o retraimento das emoções que culminaram com o falecimento da experiência, agora inaudível, fomentaram, além de tudo, em seus princípios basilares a formação e desenvolvimento operacional da tecnificação acelerada, flexível e fluida. A pura eficácia especializada em atribuir aos objetos o uso reservado estritamente na manipulação imitativa, rude e sem fôlego, é a principal lei que colaborou, como anunciado por Adorno (2008), para a inibição dos gestos, movimentos e hesitação. A máquina com tempo fracionado e cronometrado de acordo com sua dinâmica e habilidade reflexa, diante de um erro, não poupa esforço em punir severamente, sem direito a resposta, a informação não assimilada pelo seu usuário.

O instrumento quanto mais veloz, mais poder de razão faculta ao irracionalismo incolor da produção dilatada. Sua eficiência, conforto, alta tecnologia e ciência na utilização dos recursos, complementam-se desde a conjunção estrutural na construção de trens bala de levitação magnética a partir dos eletroímãs na base de um campo magnético e valem-se da força de trabalho de outras nações subdesenvolvidas e da restrição do seu acesso ao desenvolvimento que ela mesma produziu. Não obstante essas criações tiveram como intento primordial a remoção de barreiras do espaço e encurtamento do tempo, como descreve Harvey (2000) para aproximar contatos e facilitar os meios do trabalho e lazer, houve uma ruptura nos produtos finais permeado por contradições estabelecidas pelos limites do espaço. Ora, remover barreiras no espaço implica em construções em seu interior, é preciso mais espaço no espaço em muito reduzido pelas transformações objetivas do Homem. O motor propulsor em seu giro ensurdecido cada vez mais silencioso, cega a captação de detalhes da paisagem e celebra a intensidade do imediato sem mediação na compactação do espaço e na desapropriação temporal subjetiva.

Em que pese isso, como já observamos na apresentação desta dissertação nos apontamentos de Rosa (2010), as experiências passadas se enraízam em movimentos esvoaçantes e ficam impedidas de serem apreendidas por uma clara

subsunção taxativa de contraprodução numa realidade cujo concretismo é a especulação produtivista. Os aspectos temporais se alteraram, o passado é anulado e o presentismo resulta num projeto relapso e cego de futuro sem mediações e perdido na ideia positiva de existência do mundo. Um idealismo que para Silva (2014) culmina na perda da dimensão prática, ética, ativa, e da dissolução da subjetividade e conseqüentemente da significação humana que não reconhece os pressupostos da autonomia ou da razão emancipatória por não haver articulação entre meios e fins. Perdemos a memória na obrigação truculenta de tornar a vida, veloz e cinzenta, mais tolerável.

A intensa velocidade e o pesado ar comprimido da temporalidade novamente nos localiza no trabalho *Aliénation et accélération*. Especificamente em um dos núcleos deste ensaio, no qual Rosa (2010) reflete sobre quais elementos estruturais em que podemos testar empiricamente a sensação de compressão temporal. Antes de tudo, é preciso caracterizar que aceleração social é exatamente o aumento da velocidade de declínio da experiência e da compressão do tempo presente. O estado de ruína em que se encontram os aspectos de simbolização e criação, relacionados à reflexão e à concentração, modulam a incapacidade de se estabelecer conexões entre fatos históricos que se apresentam no presente.

As constelações do pensamento capazes de efetuar ligações entre um dado e outro e assim dialogar com os acontecimentos temporais, foram perdidas na imersão de um pensar embotado, com ideias justapostas umas às outras sem qualquer distinção entre suas ocorrências. Por isso mesmo que não há, conforme nos diz Silva (2014) um caráter absoluto no sentido de educar para a emancipação quando todo o salto objetivo de produção repousa na dissolução da subjetividade, e na quebra da caracterização histórica da materialidade.

No mesmo raciocínio, é como se, além de embotado, o pensamento crítico fosse substituído por informações voláteis que se assemelham a cartografias borradas que se sobrepõem umas as outras sem conseguirmos delimitar suas especificidades e fronteiras. O limiar desse processo pode ser denotado na perquirição de Rosa: de onde vem essa sensação de aceleração de tudo? A resposta remete às referências que modulam nossa vida material. No caso, as instituições que organizam o processo de produção e reprodução das forças

produtivas. Elas são as estruturas básicas da sociedade organizada contraditoriamente dessa forma, para que tenhamos cinicamente uma vida que nos é imputada como se fosse boa.

Reiteramos que se trata de uma questão significativa, pois o preço por uma falsa vida boa é pago na aceleração para atender à logística operacional que tecnifica nossas relações, sentimentos e estanca a utopia, e em contraponto o que se fortalece na constituição dessa dinâmica é, na verdade, uma aporia. A forma de aceleração mais opressiva e surpreendente afirmada objetivamente na esfera social é justamente a nossa ânsia por um pouco mais de tempo para respirar e resolver problemas. O fascínio exercido pela explosão tecnoimagética dos elementos audiovisuais do mundo hodierno – que para Türcke (2010) nos identifica em refinados vampiros audiovisuais, tamanha a excitação injetada de estímulos estético-nervosa– não apenas fomenta apuros criados a partir de desejos e necessidades, mas potencializa, acima de tudo, o abastecimento da vida no e do mercado. O tempo para Rosa (2010), diagnostica uma espetacular epidemia de fome temporal das sociedades modernas, em especial, as ocidentais. Nesta “primitividade” moderna, os sujeitos sentem cada vez mais que não possuem o tempo necessário, já que ele se encontra esgotado, é uma matéria plástica.

Por esse intento, o tempo é um objeto de consumo que perfaz perfeitamente a frase “tempo é dinheiro”. Se para Rosa (2010) o tempo pode ser comparado ao petróleo, afirmamos que em muito breve será como a água que adquirirá outra significância na inflação de seu valor. Portanto, algo escasso e oneroso. E como tudo que é assim, é destinado e utilizado por poucos. Porém, esta percepção de tempo diz respeito a uma outra categoria, para a qual Rosa (2010) dará a terceira definição de tempo imbricada nas sociedades ocidentais, trata-se da aceleração do ritmo de vida, é a categoria que perfaz o cerne das demais: fazer mais em menos tempo ou em tempo recorde. O tempo, então, é fundado num número de episódios de ação determinada ou pela necessidade de utilizá-lo por unidade ou simplesmente fragmentá-lo. Esta é a premissa da terceira categoria de tempo. Uma dinâmica paradoxal em relação até mesmo à aceleração técnica, já que acelera em muito o ritmo de vida social. Para melhor esclarecimento citamos:

Cette troisième catégorie est l'accélération du rythme de la vie (sociale), qui a été postulée sans relâche pendant la modernité (par exemple par Georg Simmel ou, plus récemment, par Robert Levine). Elle peut être définie comme l'augmentation du nombre d'épisodes d'action ou d'expérience par unité de temps, c'est-à-dire qu'elle est la conséquence du désir ou du besoin ressenti de faire plus de choses en moins de temps. En tant que telle, elle est le point d'attention central du débat sur l'accélération culturelle et sur le besoin pressenti de décélération (ROSA, 2010, p. 25).

Rosa (2010) em meio a isso questiona se podemos ratificar uma aceleração da sociedade por si só ou se podemos a partir disso somente apontar uma aceleração dos processos dentro de uma ordem social mais ou menos estável. O autor reitera que o tempo não pode, de fato, acelerar se todo o processo de vida social não se acelerar. Já que não se pode argumentar de um processo de aceleração social singular quando toda a conjuntura que envolve os processos de intensificação dessa aceleração objetiva – a nossa vida e todo o esqueleto necessário para mantê-la – não esteja exatamente situada nos processos singulares em conexão uns com os outros.

É o que confirmamos por meio da investigação sobre a universalidade, que se ajusta a uma forma de organização do mundo nas bases do motor do capital. Esse formato de estruturação capitalista de nossas sociedades impulsiona o regime rigoroso, estrito e sem qualquer preocupação ou articulação com termos éticos ou com atenção à subjetividade do humano. Os sujeitos modernos não são limitados por sanções éticas ou leis sociais, conforme destaca Rosa (2010) em suas avaliações. Na verdade, eles são tão livres quanto são dominados e reprimidos por um tempo cujo regime é, em grande parte, invisível, despolitizado, indiscutível e subteorizado. Isso sintetiza em suas colocações o que é a lógica da aceleração temporal.

A este objeto, então, que explica e sintetiza todas as relações estruturais das forças objetivas subsumidas na subjetividade do *modus operandi*, Rosa (2010) denomina de categorias temporais de aceleração como expusemos na apresentação desta dissertação. Esses são os três pilares – a aceleração técnica, aceleração social e aceleração do ritmo de vida – que fundamentam o escopo teórico de sua obra e a síntese que ilumina o filamento da temporalidade na modernidade tardia.

Os três elementos têm relação de complementaridade assim como uma cartografia em que se justapõem mapas uns nos outros gerando interferência.

É dessa interferência e também por sê-la manchada e principalmente em extensos momentos, invisível, que se encontra o problema acerca da temporalidade e dos marcos do registro imaginário. Também esse mapeamento é imprescindível para que entendamos os três sustentáculos da perspectiva temporal cujos efeitos abarcam a vida em todas as suas formas e extensões. As interferências, assim, dizem respeito sobre suas particulares configurações na estrutura da organização das forças materiais atuais e de seus resultantes à vida social, política, e econômica.

Todos esses sistemas em conjunto na radicalidade do giro do capital, estrangulam as capacidades formativas como o movimento artístico de narrar a vida e a história. Os três regimes de aceleração estão densamente amalgamados. A revolução microeletrônica, a ciência com seus progressos na saúde para prolongar a vida no trabalho, os recursos, e a produção material como um todo, podem responder sob o nome de aceleração técnica cuja elevada gama de estímulos impulsionada pela internet com seu grande fluxo de informações, não deixa tempo hábil para digerir e refletir com propósito as suas determinações.

Vemos esses apontamentos no trajeto da aceleração do tempo livre dos trabalhadores. O tempo de trabalho dos sujeitos abarca significativamente o espaço de suas extensões sociais que há uma clara dificuldade em organizar o tempo fora do horário de trabalho. Na verdade, existe um embaraço ao se tentar estabelecer a causa do retraimento temporal ou a distinção desses processos de tempo. Existe um tempo disponível, mas, simultaneamente, não há usufruo dele. O tempo livre passa e quando se percebe, acabou e já é hora de voltar às atividades de trabalho.

A obsolescência programada; a sociedade do descarte explicada por Alvin Toffler como já mencionamos; a produção de desejos e necessidades perfazendo o que Debord classifica como sobrevivência ampliada e fetichizada; a alta rotatividade dos empregos com contratos flexíveis, temporários, com mão de obra barata tal como revisitaremos mais adiante nas discussões de Chauí, sobretudo no declínio da universidade pública, é parte substancial do que Rosa define como a aceleração

social na modernidade tardia e do declínio das funções mnemônicas impreteríveis à formação humana.

Já a terceira categoria a aceleração do ritmo de nossas vidas, pode ser visualizada e sentida no impacto que sofremos diariamente para nos transfigurarmos, sem mostras de fraqueza ou hesitação, em seres adaptados e viciados nas intensas estimulações sensoriais proporcionadas pela era digital. Vivências desse tipo são expressas no campo prático na pressão impingida aos sujeitos em serem profissionais o tempo todo, na dificuldade de separar o que é profissional do que é pessoal, permitindo-se que um fator se interponha no outro. No plano teórico conceitual, mais a frente iremos expor os argumentos de Cray (2014) sobre os fins do sono por ser contraproducente ao capital que a partir de inventos técnicos busca ocupar as madrugadas dos sujeitos/trabalhadores no despertar de luz, brilho e ação das mensagens via dispositivos eletrônicos móveis.

E somado a isso, iremos abordar por meio das tratativas teóricas de Adorno (1995) que o tempo livre é reificado e ocupado pelas formas do trabalho. Essas formas conceituais elencadas, na releitura de Türcke (2010) se transubstanciam no uso intenso e repetitivo de aparelhos técnicos – que são ferramentas do trabalho antes de tudo – como computador, simuladores de jogos, a cultura sagrada do *high tech* da distração concentrada com a duplicidade de informações, entre outros, e, por sua vez, sedimentam a aceleração do ritmo de vida com todas as consequências lesivas à capacidade crítica, à experiência, ao estudo, à formação humana, instituindo a falência dos centros de pesquisa dando o tom da marca de nossa temporalidade plástica.

CAPÍTULO 2 – UM TEMPO LIVRE OCUPADO NA RECREAÇÃO RACIONAL

Seria fictício supor que, entre as condições sociais, sobretudo entre as condições sociais da educação, que encurtam, talham sob medida e estropiam multiplamente as forças produtivas espirituais, que com a indigência reinante no domínio da imaginação e nos processos patogênicos da primeira infância diagnosticados pela psicanálise, mas de modo algum realmente transformados por ela, todos poderiam compreender ou mesmo apenas notar tudo. (ADORNO, 2009, p.42).

A passagem da dialética negativa faz a contrapelo o movimento muitas vezes recusado no âmbito educacional: o de que a educação mesmo nas condições atuais tanto de si quanto do social não pode – principalmente em sua única etapa científica, a de alfabetização e letramento – deslocar os sujeitos para uma posição de angústia diante das forças produtivas da sociedade capitalista. A educação é um processo, como salientam Adorno e Horkheimer, de intensa contradição. Mesmo ao talhar e encurtar incríveis potencialidades dos sujeitos, o mínimo que se espera é que não se sepulte o que observamos em avançada decomposição atualmente, a reflexão e a crítica dialética, e, por conseguinte, memória e experiência.

Trata-se de uma questão importante para discutirmos ao longo deste trabalho, ou seja, as causas e consequências do esquecimento de capacidades, acima de tudo, humanas. Essa situação não indica qualquer criminalização das linhas pedagógicas, e nem deveria. Já que em razão do modo como são tratadas e organizadas hoje, perde-se o poder de alcançar os bastidores que resultam na condição de mutilação da atividade intelectual, e tampouco são abertas perspectivas de transformá-la radicalmente.

Sendo assim, o objetivo deste capítulo, portanto, é numa primeira tomada trazer pensamentos sobre a caracterização do tempo livre e ou lazer à luz de alguns autores. Para em seguida, evidenciar os principais proponentes de algumas pesquisas cujas categorias de análise correspondem ou estabelecem em alguma instância, mesmo que em generalidade, relações com o trabalho docente, suas apropriações e objetivações no âmbito das tecnologias digitais.

É importante compreender as implicações destes instrumentais da informação na vida privada dos professores, principalmente, no que diz respeito à determinação

dos fins de seu tempo livre. Para a descrição do tema tempo livre/lazer, foram efetuados alguns levantamentos bibliográficos pontuais, abrangendo alguns ensaios conceituais sobre tecnologia digital, tempo livre e educação. Também utilizamos dissertações e tese envolvendo a questão da intensificação da semiformação; das implicações das tecnologias no trabalho docente e da vivência temporal de cientistas sociais, respectivamente. Além de algumas obras de autores do campo da sociologia, do pensamento funcionalista, da pedagogia e educação física por trabalharem na produção da categoria recreação e lazer; e qualidade de vida.

A escolha das categorias temáticas recreação e lazer é motivada para se compreender o sentido empregado à dimensão e à vivência da temporalidade fora do horário de trabalho. Faz-se relevante também por nos dimensionar primeiramente que o desvelamento em curso de algumas produções, em alguns casos, não propõe enquanto plano de ação, sequer, o esmiuçar das condições materiais problemáticas. Fatores como a carência de recursos e investimento na educação tampouco são refletidos em crítica para além do já visto. Ao invés disso, reforçam a crise e fomentam a sacra ideologia para utilidades adaptativas em círculos de empresas sob a égide de qualidade de vida, oportunidade de desenvolvimento interpessoal, e falsa maximização do elemento lazer. Legitima-se a sua ocupação com atividades estranhadas ou reprodutoras do trabalho mecanizado, como salientado no primeiro capítulo deste trabalho.

O primeiro requisito seria problematizar criticamente o tema, mesmo que em efeito de denúncia, da monopolização e preservação dos lucros de empresas e do establishmentn do *status quo*. Além da precarização funcional das atividades docentes. Ao contrário de se bascular possibilidades acatáveis de promoção de diferenciação no âmbito político sob o qual as pessoas pudessem se proclamar como sujeitos políticos iguais, mesmo que radicalmente antagônicos culturalmente, são formuladas teorizações que fermentam o estado de sujeição às condições de produção. Nesse aspecto no item 2.2 deste capítulo trataremos de descrições referentes à temporalidade do trabalho do professor e do tempo livre em tempos digitais, que nos permite discutir a condição frágil e conflituosa entre demandas institucionais e o tempo para o pensar.

Como veremos, alguns autores tratam a questão do tempo livre resumido sob o espectro do lazer e das formas de organização do trabalho. Nessa mesma direção não é raro muitos teóricos assentarem suas bases no interior de limites estratégicos do discurso paisagista que vislumbra um receituário de autolimitação e subserviência. Fato que deixa, em absoluto, à distância quaisquer suspeitas e suspiros que resultem em resistência ao mercado e aos meios produtivos de alienação.

Por isso, esse lugar que confere à educação ares de harmonia num lócus violento, inclusive, no processamento acelerado das ‘emergências’ de mercadorias, para as quais os sujeitos são ajustados, precisa ser exposto e em alguma medida criticado a partir de uma crítica negativa histórica “uma espécie de espírito objetivo negativo”. (ADORNO, 2010, p.9). No caso, a partir de uma linha processual de raciocínio que nos permita configurar resistência e movimento, perplexidade imediata e plano de ação.

Além desse aspecto, reconhecer os limites do pensamento humano, aquilo que parece inatingível dada a força coercitiva de representação objetiva – da produção material – diante da fragilidade subjetiva representada na esfera social. Isso quer dizer nada mais do que a elaboração da dialética negativa, uma educação negativa que possibilitaria a forma correta da atividade intelectual se movimentar no erro. Existe uma incoerência entre o pensar e o objeto pensado. Isto significa que, o pensamento não atinge a coisa pensada em toda sua extensão, portanto, como solução aparente e real, movimenta-se por contradições. A dialética concebida por Adorno, nesse sentido, é uma alternativa filosófica para suplantar a insuficiência das capacidades intelectivas humanas.

É por isso que podemos pensar que “A liberdade da filosofia não é outra coisa senão a capacidade de dar voz à sua não-liberdade” (ADORNO, 2009, p.24). É nesse conceito que se precisa ater a educação para o intento de avançar para além de reformas isoladas que superficializam a linha pedagógica. Sendo assim, podemos seguir com as considerações de alguns autores e trabalhos pesquisados. Para se fundamentar o exposto inicial, começaremos por alguns teóricos do campo da sociologia, da educação física, recreação e lazer, que especificam em seus pontos de vista, a caracterização acerca do uso do lazer subentendido como tempo

livre. Logo após, no item 2.2 faremos uma contextualização acerca das relações entre o trabalho docente, o uso dos recursos tecnodigitais e os resultantes no emprego do tempo livre. Sob a perspectiva da Teoria Crítica, encerraremos este capítulo 2 com a análise de uma tese a respeito dos impactos das *Tics* – tecnologia da informação e comunicação – no espaço de trabalho do professor universitário.

2.1 Revisitando algumas concepções de tempo livre e lazer

Um objeto de ocupação cuja centralidade afirmativa como ideia de formação seria não somente ocupar, como possibilitar ao indivíduo seu principal meio de ascensão. Essa é a formulação compreendida por Requixa (1980) apud Padilha (2000) sobre o período lazer. Trata-se, para o autor, da constituição objetiva de um momento que retrata mais perfeitamente a liberdade das pessoas, com vistas à capacidade de recuperação das energias físicas e mentais. Ainda nesta definição, existe um terceiro aspecto, no caso, o lazer é apresentado como sustentação de tempo para o sujeito se desenvolver no aspecto pessoal e nas representações sociais das relações. Então, a partir desse exposto, a definição do tempo livre e ou lazer sugere: a) livre escolha do que fazer; b) tempo de recuperação do cansaço vinculado ao trabalho; c) espaço para o desenvolvimento de habilidades e características pessoais, culturais etc.

O ócio em sua caracterização de atividade descompromissada com normas, mecanismos de controle e fiscalizações advindas e representadas pelas leis de trabalho, pode ser tratado como a negação do próprio trabalho e também seu oposto. Portanto, não deve ser confundido com o lazer, conforme depreendemos das asserções de Ribeiro (1986) apud Padilha (2000). Para o autor, o momento lazer é composto por um conjunto de atividades que em muitas vezes corresponde ou está inserido trabalhos de outros profissionais. Podemos apontar nessa representação definida do objeto lazer enquanto uma forma funcionalista e personalista do pensamento de Ribeiro (1986). Sobre isto, Padilha (2000) traz algumas considerações em torno da doutrinação ou domesticação sem tréguas impingidas aos sujeitos no período de descanso, em que o lazer ou ócio assumem fórmulas que não permitem seu reconhecimento, conforme o trecho:

Em vez do ócio, que significaria descanso, o homem não descansa no lazer e, muitas vezes, se cansa mais do que no trabalho. “Trabalha repousando: repousa trabalhando”. Então, este autor defende a necessidade do ócio como única possibilidade de descanso absoluto e de recuperação do tempo espoliado pelo capital. Ribeiro entende o lazer como algo necessariamente cansativo, cheio de vícios do capital e de obrigações semelhantes às do trabalho. Mas, na totalidade dos autores que estudam este tema, tanto na compreensão do lazer como na do tempo livre, o trabalho está sendo suposto, ele existe como obrigação. O lazer corresponde à ocupação de uma parte do tempo, liberado periodicamente do trabalho, seja num fim de semana, nas férias ou na aposentadoria (PADILHA, 2000, p.59).

De acordo com a citação acima, compreendemos que, o pensamento funcional destacado e criticado pela autora, estipula o lazer ou o tempo livre como um período destinado a atividades compensatórias das frustrações do trabalhador em seu emprego “para que ele possa voltar novamente ao trabalho um pouco mais recuperado” (p.60). Este fato social foi constatado por Adorno (1995) em seu ensaio sobre o tempo livre no qual argumenta justamente sobre as formas do lazer que mimetizam as do trabalho no suposto tempo livre dos sujeitos, sob a égide de revigoração para um trabalho mais eficaz.

Em continuidade a essa concepção funcionalista fica ausente qualquer via respaldada na crítica a respeito das condições objetivas de trabalho ou da realidade social como as políticas públicas, por exemplo. E sob esse aspecto, a falta de um pensamento crítico ao trabalho reificado é colocado nas entrelinhas por Padilha a seguir:

Os autores funcionalistas enfatizam a importância do lazer como forma de oferecer compensações às restrições e ao descontentamento do trabalho, contribuindo para que o lazer seja nada mais que um apêndice do trabalho. Concebe-se, então, o lazer como algo dotado de poderes mágicos capazes de solucionar ou acabar com as frustrações das desagradáveis condições de vida, principalmente do trabalhador. Na tentativa de se criticar o trabalho, acabam fazendo um “elogio ao lazer”, considerando-o como finalidade da existência e ideal de felicidade (2000, p.60).

Nessa mesma esteira podemos complementar com a crítica de Marcellino (2007), para o qual o lazer tem um duplo aspecto no que tange o seu sentido educativo. Pode ser entendido tanto como veículo quanto objeto de educação. Portanto, adjetiva a concepção funcionalista de lazer como sendo moralista, romântica, utilitarista e atividade compensatória. Além disso, critica o lazer enquanto

atividade que visa tornar as obrigações da vida social como um treino de disciplina e controle visando uma ocupação de tempo livre coberta por atividades equilibradas e ajustadas à ordem social.

Não muito longe dessas assunções criticadas sobre a forma e espaço destinado a um processo de lazer como normatização das ações e sentimentos, também Medeiros (1980) argumenta ser o lazer o tempo disponibilizado sem maiores obrigações ou implicações aos sujeitos fora do espaço de trabalho. O tempo de lazer, neste sentido, seria o que se emprega livremente. As obrigações e compromissos devem se restringir, sobremaneira, ao tempo do trabalho. Por conseguinte o sujeito, no tempo livre não tem, ou não haveria de ter, obrigações maiores ou comprometimentos, pois estes perfazem o núcleo do trabalho. O tempo livre seria caracterizado como tempo de divertimento, descanso e propício à ordem do desenvolvimento pessoal e social. Ademais, seria o tempo de manifestação do lúdico cuja especificidade seria o do desinteressado.

Em contrapartida a estas descrições, a conclusão de que o lazer supõe a presença do trabalho profissional, pertence a Dumazedier (1979). Entretanto, para o autor, o ócio ou ociosidade seria a negação do trabalho e o tempo livre não poderia ser confundido com a concepção de lazer. Para ele o tempo livre diz respeito a atividades de engajamento orientadas e direcionadas à satisfação da pessoa proponente. Por isso, engajar remeteria a atividades do campo sócio-espiritual, político e artístico. De modo geral a sua caracterização, seja do lazer ou do tempo livre, está assentada na manifestação da livre vontade; do repouso; da livre capacidade criadora; da ludicidade como potencial socializador, de momento efetivo para a experiência, para se enriquecer e principalmente, livrar-se das obrigações profissionais e possibilitar a formação desinteressada.

A ludicidade, fundamental ao desenvolvimento e capacidade das funções deliberadamente educativas e de sentido humano, forma segundo Bramante (1998) o eixo principal nas ocupações do tempo livre ao ser a materialização da experiência pessoal criativa que não se repetirá no tempo-espaço. Um tempo instrumentalizado por atividades não livres, atende a perspectiva do mercado, e reduz intrinsecamente as capacidades de realização humana:

Dadas as características da sociedade capitalista contemporânea, na qual instrumentalizou-se o tempo e a atividade recreativa, tende a transformar-se em mera mercadoria, a dimensão do “não trabalho” pode assumir uma nuance extraordinária para a vivência da essência humana, através da conquista de um tempo de “não utilidade” frente às pressões crescentes de se dar sempre uma finalidade ao uso do tempo. [...] Portanto, “conquistar” um tempo da não obrigação vem se impondo como um desafio para todos que desejam exercitar a face humana da vida plena (p.11).

As tentativas de nomear ou definir um tempo do lazer são componentes peculiares às sociedades, em especial, a capitalista. É nesse quesito específico que nos reitera Dumazedier (1979), quando averigua que o tempo do lazer fora outorgado aos sujeitos pela sociedade como moeda de troca, no caso, ao cumprirem com seus papéis sociais cujos propósitos especiais eram nada além das obrigações sociais, familiares, profissionais etc. Sendo assim, o tempo de lazer era para significar um tempo de disponibilidade, livre das amarras do trabalho e de compromissos familiares. Um momento no qual o indivíduo teria autonomia, escolha, liberdade para desenvolver suas capacidades. O curioso é que para o autor essas argumentações ou definições são elementos já consolidados ou “conquistados”, são resultados práticos dos frutos gerados principalmente pela economia e pela vida em sociedade. É um direito social com o objetivo de obter a satisfação. Vejamos:

O indivíduo se libera a seu gosto da fadiga descansando, do tédio divertindo-se, da especialização funcional desenvolvendo de maneira interessada as capacidades de seu corpo ou de seu espírito. Este tempo disponível não é o resultado de uma decisão de um indivíduo; é, primeiramente, o resultado de uma evolução da economia e da sociedade. Como já dissemos mais acima, é um novo valor social da pessoa que se traduz por um novo direito social, o direito dela dispor de um tempo cuja finalidade é, antes, a auto-satisfação (DUMAZEDIER, 1979, p.91-92).

Em uma outra obra intitulada “*A revolução cultural do tempo livre*” Dumazedier (1994), discorre sobre a importância de preparar o sujeito para o desejo e para a capacidade de autoformação. Ou seja, utilizando o tempo livre de forma inventiva, crítica e reflexiva a respeito dos problemas da sociedade, do trabalho e da educação. Esses processos, se engajados politicamente em participações democráticas no social, pode ser eficaz à educação escolar e à dinâmica de aprendizagem.

Segundo observava à época, o uso de recursos audiovisuais, especialmente em casa, aumentaria a atração do aprendizado voluntário no emprego do tempo livre. A esse respeito afirmamos que sim, os recursos multimídias inflacionam a atração e capturam o olhar como nunca antes com suas imagens coloridas, isto é fato, inclusive, de mercado. Contudo, não é verdade que eles, na mesma medida, aumentam as capacidades de aprendizado, reflexão e crítica. Mas o lugar de que nos fala Dumazedier quando desenha esse cenário à educação, é o de ruptura com o modelo tradicional escolar, principalmente, o de romper com a carga horária obrigatória.

Enfim, diante dos artifícios estéreis e enganadores do horário escolar imposto, não seria necessário abrandá-lo, planejando de outra maneira as horas de trabalho escolar fora dos limites da classe? E não seria também necessário equilibrar de outro modo os horários obrigatórios, opcionais e livres para realizar um programa escolar mais aberto para o universo extra-escolar? A instituição do trabalho escolar também espera a sua "revolução do tempo escolhido" (DUMAZEDIER, 1994, p.92).

Vejamos que, nesse sentido, o autor, não considerou que capacidades como atenção, concentração e reflexão pudessem definir com o uso intensivo, como acontece hoje, dos meios eletrônicos. Também não houve uma revolução do tempo escolhido como ele imaginara. Simplesmente em grande parte dos núcleos escolares privados, o que se fez foi aparelhar as escolas sob a égide do mercado e da adaptação aos trabalhos mais técnicos. Entretanto, ainda assim para o autor, o lazer pode ser a face oculta da educação de crianças e adultos. A animação ou efeito positivo pode renovar a educação escolar e proporcionar um desejo de formação mais autêntico, por não ser consequência de algo obrigatório aos sujeitos. Além do que: "Ela pode ser um meio de conferir uma vida intensa às associações voluntárias, na qual os cidadãos obtêm uma formação e conduzem a ação, segundo sua escolha" (DUMAZEDIER, 1994, p. 164).

Porém, como se vê nessas teorizações, este autor parte de uma concepção adaptativa em que se isolam quaisquer contradições da sociedade ou problemas advindos da esfera política e econômica. É uma interpretação de sociedade homogênea fruto de uma visão positiva de educação. Por isso, é plausível identificar essa perspectiva como uma recusa da própria história e de suas narrativas em torno

da opressão, dominação e exploração que retornam numa presentificação. A memória é a qualidade imprescindível para se estabelecer a conexão da barbárie atual com o passado inamistoso, cuja finalidade, conforme Benjamin (1994), é a de que não nos assobremos com as iniquidades do presente e deixemos de ser vítimas de uma fórmula de história a-histórica.

Por essa via, Santi (2012) faz um traçado geral sobre os conceitos benjaminianos da representação da infância na suspensão do tempo vazio e linear. A ideia é a de superar a temporalidade mecânica como a do relógio e previsível como o tempo industrial das linhas programadas de operação, em prol de um tempo artístico para dias feriados. Isto quer dizer, a iniciativa e ousadia de se pensar num tempo no qual a escola deva voltar seus investimentos para o tempo das surpresas, do intensivo, dos cortes e do inusitado. Conforme o fragmento abaixo,

A infância é a chave da experiência perdida para o adulto, que o coloca de novo na possibilidade de criação de um tempo (e de uma experiência) não mecânico, não aprisionador. O tempo não linear é a potência do sentido dado agora, a cada agora, e a criança é aquela que descobre o “novo de novo” e, através dessa experiência, instrui a todos a como fazer o mesmo (SANTI, 2012, p.208-209).

Sarriera et al. (2007), em pesquisa intitulada “*Tempo Livre de Adolescentes de Classe Popular: Bem-estar ou Comportamento de Risco?*” a partir de uma análise qualitativa, em escolas públicas, com quinze grupos focais, sendo, oito com adolescentes entre 12 e 14 anos e sete com adolescentes entre 15 e 18 incompletos, propuseram a discussão do tema tempo livre. Alguns dos principais resultados obtidos podem ser observados no trecho abaixo:

Com relação ao uso do tempo livre, verifica-se que, durante a semana, as atividades mais citadas pelos adolescentes foram de descanso, higiene e alimentação, assistir televisão e trabalhar. Com menor frequência foram mencionadas as atividades escolares, domésticas e deslocamentos. No tempo livre nos finais de semana ainda prevalecem as atividades de descanso, higiene, alimentação e assistir televisão, entretanto, aumentam as atividades de lazer fora de casa, tais como atividades sócio-recreativas, esportivas e sair com amigos (p. 86).

Segundo os autores, o tempo livre foi significado pelos adolescentes como sendo aquele de ausência de controle, obrigações, e como um tempo de liberdade para além das instituições reguladoras da sociedade. Ainda de acordo com os pesquisadores tais atribuições postuladas pelos adolescentes colocaram em questão a própria demanda a qual se propuseram analisar: “falar de algo que se funda na liberdade, porém, a partir de espaços-lugares que delimitam e controlam a dimensão do saber e das escolhas e posturas frente à vida, sobretudo neste período de escolarização”. (p.87).

Nesse sentido, é interessante o grau de surpresa apresentado pelos pesquisadores no que concernem as condições estruturais do espaço escolar. Vejamos:

Nas nossas idas às escolas, nos primeiros contatos, nos chamaram atenção os modos de estruturação do espaço escolar, no que tange a situações de controle, disciplina e segurança. A maioria das escolas participante da pesquisa caracterizava-se pela precariedade, pela ausência tanto de infraestrutura nas salas de aula quanto de espaços destinados ao lazer, tais como quadras esportivas e praças. Além da falta de recursos, nos chamou atenção o excessivo controle físico existente nestas escolas. A presença de grades, de cadeados nos portões e até mesmo de seguranças com cacetetes nos sugeriu demasiada “proteção” e busca de isolamento destas escolas (p.87).

Os autores atribuem a existência dessa “segurança” em prol dos alunos e professores, uma proteção contra a violência das ruas, no caso, a existente nos arredores da escola. Porém, reiteram que, por outro lado, em torno desse protocolo de sedimentação física da escola há o isolamento, o que, por sua vez, dificultará a aproximação de experiências, de algo novo etc. Nas suas conclusões, a demarcação entre o externo e o interno legitima a escola como um espaço fundado nesse princípio. Para além, elimina o novo, a surpresa e ou o imprevisto e reforça o modelo pedagógico na temporalidade da produção das fábricas. (*Sarriera et al, 2007*).

Sobre isto, expressamos que a avaliação de que a escola se constitui num lócus antitético do conceito de liberdade pode ser plausível e tem seu fundamento. Entretanto, essa consideração tem de ser validada a partir da premissa de que o âmbito escolar é uma reprodução do social e do mercado de trabalho. Logo, falar de tempo livre enquanto objeto com delimitação de liberdade implica levar em conta a

nossa não liberdade em qualquer esfera da materialidade de vida atual controlada pelo capitalismo. Com relação à abertura da escola ao externo, podemos partir do que nos diz Adorno (1995):

Uma escola aberta ao exterior sem qualquer restrição provavelmente também abriria mão dos aspectos de formação e de amparo. Não me envergonho de ser considerado reacionário na medida em que penso ser mais importante às crianças aprenderem na escola um bom latim, de preferência a estilística latina, do que fazerem tolas viagens a Roma que, via de regra, resultam apenas em desarranjos intestinais sem qualquer aprendizado essencial acerca de Roma. Certamente, na medida em que as pessoas da escola não permitem interferências, o fechamento da escola sempre tende a se enrijecer, sobretudo face à crítica (p.115).

O tempo livre, como período no qual se pode estabelecer o livre exercício da expressão e da liberdade pessoal, podendo ser alocado como o espaço de uso voluntário e permeado por atividades que deem satisfação são caracterizações percorridas por Parraguez e Abin (2002) apud Nascimento e Pessoa (2010). Nessa mesma via de raciocínio Aznar (1995) apud Padilha (2000), elenca três passos para a conquista do tempo livre: primeiro não ser forçado e sim desejado; ser um tempo em si autônomo e não ser tempo vazio.

Estes autores propõem caminhos para alinhar essas premissas conceituais na sua execução social. Falam-nos de se estabelecer junto de algumas iniciativas, talvez, até privadas, parcerias para recreações que fortaleçam o vínculo, convívio e experiência social. Pois dessa forma, tal como numa rede encadeada, haveria frutos como: exercícios plenos de cidadania, criatividade, agrupamentos culturais, eventos e viagens.

Nota-se a partir dessas definições a proposta esquemática e previamente determinista do uso do tempo livre que, obrigatoriamente, deve ser utilizado para abastecimento das energias, busca por alegrias ou felicidade imediata. O sujeito tem que se compreender como passível de produtividade e o tempo livre é a oportunidade única para a realização, aperfeiçoamento ou aplicação de receitas e de repertórios de sociabilidade e criação de vínculos. Não é permitido isolamento para reflexão senão a partir da premissa de se descansar, repousar para voltar melhor no processo produtivo do trabalho.

A tese central dos autores é a de um tempo alheio às obrigações laborais. Por isso, é tempo destinado para fins que não lembrem o trabalho. Nessa assertiva temos a apresentação da cisão ideológica que expressa um lazer falso na assimilação de sua apropriação, e brutal ao impor necessidades de sublimação criativa a um sujeito que não nota nem o trabalho alienante que o define, tampouco o objeto que o mergulha ainda mais na sua lembrança na pretensão de esquecê-lo. Portanto, existe nesse factóide uma não liberdade pessoal. Consideração material que passa bem distante do que advoga boa parte dos teóricos referenciados. Ao contrário dessas assunções, Maya (2008) esclarece que:

Se o trabalhador se aliena em sua atividade de trabalho, percebendo um mundo onde as relações humanas são reificadas, é lógico pensar que a alienação se estende também ao tempo livre, que também aí não é dono de si mesmo e que as atividades exercidas durante o tempo livre sob a influência da lógica da produção de mercadorias reproduzem, reforçam e legitimam as relações de trabalho capitalistas. (p. 33).

Nessa esteira, como nos alertam os autores frankfurtianos, e cabe aqui reiterá-los, o tempo livre, cujo objetivo primordial é o de esquecimento do tempo de trabalho, revela em grande medida não só a configuração de uma atividade alienada como, de quebra, evidencia-nos que nessa temporalidade são impingidas a contrabando, secretamente, formas de trabalho no tempo livre (Adorno, 1995). Os sujeitos ficam determinados nas formas adestradas do trabalho mecanicamente estabelecido em suas funções. A seguinte passagem da *Dialética do esclarecimento* é significativa:

Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho. O pretense conteúdo não passa de uma fachada desbotada; que fica gravado é a sequência automatizada de operações padronizadas. Ao processo de trabalho na fábrica e no escritório só se pode escapar adaptando-se a ele durante o ócio. Eis aí a doença incurável de toda diversão (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p.113).

Conforme Mascarenhas (2006) a forma dominante de apropriação do tempo livre na sociedade atual, é o lazer. O problema é que ele vem configurado pelas principais expressões e determinações agressivas do capitalismo. Este formato e configuração do lazer são motivados em razão da sua própria gênese no Brasil, ligado diretamente ao processo de internacionalização do capital no final do século XIX e início do XX. Período no qual houve a supressão do trabalho compulsório e a consolidação das bases sobre a exploração do trabalho livre, urbanização de cidades e racionalização da política.

Nessa direção, a produtividade expressa pela nova disciplina do relógio torna-se a grande inimiga do ócio, invadindo a esfera do tempo livre e buscando conciliá-lo ao trabalho. É então neste movimento de administração do tempo livre, de peleja contra os valores, hábitos e comportamentos inerentes ao ócio, que podemos localizar o aparecimento do lazer, fenômeno condizente com a ideologia da sociedade industrial (p.95).

No tocante a essas questões, novamente Maya (2008), aponta o reflexo da reificação advindos das sociedades capitalistas, para a qual o próprio humano é objeto de troca constante. O tempo livre nessas condições das forças produtivas materiais não tem outro destino a não ser o de reproduzir as determinações objetificadoras do tempo de trabalho. Portanto, tem início o surgimento de supérfluas demandas que impossibilitarão as pessoas de terem acesso ou de exercerem no tempo que sobra, a reflexão crítica:

Em sociedades onde tudo, inclusive o ser humano, é tratado como mercadoria, como um objeto a ser colocado em um mercado impessoal e todo-poderoso, o tempo livre não foge à regra, seguindo a tendência alienadora do trabalho. A lógica da produção de mercadorias, atuando sobre o tempo livre do trabalhador, toma-lhe um espaço que poderia ser usado para a reflexão crítica sobre si mesmo e sobre sua realidade, reduzindo e/ou homogeneizando suas necessidades, sufocando seus desejos, criando novas e falsas necessidades, com reflexos profundos em sua personalidade, em suas relações com os outros e com o mundo (p. 32-33).

O que podemos verificar nesta passagem é a força de moldagem exercida pela indústria cultural que reproduz as forças de produção das mercadorias. Atualmente, há nesses entremeios o determinismo tecnológico, como produto do

capitalismo avançado, que de certa forma pauta o tempo livre da grande maioria. É o que podemos discutir um pouco melhor no próximo item sobre as relações estabelecidas entre o processo de trabalho, os usos do tempo livre e a tecnologia.

2.2 Relações entre trabalho docente, tempo livre e tecnologia digital

No trajeto da mitologia à logística, o pensamento perdeu o elemento da reflexão sobre si mesmo, e hoje a maquinaria mutila os homens mesmo quando os alimenta. Sob a forma das máquinas, porém, a *ratio* alienada move-se em direção a uma sociedade que reconcilia o pensamento solidificado, enquanto aparelhagem material e aparelhagem intelectual, com o ser vivo liberado e o relaciona com a própria sociedade como seu sujeito real. A origem particular do pensamento e sua perspectiva universal foram sempre inseparáveis. (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p.42).

Assim como o tempo livre é amalgamado ao tempo de trabalho de tal monta que não fica clara a distinção, essa junção temporal confere uma materialidade de não liberdade aos indivíduos. Existe uma multiplicidade complexa de tempos na vida dos indivíduos que não desfrutam de um tempo único, de acordo com Cordeiro (2013). Essa complexidade diz respeito aos tempos destinados para si, família, lazer e trabalho. Em breve definição sobre a temporalidade objetiva e subjetiva, é salientado:

Assim, o conceito é utilizado para explicar e sintetizar o que o tempo significa subjetivamente, além de suas propriedades como pontualidade, duração, quando, sequência, *deadline*, ciclos, ritmo e velocidade, incluindo também normas, regras e convenções associadas ao *tempo* – em suma, a ideia de tempo como um processo de experiência vivida e não como uma medida. Assumindo que a questão-chave do *network time* é a internet/rede em si mesma (a compressão do tempo do relógio e velocidade na comunicação) e o efeito generalizado de aceleração, observaremos a experiência subjetiva do tempo, enfocando na forma como as pessoas lidam com a relação entre casa e trabalho, e como promovem o balanço entre essas esferas (CORDEIRO, 2013, p.26).

A tecnologia se configura como um *modus vivendi*, consoante Zuin (2013), e não mais pode ser reduzida a um conjunto de práticas e técnicas. Isto significa que a tecnologia tem resultantes na forma de produção e reprodução da vida, “cuja universalização se faz presente tanto nas relações desenvolvidas nos ambientes de trabalho, quanto nas que se estabelecem no denominado tempo livre” (p.633). Em

razão desse mecanismo, na formação dos professores adentra o chamado novo espírito do tempo: as TICS – Tecnologias da Informação e Comunicação. Na verdade uma nova cultura que “obriga” os profissionais da educação à adesão sob o preço da modernidade. A utilização dos apetrechos técnicos se intensifica na medida em que reforçam a ilusão de liberdade às pessoas, que, por sua vez e em prol de legitimidade, estão radicalmente dependentes da tecnologia. A consequência em primeira instância desse vício audiovisual é o impacto ao ensino e ao pensamento que fica obstruído, sem consistência própria ou vislumbre de autonomia em razão de uma sequência padrão que opera no processo de automatização dos conteúdos que são filtrados pelas plataformas digitais e são trabalhados com vistas a uma ideia de formação (Ducci, 2014).

Evidente que a este tema cabem ressalvas em torno do conteúdo em si. Por exemplo, para Zuin (2013), a relação estreita que temos com os aparatos técnicos são tão presentes na rotina que não mais notamos que este objeto não é natural. Da mesma forma existe certa confusão quando se pensa o termo tecnologia na educação, já que uma crítica apressada perde de vista o conjunto determinativo e necessário a constituições e usos de objetos que fazemos diariamente ou que fizeram parte de nossa formação. O papel, o lápis, a cadeira e ou a lousa são criações materiais possibilitadas por tecnologia desde a captura de matéria-prima até sua execução final.

Entretanto, esses itens culturais objetivos estão amalgamados de tal forma em nossas concepções arbitrarias de validade universal que, raramente, é feita a ressalva de que são frutos ou ensaios de tecnologia pura. Zuin (2013) destaca que existe um processo de naturalização, comum aos sujeitos, que nega o movimento histórico dos objetos ao pontuar as máximas determinações humanas como precedente ao próprio mundo, como em um toque mágico. Sobre isto, podemos observar a citação a seguir:

No entanto, além do equívoco em naturalizar as construções históricas da humanidade como se sempre tivessem existido e como se não fossem obras do trabalho humano, tem-se, ainda, outro obstáculo quando se fala em tecnologias, a saber: associar o termo apenas aos aparatos digitais que se desenvolvem com força na atualidade. Dito de outro modo, acaba-se por não entender como tecnologia uma lousa (ou quadro negro), mas apenas a

lousa digital que adentra gradualmente o ambiente escolar, por exemplo (ZUIN, p.633).

Outro aspecto é que a tentativa de velar ou ignorar o avanço microeletrônico não é interessante à própria educação e ou à vida social, apesar dos reflexos lesivos dos usos desmedidos ou sem filtro crítico-educativo destas determinações materiais. Até porque isso seria impossível em razão de dois elementos: intermedialidade e portabilidade. Isto é, varias mídias num só aparelho o qual compila outros tantos aparelhos (Zuin, 2013). Esse processo é praticamente irreversível e por outro lado, traz benesses – facilidades – em algumas esferas do trabalho e da vida. A crítica tem de ser repousada naquilo que a tecnologia poderia fazer, mas não faz. Vejamos para onde o norte crítico poderia se abastecer a respeito das possibilidades e limites dos usos da tecnologia digital.

É preciso destacar que ao passo que a tecnologia facilita algumas assunções da objetividade material, criam-se outros tantos entraves. Ao invés de desenvolver o ensino, precariza as determinações dos conteúdos transmitidos e expurga, paulatinamente, e sem constrangimento, a figura docente de cena. É certo que a tecnologia determina, ao contrário do que se imaginava, um estilo de vida incompatível com mais tempo para se pensar, com mais qualidade a todos, menos trabalho e principalmente liberdade. No entanto, é bom ressaltar, que apesar de tudo, não deva haver um caráter fatalista e irrevogável a esse respeito. A inevitabilidade não é inevitável, e esse processo tecnológico que observamos é inevitável dentro desse sistema do capitalismo tardio, que, porém, não é eterno.

Por outro lado, é importante salientar novamente com Zuin (2006) que o propósito maior das EAD é o de presentificar o docente ausente. É reiterado nesse aspecto que não se pode ser ingênuo de crer que aula presencial é a solução ou exemplo de boa qualidade, pois existe um pacto de mediocridade entre alunos e professores “no qual o professor finge que ensina e os alunos fingem que aprendem” (ZUIN, 2006, p. 948). É importante que se diga que este pacto desvelado não é resultado de um movimento de escolha de professores ou alunos, é como já averiguamos um processo de cópia da reprodução diária da vida no capital concentrado.

Como soma dessa observação, se a isso associarmos o que diz Adorno (1995) sobre os tabus existentes na profissão de professor, qual seja, ela é aquela que nega a separação entre o trabalho objetivo e o plano afetivo, cisão possível em outras funções sociais de trabalho, constataremos que esse sumiço da figura docente já estava prefigurado, tal como nos diz o filósofo: “Nesta medida, o próprio ofício do professor permaneceu arcaicamente muito aquém da civilização que ele representa; talvez as máquinas educativas o dispensem de uma demanda humana que se encontra impedido de realizar” (ADORNO, 1995, p.112).

Parelho a esse movimento está a fetichização da técnica que legitima a frieza e o autoritarismo, muito em razão da sensação de poder que a dimensão mágica de encantamento da tecnologia proporciona. Nesse meio de alto valor concedido à técnica, não é raro que o mesmo processo se intensifique nas pessoas, daí suas objetificações ou sua assunção da característica de amantes de maquinários, como evidência da patologia de que Adorno (1995) denominou de véu tecnológico. A esse respeito podemos evidenciar Chauí (2013) quando define o pensamento mágico despertado em redes sociais nos empregos de aparelhos tecnológicos em razão de não se reconhecer nos elementos de produção e criação da técnica e também pela desidentificação de quem se é no social dando lugar apenas ao usuário consumidor. É uma relação em que o sujeito se perde de si no uso do objeto e desconhece a natureza calculada e funcional do próprio objeto em si.

Assume gradativamente uma dimensão mágica, cuja origem se encontra na natureza do próprio instrumento tecnológico empregado, pois este opera magicamente, uma vez que os usuários são, exatamente, usuários, e portanto não possuem o controle técnico e econômico do instrumento que usam – ou seja, desse ponto de vista, encontram-se na mesma situação que os receptores dos meios de comunicação de massa. A dimensão é mágica porque, assim como basta apertar um botão para tudo aparecer, assim também se acredita que basta querer para fazer acontecer. Ora, além da ausência de controle real sobre o instrumento, a magia repõe um dos recursos mais profundos da sociedade de consumo difundida pelos meios de comunicação, qual seja, a ideia de satisfação imediata do desejo, sem qualquer mediação (CHAUÍ, 2013, p.4).

Em complementaridade a essa análise, Zuin (2006) explica que os meios de comunicação nos bombardeiam com excesso de estímulos e informações que, na intenção de capturar as atenções, chegam aos endereçados tais como choques audiovisuais, tamanha sua intensidade. A velocidade de transmissão de dados

ofertados pela revolução tecnológica proporciona distorções na temporalidade do desenvolvimento humano. Por exemplo, há um *vir a ser* da idade adulta delineada na infância que contribui para o desaparecimento da própria infância. Nas palavras do autor:

Entre os recém-nascidos e os senis, existe um híbrido de adulto-criança e de criança-adulto que é resultado de uma era de hegemonia de imagens que estimulam a disseminação de um raciocínio estereotipado e fragmentado (2006, p.940).

Porém, por outro lado, o autor argumenta que o desenvolvimento da tecnologia transformou não somente essas etapas da idade infantil e adulta. As relações espaço-temporais a partir da engenhosidade de alguns inventos, que eliminaram o tempo e o espaço como condições para que determinadas atividades humanas ocorressem, também foram transformadas. O telégrafo possibilitou que a comunicação pudesse chegar ao destino de forma tão rápida que "... pela primeira vez na história da humanidade a velocidade da transmissão da mensagem superou a velocidade do corpo humano ou dos animais utilizados para levar as informações de um lado para o outro". (ZUIN, 2006, p.940). Desse modo, às considerações de Adorno (1995) sobre os indivíduos enquanto apêndices de maquinários, somam-se: a concepção mágica que o encanto da tecnologia oferta aos usuários, como posto por Chauí (2013), e a expressão, que segundo Türcke (2010), fora cunhada por Anders há mais de 50 anos, a vergonha prometêutica.

Ora, se a vergonha diante da perfeição da máquina pode engendrar a auto-reflexão crítica sobre a fragilidade daquele que a criou, esta mesma vergonha também pode provocar a inveja do criador, que não se contenta com o alento de ser um *deus ex machina*, mas anseia mimetizar a força da máquina convertida em fetiche para que ele próprio seja identificado e se reconheça como máquina (ZUIN, 2006, p.940).

Ao apresenta uma definição ao encontro dessa tensão entre o desejo de destruição das máquinas que devolvem ao homem o aviso de que para sobreviver ele tem de ser apêndice destas, Türcke (2010) enfatiza a inversão desse processo configurado no sentimento do sujeito em não ser nada. Esse fenômeno define o sentimento de incapacidade dos homens ao se defrontarem com a ultracapacidade

de suas criações maquinais, de super poderes. A medicina na elaboração da poção mágica de medicamentos promete esse pouso forçado ao humano, seja para ser mais potente sexualmente, para perdurar a beleza, não se deprimir, seja para ter um foco maior nos estudos e no trabalho a partir do uso de substâncias. Por isso, não tão longe de máquinas competitivas, potentes e velozes e nem tão mágico parece ser a superação de limites do corpo e da mente quando tudo converge para que pactuemos por um ser humano que tenha características de “velocidade sobre-humana, voar, produzir por horas a fio sem fadiga ou falta de atenção etc.” (Türcke, 2010, p.47).

Quem sou eu, do que sou capaz – em comparação com esses aparelhos fabulosos? Mas onde há a vergonha prometeica também prolifera a ira prometeica. Ela é por demais proibida e difusa para ter palavras claras. Ela possui, porém, formas de expressão. É apenas necessário aprender a lê-las (TÜRCKE, 2010, p.72).

Portanto, seria uma concepção da esfera da magia crer na efetividade do ensino, da educação e do ambiente de trabalho do professor a partir das inserções em demasia da tecnologia? No mistério do aumento do trabalho diante de operações técnicas que poderiam diminuí-lo? Por que não há vergonha crítica perante os reflexos ou consequências da desinformação ou mesmo na confusão de informações céleres, não raro questionáveis, com conhecimento que nada tem de formativo? Nesse sentido, como podemos entender mais amiúde o impacto das tecnologias na dimensão temporal e os seus reflexos na esfera subjetiva de alguns professores? Como fica o âmbito de suas práticas pedagógicas encampado pela alta tecnologia? Indícios que possam evidenciar o curso dessas indagações poderão ser encontrados em algumas pesquisas que serão descritas neste item.

O desenvolvimento tecnológico desencadeia a sensação de aceleração em todas as esferas da vida social e esse processo nos veda a possibilidade crítica de repensar o uso que efetuamos de nosso tempo, isso diz respeito da *ratio* como focado na apresentação deste trabalho. Mas para alguns autores como Cordeiro (2013), o ideal seria fazer uma programação de otimização do tempo, mais precisamente, racionalizá-lo. Entretanto, será que necessitamos mesmo de uma racionalização da temporalidade? Sob essa concepção é importante salientarmos

que a atual forma de organização alienada do tempo é produto, justamente, das formas de abastecimento e regulação efetuadas pela sociedade de mercado. Já existe, nesse sentido, uma intensa racionalização nesse processo, que de certa forma, faz o anverso do pensamento proposto por Cordeiro.

Pensar nos limites e possibilidades entre o tempo destinado ao trabalho e aquele relativo à vida particular e como essas temporalidades se relacionam conectadas à maneira como os indivíduos a vivenciam no âmbito de suas realizações, permite-nos algumas considerações: está mais difícil impor limites ao dia e ao tempo de trabalho. Isto significa que existe uma aceleração do tempo e do tempo de trabalho e a tecnologia tem um papel central na propulsão dessa questão. Sobre isto, aponta Cordeiro (2013) que a sensação de aceleração do tempo aponta para uma necessidade de gestão do tempo para controlá-lo, planejá-lo “a partir do rompimento com uma visão mecânica do relógio (*clock view*) e a transformação para outra caótica e acelerada da rede, impõe-se aos indivíduos novas necessidades, e a gestão e organização do tempo tornam-se ideias-chave” (p. 26).

Para pensarmos sobre a atividade docente, conforme Kallajian (2012), o trabalho do professor sofre pressão para se adequar ao contexto político, econômico e social, e as tecnologias digitais contribuem para esse processo. Assim como a alta tecnologia consolida e exerce mecanismos de manutenção das políticas neoliberais, o âmbito educacional é invadido pela mesma imposição de valores, como o aumento de produtividade, concorrência, e competitividade advindas da democratização das informações proporcionadas pelas *TICS*.

A identificação das transformações e das novas funções docentes nos trouxe a compreensão de que há um verdadeiro "esvaziamento" da profissão docente, em virtude de inúmeras novas funções assumidas pelos professores, restando uma sensação de insegurança e deslocamento de suas atribuições tradicionais. Esse aspecto pode ser visto por dois ângulos: um deles recorre à exploração excessiva de seu trabalho, já que assume novas tarefas, e outro que advém da diminuição de sua essência, que fica perdida diante de tantas denominações que dele se originaram, como tutores, facilitadores, monitores, dentre outras. Em ambos os aspectos, há consenso de que o trabalho do professor está envolvido por um processo de precarização (KALLAJIAN, 2012, p. 125).

Pelo o que é exposto nestas assertivas, fica óbvio o apelo para se repensar as práticas de ensino tradicionais. As aulas expositivas, como modelo, necessitam de um novo formato para acompanhar o próprio desenvolvimento tecnológico e conseqüentemente as novas formas de globalização para não perder de vista os planos de ação do capital, da exploração de trabalho, e a diminuição da autonomia. Nesse movimento, ainda segundo o autor, as novas tecnologias interferem sobremaneira na subjetividade do professor que adentra numa crise de identidade, além de identificar o seu trabalho a uma atividade vazia e sem sentido.

Alavancado por esses fatos, o trabalho docente talvez esteja passando por uma de suas maiores transformações e o professor, por sua vez, esteja sofrendo uma de suas maiores crises de identidade. Esse novo contexto mexe intimamente com a subjetividade do professor. Para aqueles interessados em explorar o trabalho dos docentes, as novas possibilidades metodológicas viabilizadas pelas tecnologias digitais permitem a criação de novas funções e denominações, bem como a divisão do trabalho em “equipes multidisciplinares” que incluem a presença de profissionais das áreas de tecnologia, design e comunicação (2012, p.54).

Ainda assim, é preciso ter cautela e visualizar a amplitude do problema. Enquanto modelo emblemático, temos, em que pese esses aspectos, os chamados programas-aula. Duci (2014) em pesquisa sobre os prejuízos educacionais, informa-nos que a semiformação é intensificada nos modelos de recursos audiovisuais. Conforme a autora, além das tele aulas deixadas à disposição dos alunos, inclui-se o acervo da TV cultura, contendo entrevistas de especialistas e professores. A finalidade aparente é tornar acessível a todos, os bens culturais acadêmicos, ao estabelecer uma continuidade plenamente acessível e fácil entre as fronteiras do conhecimento e “o contato com outras “personalidades acadêmicas” (p.79).

Ao analisar esses conteúdos, a pesquisadora constatou que os programas-aula funcionam como estratégia dinâmica em que se vende um produto aparente em seu propósito. Apenas falsifica uma proximidade com os pesquisadores e professores que são objetificados enquanto celebridades especialistas que ocupam um lugar de fala igual em entrevistas ou documentários nos espetáculos da indústria cultural. Além disso, pontualmente Duci (2014) observa que os professores ou especialistas pertencentes a esses programas-aula não são lidos ou estudados pelos alunos ou espectadores. Em suas ponderações vemos:

Tal manejo é representado pelo falseamento do acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade – principal *slogan* do EaD – e aos célebres professores, os quais podem ser encontrados no ambiente presencial, no *campus* universitário ou nas salas de departamento, e não no ambiente virtual de aprendizagem, visto que tais professores especialistas não estabeleceram quaisquer contato acadêmico com os consumidores da UNIVESP para além da participação nos programas-aula (p.80).

A tentativa de tornar digeríveis conceitos complexos via recursos tecnológicos, segundo Duci (2014) é prejudicial por algumas razões, são elas: interfere consideravelmente na interpretação dos conceitos estudados; a mediação do professor não é plenamente desenvolvida e não se transmite o que era para se transmitir, pois a dinâmica temporal da situação e do aparato audiovisual difere do ambiente concreto de sala de aula.

Vale a pena adentrarmos na citação feita à aula do professor Gabriel Cohn sobre os estudos de Karl Marx mais especificamente quando o docente tenta definir o conceito de burguesia. Neste caso, dada a limitação imposta pelo contexto virtual, o professor sente dificuldade em organizar o conteúdo. A aula foi elaborada em 2010 e capturada do acervo digital da UNESP. Vejamos,

O problema dele era – como é que eu posso explicar... – a dinâmica extraordinária dessa sociedade, que se transforma de uma maneira verdadeiramente revolucionária, por força de mudanças econômicas que tem como propulsora uma determinada classe, ou determinado conjunto de pessoas – eu não estou definindo com precisão, mas enfim... – tem como propulsores o conjunto dos capitalistas, o conjunto daquilo que ele chamaria de “a classe burguesa”. Como é que essa coisa caminha, quais são as tendências, o que ela está produzindo, quais são os limites disso?(Programa-aula 2, 5’30”); (DUCI, 2014, p.80).

A essa situação expressa, Duci (2014) considera que a busca por uma inteligibilidade imediata via métodos audiovisuais configura um prejuízo formativo. O professor no caso, não obstante ser especialista no tema, encontra dificuldades em elaborar aquilo que domina. Além disso, salientamos que se o aluno se “incomodar” com algum elemento norteador da fala docente, não tem em hipótese alguma a possibilidade de se expressar e, assim, realizar o que podemos nomear de aula. Numa aula presencial o professor, talvez, não fale com ninguém, fale apenas

consigo mesmo. A classe não existe, existe cada um. Por isso é muito fácil de perder ou não reconhecer a medida intelectual de cada aluno. Apenas quando um aluno realiza uma pergunta é que o professor passa a falar com alguém de fato, e então, acontecer a aula.

O conceito embalado é apresentado eximindo-se do diálogo, da interpretação dos alunos / professores / espectadores, uma vez que é fornecido pelo professor especialista, e em nenhum momento, com nenhuma outra estratégia didática, o conceito é retomado, mesmo que no próprio-programa aula se reconheça a sua eventual imprecisão (DUCI, 2014, p.80).

Para a autora o que se evidencia diante da análise desses materiais de vídeo-aula é o caráter predominantemente instrucional e instrumental. Existe um claro prejuízo à formação e principalmente na formulação dos conceitos em primeira mão. Essa proposta de ensino visa tão somente priorizar uma formação docente à distância sob a marca da eficiência e eficácia num período de tempo curto. O objetivo disto é o de abastecer o mercado de trabalho rapidamente por profissionais que sejam, acima de tudo, apenas técnicos. A respeito da tipificação desses profissionais, é interessante observarmos a passagem a seguir:

[...]. Isto é, por aqueles que já ouviram falar de Marx, Weber e Durkheim e sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas que por sua formação aligeirada e massificada não sabem transpor essa enxurrada de informação em mobilização conceitual para a reflexão dos próprios processos de dominação aos quais estão imersos e que constantemente reproduzem (p.100).

Em outro trabalho que versa sobre a relação da temporalidade do trabalho e a conexão com o tempo livre, Quevedo, Fleck e Carmo (2013) analisaram a gestão de tempo de trabalho e tempo livre de docentes do ensino superior público em regime de dedicação exclusiva. O mote principal da análise era *“como os docentes com dedicação exclusiva mantêm uma gestão do tempo de trabalho comparado com o tempo de vida pessoal?”* (p.21). A pesquisa, calcada em entrevista semiestruturada com um total de doze docentes, constatou que os professores levam muito trabalho para casa, o que, por sua vez, interfere na vida pessoal destes profissionais. “A

rotina dos docentes de um modo geral, ao contrário de outros profissionais, acabam tendo seus dias de folga ocupados por atividades referentes ao trabalho”. (p.21).

Segundo os pesquisadores 83% dos professores se utilizam de métodos formais para organizarem as tarefas relativas ao trabalho. Isto é, utilizam agendas tradicionais para anotar atividades da semana e usam a noite anterior, normalmente no domingo, para revisar ou lembrar o que tem para ser feito no dia seguinte. São planejamentos com ordens de prioridade e importância.

Além disso, ao procurarem observar a influência do tempo de trabalho nas demais atividades dos professores, os autores destacaram que estes abdicam do tempo com a família em razão do trabalho. Por isso, a relação entre o tempo de trabalho e de não trabalho, revelou na análise que os professores não possuem um tempo determinado, embora tenham uma flexibilidade de horário que é apenas aparente, pois consome o docente em suas atribuições.

Na análise dos autores sobre as respostas dos docentes houve certa ambiguidade por parte deles, pois veem como algo natural a conexão existente entre o trabalho e o tempo livre. Afirmaram inclusive que é perfeitamente conciliável e possível separar o que é a rotina de trabalho e o que é a rotina pessoal. No entanto, uns apresentaram maior necessidade de um tempo de descanso e outros admitiram ser possível tanto organizar o tempo, como atender às exigências da função e descansar.

De acordo com os pesquisadores as respostas dos professores revelaram que: regime de dedicação exclusiva faz com que a vida pessoal e profissional fiquem intimamente conectadas; as queixas dos professores dizem respeito ao excesso de reuniões, viagens e burocracia; a maioria dos professores disse estar adaptada ao estilo de vida sem ter necessidade de tempo maior de lazer; e a outra parte diz não ter prejuízos na organização do trabalho. Além disso,

Também foi possível observar que a variável mais relevante, no que se refere à dificuldade em equilibrar os afazeres do trabalho com os da vida pessoal é a quantidade de tarefas às quais os docentes estão submetidos, sendo que parte delas surge de forma não planejada no decorrer do exercício da profissão (QUEVEDO, FLECK E CARMO, 2013, p. 32).

Em caráter conclusivo, a pesquisa discute, que muito embora exista por parte dos docentes planejamento do tempo de trabalho por meio de métodos de organização formal como agendas e estabelecimento de prioridades, isto ainda não é o suficiente para transformar o tempo livre totalmente alheio ao tempo de trabalho. Evidentemente que não, haja vista, que a agenda exerce o controle sobre o sujeito e não o contrário. Mas sob este aspecto – o de um tempo livre alheio ao do trabalho – é necessário que apontemos para um outro sentido, não é de todo desejável um tempo totalmente livre das ressonâncias do trabalho, a esse respeito falaremos mais a frente sobre o tempo livre de acordo com as conceituações de Adorno (1995). Sendo assim, a pesquisa fecha com uma síntese genérica sobre o entendimento dos professores a respeito do conceito de tempo aplicado ao movimento do regime de seus trabalhos, no caso específico, a dedicação exclusiva:

Para os professores, o tempo apresenta-se como um elemento importantíssimo no dimensionamento do trabalho e a dedicação exclusiva influencia de maneira interessante no seu planejamento, visto que ao mesmo tempo em que surgem novas tarefas para serem gerenciadas, o trabalhador também dispõe de mais tempo para se dedicar somente a esse processo (p.32).

Dando sequência às descrições de pesquisas, a tese *“Você tem tempo?” Uma análise das vivências temporais dos cientistas sociais na sociedade contemporânea* de Cordeiro (2013) teve como propósito compreender os processos temporais vivenciados por docentes do ensino superior do curso de ciências sociais a partir do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICS) no espaço de trabalho. O objeto foi averiguado da seguinte forma, compreendendo a percepção dos docentes sobre suas rotinas, seus tempos de trabalho e o tempo para a construção de conhecimento.

Para isso, trouxe entrevistas com os docentes. Por um lado, avaliou os roteiros de trabalho e os reflexos nas vidas particulares dos professores a partir da programação das (TICS). E por outro, fez breve discussão sobre a existência de uma pluralidade de tempos, a partir das experiências temporais. A pesquisa levou em conta fatores como: a geração dos professores; o nível e engajamento na

carreira; o suporte administrativo burocrático da instituição e a velocidade e intensidade de conexão com a rede disponível na universidade.

Em sua análise Cordeiro (2013) considera que a difusão das tecnologias digitais da informação e comunicação na universidade é importante por: desenvolver o ensino; economizar o tempo com pesquisas; obter um trabalho mais rápido e eficiente; aumentar as redes de colaboração; aproximar os laços de pesquisa; e viabilizar mais objetivamente a escrita com pares. Porém, na mesma lógica, ampliam-se as demandas de trabalho e o tempo fica comprimido. Pois conforme os professores entrevistados na pesquisa, as demandas extrapolam o tempo razoável para sua concretização porque estão repletas de burocracias institucionais as quais não podem deixar de atender.

Por isso, segundo a autora, o tempo para o pensamento é escasso e diante das obrigações de desempenhar inúmeras outras atividades, ele é o mais sacrificado dos tempos. Em suas palavras, é um desafio reinventá-lo ou conseguir capacidade para criá-lo. O tempo de mergulho intelectual ocupa, segundo os relatos dos docentes: o tempo da vida, da família, do lazer ou do tempo livre. Tanto que, na fala de alguns professores, o tempo hábil para se realizar atividades como escrita e pensamento, é o das madrugadas por conta da tranquilidade/silêncio. Ou nas férias e feriados por questão da exigência da pesquisa ou trabalho a ser feito que demanda mais dedicação. Alguns docentes ratificaram que somente em período de licença foi possível executar o trabalho intelectual com qualidade.

É, portanto, que ao serem questionados sobre o que fariam caso tivessem mais tempo disponível, muitos afirmaram que se dedicariam às suas pesquisas, não sendo possível operar a partir de uma distinção clara entre tais tempos. Ressaltamos que a existência e predomínio do tempo cronométrico, marca do *clock time*, não aniquila outros tempos e temporalidades que, por sua vez, nem sempre são compatíveis com a mensuração em horas e minutos (CORDEIRO, 2013, p.268).

Em síntese, argumenta-se na pesquisa que quanto menor o apoio da estrutura da universidade tanto maior será a pressão temporal direcionada aos docentes e tanto menor também serão os seus tempos disponíveis. Dado isso, a hipótese do trabalho foi que a pressão em relação ao tempo está ligada à

possibilidade de manter-se “off-line”, ou seja, essa pressão é maior na medida em que o indivíduo esteja mais conectado e dependente da (TICS).

Faremos, agora, algumas breves considerações acerca desta tese descrita. Primeiramente a respeito da importância das tecnologias digitais à universidade com seus subprodutos com aparência de vantagem: a economia de tempo para pesquisar, desenvolvimento do ensino e suposta eficiência e dinâmica do trabalho realizado. Esses aspectos merecem algumas ressalvas. A começar pelos bancos de dados das instituições de pesquisa que estão abarrotados de informações. Dado o fluxo de grande volume de informações é preciso questionar a fidedignidade do que se pesquisou sendo necessárias práticas pontuais de se filtrar com certa precisão por meio das palavras-chave aquilo que se quer analisar, sem, obviamente garantias de sucesso nessa coleta.

Afirmamos certamente que as ferramentas de busca podem ser eficientes para termos de pesquisa e podem, evidentemente, facilitar o trabalho de alunos, professores etc. Contudo, elas não fornecem em seus mecanismos a capacidade de reflexão sobre o objeto selecionado. Logo, excesso de informação é facilmente confundido com conhecimento sobre determinado conceito ou área de pesquisa. Os conteúdos percorridos num simples *click* não são contextualizados, relacionados ou avaliados objetivamente para aprofundamento subjetivo. Por isso, se não balizado, pode comprometer o desenvolvimento do ensino como comumente ocorre em nossa educação.

O que buscamos respaldar criticamente com isso é o alerta de Türcke (2010) sobre como ocorre a percepção mediante a forma de organização dos hipertextos. Sobre este conceito o autor exemplifica que quando digitamos um termo específico em algum buscador na internet e este nos retorna uma miríade de referências e links absolutamente cruzadas que nos sinalizam contradições, tentar percorrer esses conteúdos é perder-se. Por outro lado, se não o fazemos fica a sensação de que ignoramos o mais importante. Ter uma gama maior de materiais escritos com tempo rápido de acesso, não significa, de modo algum, economia de tempo ou tranquilidade na execução do trabalho.

O olho do leitor encontra constantemente conceitos marcados chamando para outros textos que prometem uma leitura mais excitante do que a que se faz agora, e apenas o esforço de uma negação teimosa contra tais saltos de página permite que se esteja em condições de ler o texto em questão, de uma vez só, até o fim (TÜRCKE, 2010, p.70).

Outros fatores apontados como o aumento das redes de colaboração e a aproximação de laços de pesquisa na escrita por pares, dizem respeito ao fuso horário quando se trabalha com colegas de outro país. Isto facilita? Certamente que sim. Entretanto, obriga os envolvidos a serem reféns do e-mail, compromete o sono, conseqüentemente o dia seguinte de trabalho e acima disso, compromete porque se estava trabalhando muito antes do horário de trabalho. Além disso, há também uma ausência de calor humano, um menor contato entre os pares. Criam-se problemas de outra ordem no emprego dos recursos tecnodigitais. As tecnologias são utilizadas em boa parte na universidade para o preenchimento de planilhas e relatórios, questionários e principalmente e-mails.

Por esse viés, é bom que se diga, a pesquisa sedimenta uma de suas teses: o fluxo contínuo, ininterrupto de informações é o elemento que aprisiona o sujeito à rede numa espécie de simbiose às avessas entre homem e a máquina. O docente é obrigado a ter uma maior organização do trabalho para atender exclusivamente as demandas da instituição que exigem respostas rápidas de curto prazo. Contudo, notemos que existe nessa circunstância das pesquisas por pares uma tese que está subjacente: são as novas tecnologias que bloqueiam as atividades-fim. Mas, também possibilita de certa forma a sua realização quando aproxima a comunicação entre os professores na produção teórica. Portanto, a situação é ambígua. Enfim, as tecnologias impulsionam problemas, no entanto, seriam somente elas o principal, já que em algum sentido elas ajudam?

Vejamos que a tecnologia comprimiu o tempo, multiplicou o trabalho ao qual se somaram, na verdade, trabalhos desnecessários que sobrecarregam, em demasia, os professores. Além disso, foram extintos empregos que poderiam facilitar e complementar essas funções. O resultante desse processo que deve ser avaliado é o acostumar-se a trabalhar em ritmos intensamente acelerados pela urgência e imediatismo das tecnologias e não preferencialmente do homem. Talvez nesse núcleo resida o problema a ser melhor compreendido.

Chamamos a atenção para isso, pois o tempo de trabalho do professor atrelado à utilização e ao impacto das TICS, que, em tese, seria uma forma de se facilitar o desenrolar produtivo do docente, reverbera justamente no oposto disso. Ou seja, identifica o estabelecimento da relação posta entre a racionalização dos meios de produção e o operacionalismo irracional da produção acadêmica sobre o qual são esmagados os professores. A lista é grande. Obrigação em produzir, cada vez mais, de forma acelerada tendo uma série de empecilhos administrativos das Universidades. Ao passo que seus ambientes de trabalho encurtam suas temporalidades de produção. Isto significa que existem contrações de espaço e tempo para responder aos ditames das instituições e da ciência moderna. Por isso, a importância de se refletir e discutir sobre o tempo necessário para se dialogar com o próprio trabalho intelectual e o planejamento das aulas.

Adentramos assim num outro aspecto a ser tratado, o tempo para o pensamento é escasso e é o mais sacrificado. Em linhas gerais, o tempo de trabalho invade o tempo livre. O que emerge nas circunstâncias concretas de análise é que o tempo docente no trabalho não é destinado ao que, de fato, seria o mais importante: estudo, escrita, pesquisa, preparação de aulas etc. Gasta-se grande percentual desse tempo com atividades tecnoburocráticas e perde-se tempo com outras, cujo foco, não é de forma alguma relacionado ao trabalho de professor. Algo que poderia ser ao menos amenizado com a instauração ou contratação de um grupo de apoio pela instituição ao departamento dos professores. Poderia se não houvesse, como discutiremos logo mais, o corte exaustivo de verbas e a subcontratação de funcionários com contratos flexíveis e precários.

Outro ponto significativo sobre o uso do tempo livre como trabalho é que tanto da parte dos professores quanto do pesquisador não houve o questionamento sobre qual seria a maior implicação de o tempo livre ser ocupado com atividades de estudo, leitura ou pesquisa. Todavia, como já afirmamos, não é, de fato, desejável que ocorra de o tempo livre ser no todo de trabalho. E com relação à pesquisa, é muito provável que os professores considerem que essas ocupações dizem respeito ao tempo de trabalho. No entanto, este, por sua vez, é utilizado com atividades administrativas técnicas, que enfadonham e absorvem energias dos docentes. Nos usos do tempo livre, os docentes só querem respirar, apenas esquecer, já que “O

inimigo que se combate é o inimigo que já está derrotado, o sujeito pensante” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p.123).

Sendo assim, cabe a afirmação de que o trabalho docente é alienado pelo motivo de que seu tempo de trabalho não é de atividade intelectual, apropriação cultural. O trabalho docente é findado em funções outras que os levam a sensação de prejuízo frente à execução de uma aula ou de seus momentos legítimos de descanso e lazer, já que levam trabalho para casa. Os docentes são impedidos de fazer o que sua formação e a função para a qual a universidade, em tese, exige e determina em essência: pensar, realizar o trabalho intelectual com qualidade. Não podemos nos esquecer também que talvez exista uma qualidade do trabalho intelectual que é sua continuidade, organicidade, fundamentalmente prejudicada pelas demandas fragmentárias criadas a partir das novas tecnologias e da reestruturação produtiva nas universidades.

Por isso, a categoria faz a famosa cisão entre tempo de trabalho e livre. O primeiro não é direcionado ao que lhe confere, se o fosse, talvez, o segundo fosse mais consistentemente empregado para fins de subjetivação, estudo, pesquisa, leitura, por espontaneidade como um *continuum* de seu tempo de trabalho. Para o tempo livre ser próximo de um *continuum* do tempo de trabalho, este deveria ter todas as condições práticas objetivas estruturais em favor do desenvolvimento do professor em sua função. O tempo destinado ao estudo ganha o tom de uma atividade árdua por conta das dificuldades impostas pelos núcleos de trabalho universitário. Fato que nos coloca diante da falsidade do logo institucional: regime de dedicação exclusiva alicerçado no tripé ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, fica a questão se existem ou existirão condições como mais tempo para que os docentes se dediquem à pesquisa.

Dessa forma, é relevante que se traga um norte reflexivo que repousasse na crítica dessa racionalidade das ferramentas tecnológicas. Sabemos que existe um aumento geral nos níveis de pressão em relação ao tempo, devido à velocidade da troca de informações, bem como a intensificação do ritmo de trabalho e de outras esferas da vida. Como afirmado por Cordeiro (2013), a sensação de aceleração do tempo tende a ser tanto mais intensa quanto mais conectado e dependente de tais tecnologias for o professor, haja vista que, “Os conflitos entre os tempos da

família e do trabalho tendem a ser ainda maiores diante das ICTs, uma vez que as fronteiras entre tais tempos e espaços tendem a ser cada vez mais obscurecidas” (CORDEIRO, p.267).

Concordamos com esse apontamento da autora. Entretanto, os resultantes a partir da análise desta tese⁶ nos dimensionam a ausência de explicações críticas a algumas diretrizes, que contribuiriam para fundamentar as inclinações dos usos temporais numa sociedade hierárquica regida por interesses avessos ao tempo para o pensamento. Podemos indicar duas: primeiro, as causas da aceleração e supressão em torno do tempo livre; e segundo, notar a mutilação da vivência, já que a experiência não mais possui bases materiais para se dimensionar na objetividade atual. A partir disso, no capítulo III, analisaremos a questão do tempo livre por meio das contribuições de Adorno e discutiremos mais a frente as consequências da aceleração nas funções sociais em detrimento de algumas faculdades como memória, atenção, concentração e experiência.

⁶ Tese de doutorado: “Você tem tempo?” Uma análise das vivências temporais dos cientistas sociais na sociedade contemporânea.

CAPÍTULO 3 – ACELERAÇÃO TEMPORAL E O CONGELAR DA REFLEXÃO

Oblomov recusa uma vida heróica; sua renúncia é elevação à tranquilidade, ao contentamento e ao repouso. Não adere ao cotidiano agitado de seu tempo. Como meio de informação possui apenas um almanaque que, com os santos do calendário, marca o ritmo de sua existência, sem sobressaltos ou grandes paixões. Aprecia uma boa refeição e uma sesta, devaneando enquanto fuma seu charuto. E se não lhe seduz o luxo, aprecia o conforto; embora seu médico lhe recomende enfaticamente exercícios físicos, não o faz [...]. As grandes alegrias se pagam caro demais [...]. O preguiçoso é um hipersensível que desconfia do mundo. (introdução a Oblomov de Gontcharov apud Matos (2012, p.71). *Educação para o ócio: da acídia à “preguiça heróica”*).

Este capítulo tem como enfoque problematizar, a partir do detalhamento de Theodor Adorno, o tempo livre na sociedade burguesa. Discutir as ambiguidades das funções e ou papéis sociais dos sujeitos na organização e na utilização da temporalidade. Sob esse aspecto, é importante esclarecer que não seria palatável questionar o uso do tempo livre do professor sem refletir sobre as incongruências do ambiente profissional. Este, como visto no capítulo 1, é contrário à produção criativa e original. No entanto, curiosamente não poderia ser muito diferente, já que não mais é exigida pelo próprio meio acadêmico. Dentre as barreiras a este procedimento cínico dos núcleos de ensino e pesquisa, estão as inserções de tecnologias no trabalho que intensificam a supressão do tempo necessário ao “mergulho intelectual”, como explanamos anteriormente por meio das considerações de Cordeiro (2013).

Portanto, ao longo desse capítulo, em linhas gerais, revisaremos o tempo livre nas caracterizações de Adorno; as diversões administradas vendidas como liberdade. Trataremos de contribuições conceituais de alguns clássicos como David Harvey, Guy Debord e sobre o tempo e o espaço na modernidade e a memória. Por fim, discutiremos acerca da temporalidade na cultura digital.

3.1 O tempo livre como palimpsesto do tempo de trabalho: um problema?

Para início é interessante se indagar que não surpreenda nem ao Estado ou à sociedade sobre a impossibilidade do tempo de trabalho do docente ser destinado a atividades do pensamento. Tampouco surpreenda o fato de o professor não ter

tempo livre. Como se sabe, essa categoria de tempo nos moldes do capital fica voltada em extensão oculta do tempo de trabalho, tempo linear empregado para consumo, para controle da natureza, e legitimação dos produtos e ocupações da indústria cultural.

Este tempo nas sociedades pós-modernas é subdividido em esferas objetivas materiais com significativos reflexos idiossincráticos à subjetividade. Conforme contribui Silva (2012) a marca dessa temporalidade contemporânea é a corrosão do homem espoliado da experiência. O tempo de ócio fora permutado pelo tempo livre que na verdade é um tempo para consumo e efetivação do lema “tempo é dinheiro”. O fetichismo da mercadoria é o que organiza o laço da vida social de consumo somado pelo valor imaginário (Silva, 2012).

O tempo livre traz as marcas da expropriação da experiência, pois está identificado com o consumo do tempo de vida e de coisas. Nesse tempo os homens têm seus sentidos ocupados por imagens que lhes conferem valor para a vida em sociedade. [...] Isso significa que todo o esforço deve voltar-se para a apropriação dos signos que representam o gozo, a ideia de sucesso e de felicidade na atualidade (p.59).

Isso quer dizer de acordo com Silva (2012) que temos a urgência de ajuste e reconhecimento, aquilo que Türcke (2010) chama de *ser é ser percebido*. Quem a isso não se enquadrar será destituído do quadro da produtividade, rotulado como fraco detentor de vida desregrada que busca os determinantes da força em jogos, vícios, sexo etc. (Silva 2012). Podemos, desse modo, pensar em alguns resultantes à educação no plano objetivo e subjetivo.

No plano material vemos, então, se acelerar e se tensificar, cada vez mais, a sobredeterminação dos indivíduos às funções dominantes produtivas que, por sua vez, determinam a constituição subjetiva na heteronomia. Esse conceito foi cunhado por Kant em sua obra *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785), em que nos afirma que a lei deve reger a vontade, e sempre que um objeto – inclinações, determinações de outrem, impulsos – determina ou fundamenta a ação, essa regra que a designa é a heteronomia (Kant, 2007).

Por outro lado, as constantes mudanças no campo objetivo material do trabalho e a conseqüente crise da formação evidenciam, conforme Maar (1995) que a educação não diz mais respeito à formação da consciência de si ou da moralidade e “Da questão colocada por Kant – "o que devo fazer?"– se transitará agora à questão do objeto – a sociedade produzida e reproduzida nos termos do trabalho social – que se "apresenta" enquanto experiência em que se articulam objetividade e subjetividade”. (MAAR, p.16).

Na contraface, nos resíduos psicológicos, a heteronomia se significa no que Adorno e Horkheimer (1985) especificaram de sombra do conhecimento para se referir à paranóia, pois “A falsa projeção é o usurpador do reino da liberdade e da cultura; a paranóia é o sintoma do indivíduo semicultivado”. (p.161). A semiformação é determinativa para se pensar a propulsão irracional das tecnologias em relação ao tempo e à impotência do homem perante essa antinomia. Ao contrário do que a técnica prometia, não há mais tempo à formação e descanso para assimilar o conteúdo apropriado. Não há categoricamente tempo para a maioria acessar a propedêutica da própria formação, atualmente.

Com o alto desenvolvimento da tecnociência e o que de melhor fora produzido pela humanidade não houve a supressão das principais necessidades básicas humanas. Tampouco se legitimou o acesso a uma vida mais humana e com menor dureza e sacrifício. O que era para ser franca realidade gravita no escopo da utopia. Longe de se diminuir o tempo de trabalho, da irracionalidade tecnológica resultou o estranhamento do tempo livre, a não liberdade e a morte do sentido criativo. Essa é uma relevante dicotomia para refletirmos sobre o tempo na educação, o tempo no trabalho do professor, e principalmente a operacionalização do ensino informatizado na medida em que se anulam todas as possibilidades de ascensão à subjetividade autônoma. E nesse aspecto, como abordado no capítulo I, as tecnologias digitais funcionam como elementos impactantes nessa sensação de aceleração e compressão temporal.

Ao argumentar de uma perspectiva materialista, Harvey (2000) afirma que as concepções de tempo e espaço são criadas via práticas materiais para servirem à reprodução da vida social. Pontua o autor que as qualidades de tempo e espaço são radicalmente distintas entre si quando pensamos em práticas materiais de

reprodução social em determinada cultura, nos índios das planícies ou nos *nueres* africanos, por exemplo.

E, na medida em que estas podem variar geográfica e historicamente, verifica-se que o tempo social e o espaço social são construídos diferencialmente. Em suma, cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço (HARVEY, 2000, p.189).

Podemos dimensionar a questão tratada num tempo determinado na mecanicidade⁷, não mais regulamentado pela natureza, mas sim com ênfase na contagem artificial. Nesse sentido, se em outras culturas a concepção de tempo era o cíclico com base na recorrência dos períodos naturais, atualmente, é preponderante pensarmos a temporalidade na cultura digital via uma concepção crítica a seu respeito, conforme nos salienta Maia (2014). Nas palavras do autor o núcleo temporal da cultura digital recusa a história ao passo que exacerba em seu lugar a aceleração e compressão do tempo humano. Vejamos que a esse respeito os resultantes da obsolescência programada emplacam a normatividade da troca em todos os circuitos, inclusive, afetivos:

A aceleração do tempo no campo das mercadorias gerou a necessidade de tornar mais rápidas as substituições de valores, formas de vida, relações estáveis, parâmetros morais etc. o sensorio humano, ao lado das condutas e hábitos, necessariamente têm de se adaptar a essas condições temporais de compressão, fragmentação, substituição quase imediata dos estímulos e continua aceleração (MAIA, 2014, p.232).

A velocidade sentida no tempo fragmentado da produção de mercadorias e a necessidade simulada vivenciada pelos sujeitos têm por norte outros interesses

⁷ Nesse ínterim a respeito da introdução de técnicas nos determinantes da vida, conforme argumenta Gomes (2008) à medida que a lavoura se mecanizou, um elevado número de pessoas se dispersou às cidades as quais estabeleceram seu desenvolvimento ao redor de indústrias, fábricas num processo acelerado e desordenado espacialmente. Nas, então, sociedades industriais urbanizadas o controle e regimento são marcados e determinados pelo relógio. De acordo com Gomes (2008), o espaço passou a ser segmentado e a isso se correlacionou a fragmentação do tempo nas cidades. O tempo no espaço urbano e industrial da modernidade passou a ser compreendido e vivenciado segundo uma nova divisão historicamente concebida, na qual há uma grande demarcação entre o tempo de trabalho e o tempo livre. Essa nova orientação passou um maior distanciamento entre o público e o privado, entre ciência e religião, entre tempo de trabalho e tempo livre (GOMES, p.53).

como o da acumulação infinita de igualdade quantitativa em intervalos, e que responde a um tempo que Debord (1997) trata como pseudocíclico. Nas palavras do autor, um tempo cujo disfarce é o próprio consumo do e no tempo mercadoria da produção. Por isso um tempo da ordem para o consumo somente existe para a força econômica, o que reverbera em prejuízos materiais à vida objetiva preenchida por um individualismo sem indivíduo numa rede de relações cujos momentos para Debord (1997) são falsos e mancomunados na pseudovalorização.

Um tempo empregado no uso e abuso de produtos diversificados e para sobreviver o mercado espetacular do capital concentrado, produz a sobrevivência ampliada e fetichizada. Esse retrato da sociedade industrial apresenta o tempo como o tudo e o homem como o nada, a miséria da filosofia no tempo sem valor traduzido na inversão do tempo como o espaço para o pleno desenvolvimento humano (Debord, 1997). Esse é o tempo espetacular do tempo pseudocíclico consumível; é o tempo do consumo das imagens e a imagem do consumo do tempo, conforme destaca o marxista francês.

O tempo do consumo das imagens, meio de ligação de todas as mercadorias, é o campo inseparável em que se exercem plenamente os instrumentos do espetáculo em que se exercem plenamente os instrumentos do espetáculo, e o objetivo que estes apresentam globalmente, como lugar e como figura de todos os consumos particulares: sabe-se que os ganhos do tempo constantemente procurados pela sociedade moderna – seja nos transportes rápidos, seja no uso da sopa em pó – traduzem-se de modo positivo para a população dos Estados Unidos no fato de ela poder assistir à televisão, em média, de três a seis horas por dia (DEBORD, 1997, p.106).

Para haver substituições e negócios com alta rentabilidade, o tempo não pode pausar e os sujeitos não podem descansar. Não são permitidos suspiros na temporalidade regida pela aceleração lucrativa operante e por trocas programadas. Há décadas inúmeras instituições funcionam nos moldes do *24/7, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana* e por mais curioso que pareça apenas mais recentemente a identidade pessoal e social foram reorganizadas com vistas à adaptação ininterrupta das operações de mercado, conforme elucida Crary (2014).

Para o autor um mundo representado no 24/7 é social na aparência apenas, pois sua configuração pertence ao modelo de desempenho lógico operacional de máquinas com processualidade intensa e sem limites, em que a ordem é a interrupção da vida, para a qual não é permitido o movimento da pausa. Além disso, 24/7 retrata um tempo da indiferença, contra qualquer apresentação de fragilidade humana e principalmente, nessa ordem capitalista o sono é contraproducente para poder se fomentar a ideologia do trabalho, como enunciado, sem delongas e sem fronteiras, via de regra, obedecendo a ordens de rede de informação sistemática em que se operam a reorganização tanto no social quanto no individual-particular dos sujeitos. Em linhas gerais, é possível compreender esse conceito a partir do trecho a seguir:

Um ambiente 24/7 parece um mundo social, mas é na verdade um modelo não social de desempenho maquínico e uma interrupção da vida que não revela o custo humano exigido para sustentar sua eficácia. Deve ser distinguido do que Lukács e outros no início do século XX identificaram como tempo vazio e homogêneo da modernidade, o tempo do calendário ou linear dos países, do mercado financeiro ou da indústria, que excluíam toda esperança e projetos individuais (CRARY, 2014, p.19).

Portanto, o mundo 24/7 tem o desencanto como ordem e regra e exclui temporalidades alternativas, pois de acordo com Cray (2014) é um mundo idêntico a si mesmo onde o passado é ao extremo superficial e sem espectros. Um locus operacional em que não mais o consumo é restrito a objetos, não é somente isso que se acumula atualmente, podendo, como verificamos nas reflexões de Türcke, ser regulada na obtenção de imagens, identidades, e na superabundância ofertada pela indústria química-farmacêutica na profusão de drogas que sintetizam um novo corpo para o trabalho, para o social e para a felicidade de mercado. Vejamos,

24/7 anuncia um tempo sem tempo, um tempo sem demarcação material ou identificável, um tempo sem sequência nem recorrência. Implacavelmente redutor, celebra a alucinação da presença, de uma permanência inalterável composta de operações incessantes e automáticas. Pertence ao momento posterior à transformação da vida comum em objeto da técnica (p.39).

De acordo com Harvey (2000) a permuta de mercadorias, para ocorrer com êxito, necessita de mudança de localização e principalmente movimento espacial.

Organizar a eficiência espacial é de suma importância para os capitalistas, já que o “mercador medieval só descobriu o conceito fundamental do “preço do tempo” no curso da exploração do espaço” (p.208).

O tempo de produção, associado com o tempo de circulação da troca, forma o conceito do “tempo de giro do capital”. Este também é uma magnitude de importância extrema. Quanto mais rápida a recuperação do capital posto em circulação, tanto maior o lucro obtido. As definições de “organização espacial eficiente” e de “tempo de giro socialmente necessário” são formas fundamentais que servem de medida à busca do lucro – e ambas estão sujeitas a mudança (HARVEY, 2000, p.209).

Essa busca inapelável do lucro modifica não somente os espaços urbanos, porém, traz consequências a outras atividades que, agora, ficam estranhadas. Por exemplo, coisifica a viagem da qual é retirado o tempo de percurso de modo que a atividade de passeio é convertida em consumo. Debord (1997) reitera que a transformação do espaço foi unificado pela produção do capital, essa unificação é caracterizada como um processo de banalização. Em suas considerações o turismo é um subproduto da própria circulação de mercadorias. Essa atividade de lazer é resumida no ver que se tornou o banal.

A mesma modernização que retirou da viagem o tempo, lhe retirou também a realidade do espaço. [...] A sociedade que modela tudo o que a cerca construiu uma técnica especial para agir sobre o que dá sustentação a essas tarefas: o próprio território (DEBORD, 1997, p.112).

Em decorrência dessas assertivas, conforme indaga Maia (2014), “de que forma seria possível ainda resistir?” (p.232). Pensar o tempo é procurar formas de crítica para vislumbrar os caminhos para se encampar o telos humano, o de ser livre. Essa, talvez, seja a principal finalidade do sentido humano e a esse fim só é possível ansiar dada a presentificação conectada ao passado de barbárie, que pouco se alterou apesar da alta catálise da racionalidade e do acesso à erudição falsamente computada como realização formativa. Então, a liberdade somente pode ser compreendida como mera ideologia de amainamento das massas numa intensa ilusão.

A era burguesa impôs a todos a realidade do tempo histórico como autoprodução humana no tempo, e simultaneamente, bloqueou aos homens o uso do tempo que lhes permitiria serem livres. O tempo torna-se *tempo das coisas*, já que toda a sociabilidade capitalista está voltada para a produção de mercadorias; é o tempo abstrato percebido como movimento das coisas, dos objetos animados e dos homens coisificados. Tempo é dinheiro! (MAIA, 2014, p.229).

Por esse caminho, é importante reiterarmos que as relações jazem erodidas no desamparo dos sujeitos numa liberdade controlada, sem tempo e espaço que são ocupados por coisas, “a progressiva monetização das relações na vida social transforma as qualidades do tempo e do espaço” (HARVEY, 2000, p.208). As relações nos núcleos de ensino são cópias dessa monetização que radicaliza a linhagem temporal de que nos fala Harvey. Na vertente da situação do professorado universitário essas questões, além de paradoxais, retroalimentam-se. Seu cotidiano se encaixa mais perfeitamente ao espaço kafkiano de processamento e matança do tempo útil, no qual o papel social e profissional de realização intelectual criativa fora subjugado pelos papéis e planilhas neurotizadoras.

O uso do tempo livre pelo professor parece estar atrelado a uma miríade de oposições da realidade objetiva. Os reflexos disso à educação, à sociedade e aos alunos, são os claros sinais de prejuízo, em razão do falso valor concedido pelo poder e também por todos os atores sociais envolvidos nessa estruturação ético-política. Nas elucidações de Maia (2014), temos um norte da importância de perquirir as determinações do núcleo temporal de nossa cultura digital. É preciso analisar essa temporalidade a partir de um viés crítico do tempo, “como tempo abstrato resultante do estranhamento característico da relação dos homens com os aparatos que produz sob as condições de alienação” (p.227). A produção é de e em condições de alienação, por conta de uma lógica da mercadoria e do consumo para supostamente produzir momentos de falsa diversão. Por esse lado, é importante frisar, rapidamente, conforme Sant’anna (1994) apud Gomes (2008), que à divisão do tempo em trabalho, estudo e tempo livre se deve o desenvolvimento técnico protagonizado pela era industrial da modernidade e pelo ritmo das cidades.

Em que pese essa abordagem da fragmentação temporal nas marcas de trabalho, estudo, produção e diversão, sínteses que retratam as sociedades, em

especial, as ocidentais, discutiremos o conceito de tempo livre para Theodor Adorno. Adorno (1995) no seu ensaio intitulado *Tempo livre*, efetua a seguinte análise no que corresponde ao seu conceito: é preciso entendê-lo como um termo recente apontando para uma diferença entre o tempo preenchido pelo trabalho e aquele passado fora do trabalho. À medida que a sociedade se transformou nos seus processos materiais, o tempo livre passou a ser o substituto mais imediato do tempo de ócio, que não mais tem espaço nas sociedades ultracompetitivas do capitalismo. O tempo de ócio era marcado em grande essência por uma vida de privilégios, folgada no sentido lato da palavra, e qualitativamente mais grata ao desenvolvimento do sujeito em seu emprego.

Sendo assim, o ócio se distingue do tempo livre, especificamente, porque o tempo livre é acorrentado ao seu oposto. E, no entanto, mais do que isso, dependerá substancialmente da situação geral pela qual passa a sociedade: “Tempo livre, entretanto, não está em oposição somente com o trabalho. Em um sistema, no qual o pleno emprego tornou-se um ideal em si mesmo, o tempo livre segue diretamente o trabalho como sua sombra” (ADORNO, 1995, p. 79). Nas contradições sociais do trabalho as pessoas se emolduram numa espécie de fascínio, as quais não dispõem de real liberdade nem em seus trabalhos e tampouco na consciência de si mesmas. A existência que esta sociedade impõe às pessoas não se identifica com o que, de maneira geral, são ou poderiam vir a ser.

Portanto, não há como estabelecer uma divisão simples entre os sujeitos em si e seus papéis sociais. Mesmo munidos subjetivamente de uma convicta vontade própria em relação às escolhas feitas no tempo livre, essa vontade, “é modelada por aquilo de que desejam estar livres fora do horário de trabalho” (ADORNO, 1995, p. 71). As pessoas mesmo verdadeiramente em aparência guiadas por um impulso de autonomia na utilização de seus tempos livres não conseguem despregarem-se do lugar que ocupam no ordenamento social, de seus vínculos empregatícios.

Para se explicar essa realidade, Adorno (1995) trata de algumas questões dessas situações tão evidentes e ofuscadas ao mesmo tempo. Dentre elas está o que ocorre com o tempo livre diante do aumento da produtividade no trabalho. Bem como com a persistência das condições de não-liberdade perante as relações de produção que determinam as regras de vida das pessoas. Uma direção regulada

unicamente na validade e no estabelecimento de produção no tempo de trabalho, um tempo utilizado no processamento mecânico de algo sem afetação ou transformação, típico da sociedade alienada.

Na cultura digital, conforme Maia (2014), a constituição da temporalidade se dá na identificação do tempo como valor, o tempo de trabalho, “como gelatina de trabalho social”, tempo médio gasto para produzir mercadorias, como tempo abstrato derivado da alienação” (p.227). Além disso, o aumento da produtividade exige dinâmica acelerada de consumo. Economizam-se procedimentos e recursos funcionais. Por outro lado, promove-se um sentido regressivo ao comprimir o tempo e relativizar a existência resultando na heteronomia e no apagamento da memória, concentração e atenção.

Nas prévias de Adorno, sem asserções ideológicas, a problematização acerca do bom uso temporal tanto no trabalho quanto no período de lazer pode ser respondida em perguntas, as quais, invariavelmente, tendem a afirmar que o tempo livre direciona-se contrário ao seu conceito. Entretanto, a partir de que condições materiais e subjetivas, Adorno formula o que podemos entender, minimamente, como uma boa utilização do tempo livre? Ou um tempo cuja categoria não seja subsumida na fórmula da indústria cultural? Um uso temporal que seja não reproduzido na condensação da realidade de opressão e subserviência, principalmente, intelectual?

Ao falar sobre sua formação pessoal, Adorno (1995) coloca-se na posição de privilegiado por não precisar ou não ser coagido a efetuar a cisão entre tempo de trabalho e lazer, tal como ocorre com os trabalhadores em geral. Seu proeminente motivo para tal é o seu trabalho de filósofo, em especial, a gratificação resultada por meio dele, evidentemente subjetiva. Um trabalho de realização tal que neste período não existe ao pensador uma dimensão temporal oposta ao tempo livre.

Nota-se, claro, que nessas considerações pessoais o filósofo faz a ressalva, não está significando a si uma condição de indivíduo guiado exclusivamente ao imperativo de esforço e sacrifício, cumpridor de deveres. Adorno reitera que, não obstante, a culpa existente nessas menções sobre sua situação, fala-nos também da cota de causalidade, e, talvez, seja necessário levarmos essa questão em grande

consideração para entendermos outro componente no qual ele desemboca: aquele do indivíduo que teve a rara oportunidade de escolher e organizar seu trabalho segundo as próprias intenções (Adorno, 1995).

O que isto sintetiza é que suas inclinações no tempo livre emergem de forma convicta subjetivamente. Alguns apontamentos podem subsidiar o diálogo problematizado, pois: como os sujeitos delimitam o que fazer no emprego de suas realizações tanto de fora como em si? Quais foram as determinações objetivas sociais para que Adorno fizesse suas iniciativas no campo material e subjetivo de forma consciente? Muito embora, devemos acenar que não é desejável fazer o espelhamento a partir de Adorno, por conta do próprio processo de contradição material e das diferenças existentes entre sua formação em dada época e da sociedade atual.

Contudo, antes de girarmos essa chave, ainda é importante avançarmos um pouco mais sobre a elaboração do autor sobre o uso do tempo livre. E uma pontuação necessária é que essa conceituação não está estrita e obrigatoriamente vinculada a uma forma de tempo livre única proclamada enquanto uma verdade supra-cultural. Adorno (1995) considera a variação dos contextos, de local, época e cultura que a própria relativização do tempo solidifica, como segue a partir do pensador:

Caso um dia o tempo livre se transformasse efetivamente naquela situação em que aquilo que antes fora privilégio agora se tornasse benefício de todos – e algo disso alcançou a sociedade burguesa, em comparação a feudal –, eu imaginaria este tempo livre segundo o modelo que observei em mim mesmo, embora esse modelo, em circunstâncias diferentes, ficasse, por sua vez, modificado (1995, p. 72).

Vemos que é impossível eliminar da reflexão as condições que produziram aquela cota de causalidade apontada pelo autor na explicação de sua posição social ‘facilitadora’ à utilização e organização tanto do tempo livre como do tempo de trabalho. Um tempo que não fosse preenchido com atividades petrificadas ou enviesado pela invasão do lucro e dos negócios, à frente do próprio tempo disponível e de seu dono. Ou seja, para Adorno (1995) o pensamento de Marx sobre

a força de trabalho convertida em mercadoria na sociedade burguesa revela o que torna o trabalho, e também o resto que procura fugir dele, coisificado.

Portanto, a vida social organizada segundo o regime do lucro é organizada de modo a fomentar a força de trabalho como mercadoria e o próprio trabalho se converte na essência da reificação. Se o tempo livre não deve lembrar em nada o trabalho, então, ambos, assim como o termo coercitivo da indústria cultural, a dedicação a um *hobby*, estão coisificados e estranhados na mesma maneira que a delimitação do tempo livre e trabalho (Adorno, 1995).

Como se nota, os contornos da materialidade da produção capitalista mostram a base impeditiva às condições concretas de acesso aos bens culturais. A reificação como regra, determina a realização de atividades estéreis e inócuas. No entanto, para isso, é plausível olharmos para as diversões vendidas, em forma de imposição, às pessoas no tempo livre. Como se caracteriza diretamente e a que demandas atendem as diversões administradas pela indústria cultural? A resposta é clarificada a partir do que nos afirmam Adorno e Horkheimer (1985) quando apontam que o controle da indústria cultural sobre os consumidores ocorre por meio da diversão, cuja ideologia se confunde com o próprio negócio. No caso, o poder resultante da indústria cultural é sua identificação vinda e reproduzida na e com a necessidade produzida e não do oposto a ela, “mesmo que se tratasse de uma oposição entre a onipotência e impotência” (p.113).

Na relação estabelecida pela indústria ao fundir o tempo livre no trabalho, percebem-se algumas questões: não há constrangimento ou revolta por parte dos sujeitos prejudicados nesse lazer administrado. Porém, estes sem compreender a diversão como prolongamento do trabalho no capitalismo tardio, sentem os prejuízos e procuram as diversões como antídoto. Como forma de produzir um esquecimento ou chave para fugir do trabalho, como veremos no seguinte trecho,

Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho. O pretenso conteúdo não passa de uma fachada desbotada; o que fica gravado é a sequência automatizada de operações

padronizadas. Ao processo de trabalho na fábrica e no escritório só se pode escapar adaptando-se a ele durante o ócio. Eis aí a doença incurável de toda diversão (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 113).

O trabalho é ideológico em sua promessa de felicidade e gratificação. É também sacrificial em sua execução e degradante físico e espiritual ao trabalhador que o suporta a duras penas. Fora dele, a preocupação é de restauração – termo propício ao reparo de objetos em abandono – do sujeito, de suas energias para o retorno vigorado ao expediente. Como as funções delimitadas pelo emprego enfraquecem o aguerrido trabalhador a partir do seu esforço contundente diário, o indivíduo não suportaria efetuar o diferente, literalmente, fora de seu horário. Assim, para não perder a dinâmica da concentração, a distração do lazer industrial é também, na mesma medida, estranhada a partir da oferta de adrenalina sob a forma de choques. Por meio, inclusive da exploração da condição inumana, através das grades da estética *kitsch* na indústria cultural.

Nesse sentido, conforme Türcke (2010), é possível visualizar essa dinâmica compulsiva de valorização das imagens e de diversões reificadas em depreciação do texto, o qual em linhas gerais, remete a um objeto obsoleto, pois com o pensamento embotado e com o fluxo cotidiano enlouquecedor que encurrala a maioria e a leva a agir contra si mesma, dificilmente, em curto prazo, os mesmos indivíduos concordariam em ler algum clássico ou participar de diálogos maciços em torno dos resultantes da realidade político-econômica do seu país:

Cada um de seus produtos, que deseja ser observado, deve imitar a técnica do choque imagético, de modo que precisa acercar-se violentamente dos olhos, tal como faz o choque. Não apenas os jornais sensacionalistas, mas também os mais conceituados não são mais percebidos caso não publiquem fotos coloridas. Suas páginas se tornam “falantes”, ou seja, se tornam pobres de texto e ricas de imagens, e a forma do livro se alinha a isso. Também os olhos acadêmicos se tornam cada vez mais necessitados do comando de um *Layout* que é transmitido (p.285).

Para elaborar melhor esse problema a partir de seu interior, vale considerar a lógica estabelecida pela indústria cultural consistente na repetição oca e na fixação presa à técnica. Este método impõe a onipresença do estereótipo, o que possibilita a adoração do consumidor e sua redenção no empobrecimento da imaginação. Isso

fica claro em citações sobre a forma dos produtos na indústria cultural, tal como, “Toda ligação lógica que pressuponha um esforço intelectual é escrupulosamente evitada. Os desenvolvimentos devem resultar tanto quanto possível da situação imediatamente anterior, e não da ideia do todo” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 113).

Os sujeitos não se estressam com a repetição que a indústria oferece, ao contrário, repelem o novo – não as novidades velhas de consumo, lógico – que exige concentração e dedicação de tempo via dinheiro. A razão disso é que o prazer fica congelado no aborrecer e não deve exigir esforço; por isso os produtos têm de ser elaborados de forma a oferecer repetições facilmente associáveis nos hábitos do dia a dia. O produto prescreve a reação por meio de sinais e não de pensamento (Adorno e Horkheimer, 1985). Nas palavras de Adorno, “Que efetivamente as pessoas só consigam fazer tão pouco de seu tempo livre se deve a que, de antemão, já lhes foi amputado o que poderia tornar prazeroso o tempo livre” (1995, p.77).

Aqui, como se nota, a curiosidade ou capacidade imaginativa de criação foi inibida nas pessoas. Isto possivelmente, na primeira infância. Afinal, imbricado na cultura está a relação de domínio que pressupõe que perguntas demais ou atividades que fujam à regra estabelecida signifiquem alertas de busca inconsequente pelo prazer. O que significa, a depender do tipo de distração no tempo livre, que os indivíduos podem ficar comprometidos na existência racionalizada. Cria-se um estado de ameaça e imaginária rebeldia do espírito. Como podemos assegurar nas palavras de Adorno (1995),

Nos boletins escolares, havia outrora notas para a atenção. Isso correspondia ao cuidado, talvez subjetivamente bem intencionado, dos pais de que as crianças não se esforçassem demais no tempo livre: não ler demais, não deixar a luz acesa por muito tempo à noite. Secretamente, os pais farejavam por trás disso uma rebeldia do espírito ou, também, uma insistência no prazer, a qual é incompatível com a divisão racional da existência (p. 73).

Nas notas filosóficas da Dialética do Esclarecimento “*Sobre a Gênese da Burrice*”, Adorno e Horkheimer (1985), exemplificam a inibição criativa e imaginativa em decorrência do mutilamento no despertar da fantasia:

A burrice é uma cicatriz. Ela pode se referir a um tipo de desempenho entre outros, ou a todos, práticos e intelectuais. Toda burrice parcial de uma pessoa designa um lugar em que o jogo dos músculos foi, em vez de favorecido, inibido no momento do despertar. Com a inibição, teve início a inútil repetição de tentativas desorganizadas e desajeitadas. As perguntas sem fim da criança já são sinais de uma dor secreta, de uma primeira questão para a qual não encontrou resposta e que não sabe formular corretamente (p.211).

Se para os pensadores ocorre uma cicatriz em torno de um núcleo que ao invés de estimulado, fora ameaçado e inibido, tal como na antena do caracol, cujo intervalo temporal entre seu aparecimento será tanto maior quanto maior o choque traumático recebido, nas discussões de Türcke (2010), ocorre algo parecido e que complementa essa discussão sobre a atrofia do sensorio neural. Os substitutos excitativos artificiais encontrados em aplicativos tecnológicos fazem o giro inverso de uma inibição muscular. Estimulam a tal ponto que substituem a capacidade autêntica de sensação e o movimento genuíno dos músculos.

Se Adorno e Horkheimer (1985) enunciam a gênese da burrice, podemos apontar que Türcke sinaliza os fins da capacidade de pensamento e concentração. A criança, numa angústia de não saber perguntar, revelava o problema da formulação e avaliação objetiva, porém, existiam tentativas mesmo que acompanhadas de inúmeros equívocos. Türcke (2010), assim, demonstra em sua reflexão que os substitutos da sensação espicaçam novos espaços de vivência, inclusive, no corpo que se vicia nesse mergulho de imagens. Neste circuito “*neurodigital*” a dependência da abstração mental da imagem externa é programada *pari passu*, como a destruidora da abstração e a sua salvação.

Por meio de um capacete tridimensional, pode-se colocar e deslocar à vontade, mediante um pressionar de dedo, num espaço audiovisual fechado e controlado (na língua inglesa usa-se o termo *cyberspace*), com o objetivo de renovar os sentidos embotados com uma nova vivência. [...] Mas tal vivência acontece apenas na medida ocular; reduz-se a um mero deslizar ótico sobre superfícies (TÜRCKE, 2010, p.286).

O apertar de um botão substitui a verdadeira sensação, é mais rápido e “seguro” em tempos de ameaça e perigo às antenas do caracol, por exemplo. Economiza-se dinheiro não tendo que gastar numa real viagem. Principalmente, tal como na metáfora adorniana do giro maquinal sem mover-se, oferta prazer sem que o sujeito seja tocado ou saia do lugar e experiencie contato com objetos. Com isso, poupa-se mais tempo. Diversão administrada na mecânica de roldanas e “revolução” microeletrônica que substitui as sensações por simulacros, caracteriza um engodo ao sujeito moderno petrificado na dinâmica de choques constantes presentes nas novidades. Um sujeito em ritmo célere e intenso cuja existência é tediosa:

Se realmente há tédio lá em cima isso não deriva de excesso de felicidade, mas de que se está marcado pela infelicidade geral; deriva do caráter de mercadoria, que remete os divertimentos à idiotice, assim como da cruza dos comandos, cujo eco ressoa de modo assustador na inibição dos dominadores, finalmente do medo que estes têm da sua própria superfluidade. [...] Que o tédio desapareceria na liberdade realizada é algo que encontra testemunho em experiências subtraídas à civilização (ADORNO, 2008, p.172).

E é justamente a partir da exploração do tédio que as indústrias capitaneiam as tais diversões anestésicas. Essas ocupações no tempo livre já são frutos do processo de ruína imaginativa e substituição das sensações. O desenvolvimento vulgar do pensar resultará para Türcke (2010) em ação reflexa, só existirá e de forma rudimentar na presença de estímulos. Os sentidos retrocederem na fórmula de reflexos condicionados, pobres em imagens mentais internas e sem qualquer afetação mútua. “E toda uma indústria de vivências trabalha na compensação desse *déficit*. Tenta-se juntar as partes do amputado pelo lado de fora” (p.286). O corpo separado de suas sensações tem os órgãos regredidos de suas determinações: ouvidos moucos que só se atentam na erupção de sustos providos de barulhos industriais, olhos turvos que não enxergam cores ou detalhes, declínio da reflexão e criação, etc.

Por esse lado, como pensar num uso do tempo livre contrário à incisão de atividades catárticas regressivas e ou destrutivas da indústria cultural? Isso na inversão do sinal fica ainda mais distante daquilo que para Adorno (1995) seria um tempo livre bem apropriado em atividades com sentido de produzir uma

subjetivação. Isto só seria possível às pessoas emancipadas. O processo de heterodeterminação está amalgamado na sociedade tipicamente burguesa. As pessoas nessa construção material são heterônomas para si próprias, sendo também cínica e oportuna a oferta de diversões elencadas pela indústria cultural, como podemos observar na citação a seguir:

A diversão, por cuja superficialidade o conservadorismo cultural as esnoba ou injuria, lhes é necessária para forjar no horário de trabalho aquela tensão que o ordenamento da sociedade, elogiado por este mesmo conservadorismo cultural, exige delas. Esta não é a última das razões por que as pessoas seguem acorrentadas ao trabalho e ao sistema que as adentra para o trabalho depois que, em grande medida, ele já nem necessitaria desse trabalho (ADORNO, 1995, p.77).

O resultante disso, de acordo com Adorno (1995), é adaptação à senda corporativista dos meios de produção, que em demasiada medida, conduz à ruína da fantasia e da capacidade criativa, muito embora sequer exista para a grande maioria, o privilégio de desenvolvê-las. Para o plano material o intento é eliminar qualquer possibilidade de folga às pessoas. E no interior dessas atividades do lazer administrado, os sujeitos se corroboraram na vã aceitação e execração, ao aderirem a comportamentos típicos do trabalho.

O tempo livre não deve lembrar em absoluto o trabalho e para isso, a estratégia é um tempo livre como palimpsesto do tempo de trabalho. Essa sentença é convergente dialeticamente ao que Adorno critica na ânsia pela liberdade controlada e vigiada. “As pessoas não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem, porque a regra de tal ausência de liberdade foi abstraída delas” (ADORNO, 1995, p. 74). Cabe, nesse sentido, ressaltar, para melhor assimilação, o que se pode pensar enquanto liberdade numa sociedade rigidamente adoecida pelo processo de ajustamento e aniquilamento da fantasia e da imaginação criativa. Em outra instância, tendo a heterodeterminação na contraposição objetiva de uma formação crítica.

Na sociedade burguesa o indivíduo é espicaçado a ter uma ocupação no tempo livre que tem de ser distinta dos seus demais horários. Em certo sentido pensar o tempo livre na sociedade hodierna viabilizada pelas indústrias capitalistas,

reverbera para Adorno (1995) duas posições centrais: o tédio enquanto instante decisivo do tempo livre; e em consonância causal a esse sentimento, a rígida divisão da vida, suspeita ao espírito dominante. Essas duas configurações, conforme sintetiza o pensador, enaltecem o estado de coisificação subjugador do tempo livre. Vamos conferir a delimitação do tédio que conforme Adorno (1995) é a evidencia do desespero objetivo.

O tédio existe em função da vida sob a coação do trabalho e sob a rigorosa divisão do trabalho. Não teria que existir. Sempre que a conduta no tempo livre é verdadeiramente autônoma, determinada pelas próprias pessoas enquanto seres livres, é difícil que se instale o tédio; tampouco ali onde elas perseguem seu anseio de felicidade, ou onde sua atividade no tempo livre é racional em si mesma, como algo em si pleno de sentido. O próprio bobear [Blödeln] não precisa ser obtuso, podendo ser beatificamente desfrutado como dispensa dos autocontroles. Se as pessoas pudessem decidir sobre si mesmas e sobre suas vidas, se não estivessem encerradas no sempre-igual, então não se entediariam. Tédio é o reflexo do cinza objetivo (p.76).

O tédio, nesse sentido, desencadeia um sentimento ainda mais verdadeiro e justificável nas pessoas. Isto em razão da deformação que a sociedade impõe na base do desenvolvimento do espírito intelectual dos sujeitos: a impotência sedimentada em estreita sintonia sintomática com a burrice neurótica. Com aqueles dois proponentes subjetivos engessados pela materialidade de vida, a fusão entre o tédio e a incapacidade são os sentimentos que deslocam fantasia e criação do poder de ação dos sujeitos. De acordo com Adorno (2008) o objeto que, nessas condições históricas, ocupa e coloca em movimento todos os viventes chama-se empenho na existência. Em contrapartida, à medida que esta esteja assegurada a determinados sujeitos, o movimento passa a ser o de tornar a existência imperceptível, “matar o tempo” fugindo do tédio:

O tempo livre segue como reflexo do ritmo de produção imposto heteronomamente ao sujeito, que forçosamente é mantido também nas fatigadas pausas. A consciência da carência de liberdade de toda a existência, que não deixa emergir a pressão das exigências do negócio e nisso a servidão mesma, somente se apresenta no intermezzo da liberdade (ADORNO, 2008, p.171).

Por isso, não há, diante do estado de corrosiva letargia – heteronomia – sequer um fio condutor entre o indivíduo e os seus interesses no tempo livre, comprimido pela aceleração e otimização forçada de seu emprego. De um lado, em razão das condições objetivas injustas de ajustamento, aniquilam-se fantasia e a produtividade criativa. De outro, adentram, em seus lugares, o tédio e a sensação de impotência, revelados na apatia em relação às possibilidades de transformação da dinâmica real de vida.

A tristeza domingueira não é nostalgia da semana de trabalho, mas da condição dela emancipada; o domingo deixa insatisfeito não porque nele se festeja, mas porque sua própria promessa se apresenta de imediato como frustrada; tal como o inglês, todo domingo o é demasiado pouco (ADORNO, 2008, p.171).

Mesmo na concepção da subsunção crítica, seria barbárie obrigar que as pessoas realizassem grandes produções em seus tempos livres (Adorno, 1995). Portanto, é inescapável o encontro com realizações de caráter supérfluo ou de qualidade questionável se confrontadas com a produção de ordem estética maior. Essa consideração adorniana reitera que a produção, nas horas vagas, enquanto singelas imitações empobrecidas de arte elaborada com impacto histórico-político, é o ato que compromete a alegria do trabalho. Essas produções têm de ser afirmadas de seus lugares de representação legítima, o início tateável, típico da criança em descoberta com o material, e não daquele em que se postula a produção de uma grande obra.

Os artistas de horas vagas se assemelham em suas ocupações com os atos infantilistas de tentativa e erro, confusão e medo porque é assim que suas produções se demonstram. São simples e em certa medida ingênuas por acreditarem hipostasiar o real estético concebivelmente elaborado na fundição de mera produção artística superficial. Porém, há uma dimensão histórica nessa questão: fazer sem conhecer invariavelmente reproduz o que já foi produzido. Fator, em tempos atuais, inevitável no campo estético e no acadêmico-científico. Com relação a isso, cabe evidentemente, a questão inserida por Adorno e Horkheimer na *Dialética do esclarecimento*,

A arte séria recusou-se àqueles para quem as necessidades e a pressão da vida fizeram da seriedade um escárnio e que têm todos os motivos para ficarem contentes quando podem usar como simples passatempo o tempo que não passam junto às máquinas. A arte leve acompanhou a arte autônoma como uma sombra. Ela é a má consciência social da arte séria [...]. A pior maneira de reconciliar essa antítese é absorver a arte leve na arte séria ou vice-versa. Mas é isto que tenta a indústria cultural. A excentricidade do circo, do museu de cera e do bordel relativamente à sociedade é tão penosa para ela como a de Schönberg e Karl Kraus (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 112).

Para os autores o que é significativo nesse procedimento da indústria cultural não é a incultura, a burrice ou a impolidez nua e crua, já que se refugiar nesses estereótipos seria condenar as pessoas adeptas a esses passatempos sem direito a defesa. É preciso colocar em frente dessa problemática que essa superfluidade e sem sentido do tempo livre é social e maquinalmente produzida com vistas à integração (Adorno, 1995). Nessa esteira, é prudente destacarmos a relação entre o tempo livre e a indústria cultural e nas consequências refletidas nos comportamentos sociais:

O crítico da ideologia que se ocupa da indústria cultural haverá de inclinar-se para a opinião de que – uma vez que os ‘standards’ da indústria cultural são os mesmos dos velhos passatempos e da arte menor, congelados – ela domina e controla, de fato e totalmente, a consciência e inconsciência daqueles aos quais se dirige e de cujo gosto ela procede, desde a era liberal. Além disso, há motivos para admitir que a produção regula o consumo tanto na vida material quanto na espiritual, sobretudo ali onde se aproximou tanto do material como na indústria cultural. Deveríamos, portanto, pensar que a indústria cultural e seus consumidores são adequados um ao outro. Como, porém, a indústria cultural, entretanto, tornou-se totalmente fenômeno do sempre-igual, do qual promete afastar temporariamente as pessoas, é de se duvidar se a equação entre indústria cultural e a consciência dos consumidores é precedente (ADORNO, 1995, p.79-80).

Tendo como norte Adorno, o que podemos elucidar até o percurso exposto é: o tempo livre está em imanência mais próximo de uma terminologia escrita e falada, sem qualquer compromisso com sua realização, do que de sua sedimentação no social. O tempo livre é impensável e, portanto, impossível numa sociedade cuja realidade de vida é inteiramente contrária a qualquer rusga mínima de abertura à autonomia ou emancipação. Por mais que os indivíduos se julguem autônomos no uso da temporalidade, nas realizações de suas atividades no tempo livre, a

sociedade regida por interesses que não os do sujeito, conduz à calamidade do espírito. Este repousa na incapacidade de crítica refletida e de discernimento ético diante das antinomias da civilização, e por isso de suas mais íntimas e caras relações que se deterioram. Nesse processo de encurtamento e aceleração do tempo, o sujeito enclacrado em suas rejeições, ressentimentos, medos, resulta no tédio e nos fins do sonho humano.

Sob estes aspectos há dois elementos relevantes sobre a possibilidade de emancipação no tempo livre. Primeiro, a existência de um espaço oportuno para que se realizem as objetivações do sujeito num determinado contexto de vida material. Em segundo que “esse aspecto conta, não em último lugar, para o fato de que aquilo que faço fora do horário de trabalho não se encontre em estrita oposição em relação a este” (ADORNO, 1995, p.72). Para o autor, essas condições concretas de acesso a um trabalho gratificante permitem sua existência objetiva com liberdade. Uma condição de vida material imbricada nas relações de suas funções, não o sendo dissociadas. Se isso é possível não sabemos, já que antes é preciso uma transformação radical que supere em forma de resistência as estruturas materiais, éticas e políticas que modulam até então a história e o *modus vivendi* da sociedade.

Para Adorno (1995) podemos afirmar que isso era fundamental, no entanto, é uma distopia quando pensamos nas relações de trabalho e nos produtos de trabalho na atual conjuntura. Como podemos resolver essa equação posta por Adorno? Bom, elas não se resolvem, o que se pode fazer é nos atermos ao fato de que suas funções particulares se equivalem nas suas realizações de trabalho, apropriações e transformações subjetivas tanto no tempo livre como no trabalho. Porém, não estamos em condições de se utilizar ou normatizar dessa analogia, embora seu ensaio sobre o tempo livre perpassasse boa parte em torno dessas nuances.

Seria, claro, covardia moral exigir essa modificação subjetiva sem conceder intervalo de tempo para isso, posto que a marca do tempo tecnocientífico é apagar da memória a noção do conceito e da disponibilidade de tempo que se poderia vir a ter como direito legítimo à mínima dignidade. Como imaginarmos pessoas autônomas e resolvidas por si mediante uma utilização de tempo medrado em fetiches e esquecimento e amortização do próprio eu?

No item a seguir procuraremos discutir a diferença entre o termo cunhado por Adorno – pseudo-atividades – e a ideia de autonomia. Ao encontro desses conceitos, cabe citar a programação vendida no tempo livre pela indústria cultural.

3.2 O tempo livre ocupado em pseudoatividades: afinal, o machado em casa economiza o carpinteiro?

“Se cada instrumento pudesse executar sua função própria sem ser mandado, ou por si mesmo, assim como as obras de Dédalo se moviam por si sós, ou como os tripés de Vulcano realizavam espontaneamente seu trabalho sagrado; se, por exemplo, as rocas das fiandeiras fiassem por si sós, o dono de oficina não precisaria mais de auxiliares, nem o senhor, de escravos.” Aristóteles. Trecho extraído do texto panfletário de Paul Lafargue, *O direito à preguiça* (1999, p.118).

Essa prévia a partir da citação de Aristóteles reiterada no discurso libertário e revolucionário de Paul Lafargue – *o direito à preguiça de 1880* – é incitativo por dois atinentes sentimentos: angústia da prisão e possibilidade de libertação. Ambos marcam os sujeitos e seus respectivos tempos. No caso, muito mais de Lafargue que estava à época na lida pela liberdade e em busca de uma vida plena a um povo submetido à servidão. Já Aristóteles se encontrava em grande instância a justificar o trabalho escravo como um mal ainda necessário para o movimento e crescimento de uma cidade e de suas máximas determinações objetivas.

Essa nota é relevante para elaborarmos questionamentos a respeito da sobredeterminações impingidas ao sujeito no seu lazer, no emprego, na sua consciência. Além da culpa por não render o esperado, mesmo que seja apenas produto imaginário de seus medos e fantasmas da exclusão por meio do rasgo do rótulo de ser útil socialmente. Portanto, o fazer automático por si mesmo como resposta adaptativa a uma iniciativa privada do mercado, do lazer e da saúde coloca o sujeito, por um lado, no compromisso em se integrar e por outro, em sofrimento se não aderir. Se o tempo livre na modernidade tardia está contaminado pela lógica do capital, como se pensar na imanência de liberdade ou em um processo de conscientização dos sujeitos? É notório que as massas não veem possibilidades em

se tornarem protagonistas de suas determinações, quanto menos participar na transformação dessa realidade incongruente.

Não é por demais emitirmos que o conceito de esclarecimento diz respeito a uma série de variantes. Pode nos remeter a filosofias, ideais, instituições, valores políticos, éticos e morais. Como aqui um dos processos intrínsecos de crítica é abordar os usos tecnológicos ultrasofisticados, a tecnologia, que sem dúvidas é uma das faces mais notórias do esclarecimento, tornou-se também um dos elementos mais regressivos. Muito embora, sua premissa convirja, em tese, com as esperanças de Lafargue e as justificativas de Aristóteles. Portanto, o fazer com respeito a fins como no caso das pseudoatividades é uma parte inerente e importante do próprio esclarecimento. Dentro da discussão desse processo estarão as orientações do pensamento da Teoria Crítica que levará substancialmente em conta a questão da produção social e de sua objetividade material, o que é significativamente importante e por isso determinante às ações dos sujeitos.

Os capitalistas são definidos a partir do controle que possuem e exercem em relação ao tempo do trabalhador, esta é uma observação de Bernardo (1992) apud Padilha (2000). Além de proprietários dos meios de produção são também donos do tempo do empregado. Existe a contaminação do tempo livre pela lógica do capital. A autora prossegue ao afirmar que é inviável a realização de um tempo livre com sentido se prevalecer a racionalidade não apenas econômica do capital. “Assim sendo, se o capitalismo é tão abrangente na vida do homem, o próprio ‘tempo livre’ é subordinado ao universo e à lógica do capital” (PADILHA, 2000, p.54).

Apesar de válida em alguns pontos factíveis em torno da crítica sobre o aprisionamento do tempo livre às agruras dos meios de produção, são necessárias algumas considerações e ressalvas: primeiro, o capitalista, ao deter os meios de produção e o tempo do trabalhador, não ratifica a premissa de que ele mesmo possui tempo em dobro. Segundo porque a manutenção e inovação dos meios de produção extirpam a temporalidade do capitalista e do empregado. O próprio mecanismo corrosivo e avassalador da produção do lucro ao mergulhar o capitalista nessa ocupação o destitui do próprio tempo livre, já que “Ele serve de complemento ao trabalho alienado, como experiência do antitético “tempo livre”, seja que este

deve reproduzir a força despendida, seja que sobre ele pese a hipoteca da apropriação do trabalho alheio” (ADORNO, 2008, p.271).

Vale a pena, nesse sentido, continuar a contribuição de Adorno (2008) no aforismo *Desmancha-Prazeres* de sua obra *Minima moralia*, que evidencia a sensação de um tempo em incessante continuum, de recomeço no já vivido, mera repetição. Essa sensação aflige tanto o operário quanto o burguês que se visualiza rechaçado de usufruir daquilo que proíbe os menos favorecidos socialmente. A situação do burguês livre das amarras de um trabalho que subjuga o empregado, é a de ocultá-la de tal modo que nega essa condição como benéfica:

Aquele que sente o tempo dilatar-se dolorosamente espera em vão, decepcionado com a perda, com a continuação do ontem no amanhã. No entanto, o tédio daqueles que não precisam trabalhar não é tão diferente disso. A sociedade como totalidade impõe aos potentados aquilo que infligem aos outros, e o que estes não podem aqueles mal permitem a si mesmos. Os burgueses converteram em insulto a saciedade, que seria afim à felicidade. Por que os outros têm fome, a ideologia decreta que a ausência de fome é ordinária. Assim os burgueses condenam os burgueses. Estando eles próprios isentos do trabalho, fica proibido o elogio da preguiça: esta seria tediosa (ADORNO, 2008, p.171).

Se o cenário social montado tem como lei a sentença de que a preguiça é blasfêmia, a mesma lei proveniente do cristianismo para o qual o tempo é reto e linear, então é preciso se livrar do tédio e do insulto de suas próprias inclinações. É urgente vencer a si mesmo. É preciso se culpar dessa sensação de pecado ocupando-se em atividades estranhadas sob a capa da inventividade e determinação. Por conta disso, podemos questionar se ocupar o tempo disponível com atividades de suposto aprendizado no que concerne a serviços domésticos ou de utilidades práticas do cotidiano, de objetos e locais que exigem em alguma medida revisão e reparo, perfaz uma ação mínima de inclinação autônoma ou está magistralmente mais próximo da automatização das consciências do e no uso do tempo livre?

Como delimitar as contradições e ambiguidades estabelecidas entre aquilo que o sujeito pode optar por tentar executar por si mesmo e aquilo que deveria delegar a outros mais especializados? A resposta não paira no élan do grau de

dificuldade e dispensa de tempo hábil que a tarefa exige. Parece estar mais afeita à sensação do falso e aparente, qual seja, a versatilidade em concomitância a produtividade e rentabilidade das ações das pessoas. Elementos os quais lhes propiciam de forma geral a ideia de saúde, pois não param de forma alguma em seu período de folga. Isso pode anunciar resistência e vitalidade; pode falsear uma ideia de inteligência para resolver problemas de ordem variada, que muitas vezes não o são de considerável exigência e qualidade. Pode-se pensar ainda em movimentos que vão desde fetiches pessoais como ao conserto de algum equipamento de pouca complexidade e ou utilidade.

De acordo com Adorno (1995) é possível entender que a indústria oferta às pessoas uma miríade de maquinários ou quinquilharias em equipamentos como protótipos de eficiência técnica no uso doméstico e de grande valia para ampará-las ante as dificuldades de algumas situações diárias. Há nesse processo de mecanização das funções na ocupação do tempo alguns significativos avisos: faça você mesmo determinadas atividades. Ocupe seu tempo, consuma os produtos que facilitarão suas vidas nas tarefas. E o mais importante, economize na contratação “dispensável” daqueles que são genuínos e aptos a realizar essas tarefas, o que, por sinal, lhes dariam mais tempo livre. Para acreditarem fielmente em sua falsa capacidade, as pessoas necessitam menosprezar aquele que sabe fazer melhor (Adorno, 1995), isso lhes dá segurança e ilusão da possibilidade criativa e de ganho nas execuções do trabalho. Essa mutilação e inversão das funções e trocas no tempo livre é denominado por Adorno como a compilação de toda uma ontologia da consciência burguesa. Notemos a seguir:

Daí que, novamente no interesse de indústrias especializadas, sejam encorajadas a fazer elas mesmas o que outros poderiam fazer por elas melhor e mais facilmente e que, no fundo, por isso mesmo, elas têm que desdenhar. De resto, pertence a uma camada muito antiga da consciência burguesa que o dinheiro gasto com serviços, na sociedade de divisão de trabalho, poderia ser economizado, por obstinado interesse pessoal, cego ao fato de que o mecanismo todo só se mantém vivo através das trocas de práticas especializadas (ADORNO, 1995, p.78).

Mas a condição necessária para que o sujeito compreenda o que o envolve nas ações no seu tempo livre, como anteriormente expresso, é a emancipação, por meio desta, aquele poderá visualizar a tarefa que é da alçada de outrem sem qualquer ressentimento em torno da decisão proferida. Assim também, saberá delimitar a si o que é possível ou impossível de realização nas referendas de sua disponibilidade. Tão longe do atributo de emancipação tanto mais estão de compreendê-la. Os processos resultantes dos meios que servem à manutenção do *status quo* cuidam em larga instância de confundir nos indivíduos suas capacidades e eliminar qualquer vislumbre de escolha. O sempre-igual é a sintonia do tempo no social pautado pelas indústrias cuja ânsia é propalar um mundo isento de qualquer contradição ou solução não encontrada.

Isso quer dizer que nas próprias ponderações de Adorno (1995), a sociedade e suas produções materiais contraditórias exigem do sujeito a impulsão por realizar atividades de forma independente no mesmo instante em que lhe condena por esse ato e o inviabiliza dessa mesma ação. Conforme podemos observar em sequência acerca dessa questão, “Pseudo-atividades são ficções e paródias daquela produtividade que a sociedade, por um lado, reclama incessantemente e, por outro lado, refreia e não quer muito nos indivíduos” (ADORNO, 1995, p.78).

Para Adorno, pseudo-atividades estão intimamente relacionadas com a ideologia posta pela cultura do *‘Do it yourself’*, justamente este comportamento do faça você mesmo que é amplamente reforçado e recomendado às pessoas como procedimento em seus tempos livres. Portanto, de acordo com o autor “pseudo-atividade é espontaneidade mal-orientada”. E o é porque, simplesmente, as pessoas se guiam para atividades regradas e aparentes, ilusórias e compensatórias de forma institucionalizada. Tudo isto ao custo de não despertarem para impossibilidade de mudança material e dos determinantes da inviabilidade de suas situações de vida espiritual (Adorno, 1995).

Vejamos, então, que, pseudo-atividade é vendida pelas indústrias para angariar reservas de mercado ao suprimir pequenos especialistas. Além do que, como pano de fundo, suprimem consideravelmente o tempo livre dos sujeitos, os quais, enquanto seres ajustados, já não sabem o que fazer nesse período. De quebra, o capital é agraciado por fornecer ocupação, que como discutido, elevará a

auto-estima dos sujeitos incumbidos no consumo de suas ofertas e produtos para a realização de tarefas diárias. Por outro lado, é importante frisar o acolhimento rançoso administrado que os sujeitos recebem, como mencionado, de castas do entretenimento. Para isso, Adorno e Horkheimer (1985), evidenciam-nos na crítica à racionalização do espírito objetivo, a exclusão do novo, formas fixas e curtas. Isto significa descarte daquilo que não fora experimentado porque é risco excessivo à norma e ao gosto e sucesso do liberalismo avançado.

A máquina gira sem sair do lugar, não há o novo, há o familiar a todos sem ter jamais ocorrido, ao mesmo tempo (Adorno e Horkheimer, 1985). Nas suas palavras é como se uma instância onipresente estivesse no respaldo e na determinação dos fins dos bens culturais de tal monta que estes não mais tenham sequer acréscimo, aumento ou transformação. Entretanto, apresentando aos consumidores a ideia de surpresa ou inesperado, sendo o mesmo objeto já visto e conhecido. “Nada deve ficar como era, tudo deve estar em constante movimento. Pois só a vitória universal do ritmo da produção e reprodução mecânica é a garantia de que nada mudará, de que nada surgirá que não se adapte” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p.111). É importante frisar, porém, que os pensadores consideram a sociedade capitalista uma contradição em processo. A totalidade é pretensamente onipresente, mas, com a existência de contradições.

A impressão inoculada a partir dessa formatação da indústria cultural é de deslocamento da percepção temporal dos sujeitos. A um só tempo são calcinadas fórmulas invariáveis com a propaganda de objetos na aceleração de variáveis, de permutas incessantes quando absolutamente as coisas mesmas não saem do lugar. Não há o deslocamento de qualquer possibilidade de transformação.

Ao sujeito é complexa a percepção referente a esse domínio porque o capitalismo na esteira da indústria cultural apresenta o mesmo esquema da produção alienada, o qual não propicia a solução de problemas que ambos criaram, apenas efetivamente vedam a utopia via mentiras manifestas. Funcionam como alívio interno em dose homeopática ao agirem externamente como política de esquecimento à realidade dura que os sujeitos se pressentem incapazes de modificar. Como contraface, iludem-se com pequenas realizações compensatórias

administradas as quais lhes processam ao mesmo tempo a sensação de autossuficiência, competência, ausência e aquisição de controle.

Por isso, como nos afirmam Adorno e Horkheimer (1985), os cinemas, rádios e por que não as igrejas, em grande medida, agências de catálogos de ocupação, usurparam os sonhos do humano. Em consequência, levam-lhe ao encontro de sua realidade e também ao esquecimento dela. Trazem uma realidade particular ao sujeito ao passo que lhe amputam momentaneamente o real externo. Contudo, afinal, resta entender o que sobra ou o que significa objetivamente o esquecimento da realidade no psiquismo do sujeito quando não ocupado pelos sonhos e fantasias.

O passo que leva da rua ao cinema não leva mais, em todo caso, ao sonho, e, desde que a mera existência das instituições deixou de obrigar à sua utilização, também deixou de haver uma ânsia tão grande assim de utilizá-las. [...] A obscuridade do cinema oferece à dona de casa, apesar dos filmes destinados a integrá-la, um refúgio onde ela pode passar algumas horas sem controle, assim como outrora, quando ainda havia lares e folgas vespertinas, ela podia se pôr à janela para ficar olhando a rua (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 115).

Evidente que se trata de um momento preciso à época dos autores. Porém, ainda hoje, confere materialidade se observado o frenesi vilipendiado nas salas de cinema e nas programações das rádios e emissoras de TV. Para, além disso, cumpre a ressalva diante de um objeto sobre o qual eles não puderam avaliar, mas, ao mesmo tempo, presentiram: a internet cujo uso se restringe em larga instância ao afogamento na superficialidade das redes sociais, tal como já o foram os programas de auditório e os circos de horrores.

É preciso entender o que, de fato, existe nessa relação do sujeito em sua singularidade objetiva que não possui nem em aparência qualquer presságio de resistência. E aí, cabe o que nos ratificam os autores sobre o questionamento de a indústria cultural não fornecer propriamente distração, mas tensão; não proporcionar diversão, mas por administração encampadora, esforço masoquista; e em conclusão ainda mais explícita, não há sublimação, mas repressão. Como segue para condimentar a discussão:

A indústria cultural não cessa de lograr seus consumidores quanto àquilo que está continuamente a lhes prometer. A promissória sobre o prazer, emitida pelo enredo e pela encenação, é prorrogada indefinidamente: maldosamente, a promessa a que afinal se reduz o espetáculo significa que jamais chegaremos à coisa mesma, que o convidado deve se contentar com a leitura do cardápio. [...] Todavia, apresentando a renúncia como algo de negativo, elas revogavam por assim dizer a humilhação da pulsão e salvavam aquilo a que se renunciara como algo mediatizado. Eis aí o segredo da sublimação estética: apresentar a satisfação como uma promessa rompida (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p.115).

O curso da existência gerenciado e programado em vitalícia miragem de gozo que nunca será alcançado, é o que ocupa o pensamento embotado, a ideia fixa e neurótica pautada na interdição ao acesso ao que a indústria cultural promete e propagandeia. De um lado, o processamento reducionista do capital acostuma os sujeitos a lutarem incessantemente contra e para expulsarem de si os resíduos, ou sobras que lhes anunciam o fracasso do não atingido, um objeto perdido. De outro, no próprio esquema corrupto e sacrossanto da indústria cultural, é justamente essa pequena fatia alucinatória de felicidade que os mantém animados a novamente buscar a morte em vida.

Aceita-se esse caminho porque o capitalismo ao lado disso e não obstante, é sensual, ousado e também comedido quando grita por proteção e segurança diante de suas crias ameaçadoras: a indústria cultural e os estamentos reguladores de governança. Do capital na monta da indústria cultural, o sujeito recebe repressão por ter seu desejo condensado na excitação a partir dos usos de mercadorias, que de acordo com Türcke (2010), são fabricadas de forma massificada com consideráveis consequências à economia pulsional, aos sentidos subjetivos, ao pensamento e às interações humanas.

Como nos dizem Adorno e Horkheimer (1985), excitação por nomes e imagens que gritam e brilham a ponto de ofuscar a concretude fria, que no fim das contas mortuárias, serve apenas a simples notoriedade do cotidiano cinzento que o indivíduo tanto quanto o seu desejo querem escapar. No conjunto desses elementos como, excitação, imagens brilhantes que competem pelo olhar e produções de tensão numa temporalidade reduzida de espaço e assimilação que voltaremos nossa atenção no próximo item.

3.3 Algumas considerações pontuais sobre a temporalidade na cultura digital à luz da Teoria Crítica da Sociedade

O raio e o trovão precisam de tempo, a luz das estrelas precisa de tempo, feitos precisam de tempo, mesmo depois de haver ocorrido, para serem vistos e escutados (Nietzsche – Gaia Ciência apud TÜRCKE, 2010, p. 83).

Essa citação serve de alerta aos problemas da educação e de sua temporalidade mercadológica como: a abreviação dos conteúdos de primeira mão, o aligeiramento da suposta formação e a adaptação à tecnologia para ser percebido de alguma forma. Se os fenômenos da natureza requerem tempo para seus acontecimentos e regulações preponderantes à existência, no seu uso atual o tempo é economizado via abundância técnica, sob o preço de um atrofiamento do pensar. Nesse sentido, seria interessante tratar efetivamente dos processos ou mecanismos que tornam a tecnologia tão viciante ao sujeito quanto, potencialmente, a heroína é capaz, pois para TÜRCKE (2010) os usuários *high tech* são potencializados na distração concentrada.

A definição de distração na forma mais tranquila, argumenta TÜRCKE (2010) trata-se do estado de sono, embora o processamento do estado de vigília não cesse, o trabalho a este intento é mínimo. Os transformadores desse movimento orgânico na sociedade excitada⁸, segundo o pensador, são: de um lado, a formação social moderna que alterou as produções de tensão, concentração e distração. E de outro lado, a produção capitalista de mercadorias com as excessivas jornadas de trabalho que amalgamou fases de descanso e trabalho, períodos como dia e noite.

⁸ Sociedade excitada ou da sensação é a transformação da sociedade do espetáculo que foi analisada pelo marxista francês Guy Debord no pós-guerra. Na sociedade excitada os estados de excitação são tão contínuos que seus efeitos são análogos às drogas mais viciantes. Do movimento do *zapping* à cultura sagrada do *high tech*, a revolução técnica microeletrônica efetua disparos intensos de choques visuais imagéticos tão propensos a tornar as pessoas dependentes, que se assemelha a injeções sensuais. As máquinas audiovisuais dão picadas de imagens a cada nova focagem da câmera 24/7. Se há vício, há dependência e abstinência, logo, há substitutos de sensações tal qual a obsolescência dos produtos. Surge então a distração concentrada, uma efemeridade via constelação de impulsos eletrônicos que aniquilam a atenção, memória e a experiência. O paralelo de TÜRCKE é que, assim como as drogas se desenvolveram em potência e poder sobre os indivíduos, os aparelhos technoimagéticos agem na mesma proporção sobre o campo sensorial humano. Tanto as drogas avançadas quanto as máquinas sensuais atendem a um princípio: a aceleração das forças produtivas materiais, o giro do capital flexível que culmina com a sensação de compressão temporal.

Além do que, como discutido ao longo deste trabalho penetrou e regulou o tempo livre das pessoas.

A administração do tempo livre teve um início e um propósito específico segundo nos informa. No século XIX com a invasão de alguns produtos ao mercado como fotografia, romances sensacionalistas, imprensa, salões de festas etc, vieram os excessos do final de semana. Os protagonistas eram os proletários nos bares. Para o controle foi estabelecida a *recreação racional*. “E então, tal recreação preparou gradativamente cada disposição de massa sensório- estética que o choque fílmico fulmina como se fosse um raio” (TÜRCKE, 2010, p.264).

São dois aspectos salutares que o filósofo chama a atenção a esse respeito. Primeiro, o fundamento de distração desses choques nos filmes com imagens sequenciais rápidas e de grande impacto, é a concentração. Segundo, essa consubstanciação de espetáculos já naquela época possibilitou que o tempo livre fosse fundido ao ritmo do trabalho. É por isso, a afirmação de que “a “real” subsunção do tempo livre se inicia com o filme” (p.265).

Ao movimento repentino e violento do trabalhador nas linhas de montagem, à velocidade de caixas eletrônicas sem conceder tempo de assimilação ao seu uso, à explosão de cenas de filmes, à repetição sensacionalista das notícias de imagens trágicas, aos anúncios publicitários com inúmeros choques frames por segundo, e ao curso frenético de obsolescência programada com iniciativas de alimentação instantâneas para ocupar e “sobrar” o tempo livre no uso de aplicativos eletrônicos, estão, a dura e tenra exigência de nossos nervos em acompanhar esse show espetacular de movimentos num só fôlego.

As várias formas de diversão são canalizadas num meio que exige a atenção de todas as classes e categorias profissionais, de tal maneira que a forma específica de exigência dos nervos, que a vida industrial na grande cidade traz consigo tanto no posto de trabalho quanto na rua, também passa para a esfera na qual o lazer deveria realizar-se (TÜRCKE, 2010, p.265).

Os movimentos bruscos ou pancadas que o trabalhador moderno das linhas de montagem, interpretado por Chaplin em *Tempos Modernos*, opera na fixação de

peças, têm sua correspondência, de acordo com Türcke, no choque de imagens de filmes. “De modo fulminante, o choque concentra a atenção num ponto, para poder triturar essa concentração através de incontáveis repetições. O meio de concentração é, propriamente, o meio de decomposição” (p. 266). Trata-se de um choque que via repetição distrai até o próprio movimento podendo gerar mutilação física – perda de partes do corpo – de trabalhadores que já se decompõem subjetivamente na função.

O tempo de resposta gestual não acompanha o movimento da máquina ou por entorpecimento fruto da própria distração ou por esquecimento de si. Semelhante ao fato histórico verificado por Sennett (1998), sobre o impacto do capitalismo industrial na vida pública do cidadão parisiense, o tumulto no século XIX foi tamanho com a inclusão de determinadas atividades comerciais e objetos alheios às percepções temporais e espaciais das pessoas, que estas em razão do reflexo de seus movimentos e atenção exigida na época, simples e curiosamente eram atropeladas por carroças. Viam-se, particularmente, afugentadas e sob a mira de uma esgrima ameaçadora.

Os movimentos contínuos e articulados das atividades motoras reflexas têm base na inclusão de outro instrumental cuja velocidade de seu processamento está além do vivido no interior da sociedade. Conforme Lastória (2003) por meio das considerações benjaminianas da modernidade, a manufatura criativa dos brinquedos fora apropriada pela atividade industrial de produção. Como consequência desse processo nasceram no fim do século XIX os parques de diversões. Seus precedentes foram as exposições universais cujo propósito era trazer divertimento às classes de trabalhadores. Nascia, assim, abrindo espaço para o progresso técnico e às negociatas do mundo corporativo, um lazer ou a indústria do divertimento. Hoje, esses parques industriais formam apenas uma parte do entretenimento disparador de adrenalinas e choques. O legado da racionalidade técnica numa sociedade vertical e brutal é exigir controle do corpo por meio de treinos em seus supostos tempo livre. Os parques de diversões provocam no organismo o “preparo” para situação altamente aversiva e perigosa, é como se fosse um preparo para a morte.

A sensação dos judeus frente aos vagões que os levariam à câmara de gás, em devidas proporções de finitude, pode ser recapitulada ou transportada, já que a montagem de todo o circuito nazista era a prova da “ratio instrumental” técnica, para no que se caracterizam as atividades de lazer no tempo livre tanto em games e simulacros de guerra quanto em trabalhos fastidiosos em softwares que exigem atenção e gestos meticulosos num olhar e cérebro dispersos. Nas entrelinhas dessa tecnicidade motora está o intento de regular ou fundamentar o indivíduo para situações de combate, anteriormente, utilizadas apenas para treino militares.

E como tudo avança regressivamente, à mistura cínica da temporalidade noturna e diurna em prol do trabalho acelerado e dinâmico embutindo diversões agressivas enquanto programação dessensibilizadora nos tempos livres, vincula-se ao que Crary (2014) denuncia sobre a intenção do *Departamento de Defesa dos Estados Unidos* em transformar o homem em espécie de máquina que não necessita de sono. Porém, a fórmula desse processo está num pardal de coroa branca⁹. A partir dessa *ratio*, evitar-se-ia o gasto excessivo da ordem de bilhões de dólares com o planejamento militar como operações remotas, assassinato robótico e sistemas de mira. Chancelar a pesquisa de privação de sono fundamentaria a inserção distópica da tecnologia em ofertar o soldado sem sono, um ser funcional muito próximo à complexidade de redes não humanas.

O complexo científico-militar tem se dedicado ao desenvolvimento de formas de “cognição ampliada” que prometem aprimorar a interação entre homem e máquina. Simultaneamente, as Forças Armadas têm financiado diversas outras áreas de pesquisas do cérebro, incluindo o desenvolvimento de uma droga contra o medo [...] Como parte desses esforços, a remoção de pardais de coroa branca dos ritmos sazonais do meio ambiente da costa

⁹ Diferente da maioria dos outros pássaros, esse tipo de pardal tem uma capacidade bastante incomum de permanecer acordado por até sete dias durante as migrações. Esse comportamento sazonal lhes permite voar e navegar durante a noite e procurar por alimento durante o dia sem descansar. Com recursos do governo, pesquisadores de diversas universidades, notadamente em Madison, no estado de Wisconsin, têm investigado a atividade cerebral dos pássaros durante esses longos períodos de vigília, com a esperança de obter conhecimentos aplicáveis aos seres humanos. O objetivo é descobrir como as pessoas poderiam ficar sem dormir e funcionar produtiva e eficientemente. O objetivo inicial é simplesmente a criação do soldado sem sono, e o projeto de estudo dos pardais de coroa branca é apenas uma pequena parte de um esforço militar mais amplo para obter domínio ao menos parcial sobre o sono humano. O objetivo de curto prazo é o desenvolvimento de métodos que permitam a um combatente ficar sem dormir por pelo menos sete dias, e, no longo prazo, duplicar esse período, preservando níveis altos de desempenho mental e físico (Crary, 2014, p.11-12).

do Pacífico deve auxiliar o projeto de imposição ao corpo humano de um modelo maquínico de duração e eficiência (CRARY, 2014, p.13).

Ao passo que existe uma distração concentrada a partir de movimentos de alto impacto num ponto específico, temos um tempo livre ocupado nessa mesma lógica de decomposição. Os fins do sono programado servem de modelo paradigmático do alongamento das relações críticas do homem com o trabalho, com a diversão e com o uso de equipamentos que o deixam em segundo plano. A tecnologia já inseriu as formas de controle sobre o repouso.

O sono é uma experiência desligada de uma necessidade, como ratifica Crary (2014), ou de uma natureza inerente, e deixará de ser, tão logo, direito. “Produtos contra o sono, quando propagandeados agressivamente por empresas farmacêuticas, se tornariam primeiro uma opção de estilo de vida, e ao fim, para muitos, uma necessidade”. (p.13). Como visto em Lastória (2003), se inovações de treino militares são transpostas ao emprego social para adaptação orgânica e psicológica, igualmente Crary (2014) ratifica que o soldado sem sono é o precursor do trabalhador e do consumidor também sem sono. Não estamos longe desse propósito como argumenta Crary, aumenta o número de pessoas que acordam todas as noites para verificar mensagens nos aplicativos digitais. O *sleep mode*¹⁰ das máquinas será a antena do trabalhador imerso na distração concentrada. Uma antena bem menos atenta do que a do caracol na gênese da burrice.

Um dos truísmos conhecidos do pensamento crítico contemporâneo é que não existem características naturais inalteráveis – nem mesmo a morte, segundo os que preveem que em breve estaremos todos transferindo os dados de nossas mentes para uma forma digital de imortalidade. Acreditar que existam quaisquer traços essenciais que distinguem os seres vivos das máquinas é, dizem-nos críticos céleres, ingênuo e delirante (CRARY, 2014, p. 23).

¹⁰ Conforme Crary, *sleep mode* é uma figura de linguagem recorrente e aparentemente inócua inspirada nas máquinas. A ideia de um aparelho em modo de consumo reduzido e de prontidão transforma o sentido mais amplo do sono em uma mera condição adiada ou diminuída de operacionalidade e acesso. Ela supera a lógica do desligado/ligado, de maneira que nada está fundamentalmente “desligado” e não há nunca um estado real de repouso (p.23).

Para Crary (2014) é fundamental que pensemos em uma questão que impreterivelmente apresentar-se-á à sociedade num período de médio prazo, como por exemplo, e se surgissem drogas que nos possibilitasse trabalhar por cem horas seguidas? Crary continua o tom de indagações, mas como se as fossem argumentos propagandísticos de que o capital se utilizaria para convencer a sociedade a aderir aos seus propósitos sem limites: “Períodos de sono mais flexíveis e reduzidos não permitiriam maior liberdade pessoal e organização da própria vida de acordo com necessidades e desejos individuais? Menos sono não permitiria mais oportunidades de “viver a vida ao máximo”? (2014, p. 23).

É como se o autor colocasse um feixe de luz na forma de perguntas sobre como seriam os métodos arbitrários de persuasão utilizados pelas indústrias. Contudo, por outro lado, essa discussão de ficar alerta dormindo para reativar o deslize e o toque nos objetos eletrônicos para não deixar escapar informações, tem origem nos tempos primitivos com o que TÜRCKE (2010) denomina de formação de camada cultural em torno de machucados pulsionais cicatrizados, é o retorno ao fundamento. A sensação envolve-se em si mesma sem vínculo ou significado que lhe pudesse permitir a passagem de religamento a outras sensações que trouxessem experiência (TÜRCKE, 2010).

À sensação excitada na concentração do aceleração temporal somada ao movimento neurótico de repetição nos apetrechos tecnológicos, dimensionam-nos uma relação com os aparelhos técnicos, que conforme Maia (2014) resulta em imediata, vazia e anistórica. Além disso, a tecnologia digital ao se pulverizar em todas as esferas da vida material, modela o sensorio e o pensamento humano a uma temporalidade espetacular, cujo resultado é a não resistência à sociedade alienada (Maia, 2014). As telas lançam choques sensuais capazes de entorpecer tanto quanto injeções de heroína. A evolução tecnológica incita o que TÜRCKE (2010) denomina de frenesi viciante de choques imagéticos visuais.

Se hoje “ser é ser percebido”, e se gasta uma enorme quantidade de tempo e recursos para produzir uma aparição adequada, se o sensorio é “lixiviado” até se ajustar às demandas temporais cada vez mais exigentes das máquinas, se, enfim tal como viciados, procuramos sempre uma dose mais forte de sensações, então a questão sobre a ideologia característica da cultura digital de massas talvez possa ser também compreendida a partir da contínua sujeição dos homens ao tempo alienado (MAIA, 2014, p.225-226).

Na mesma medida que as agulhadas óticas comprimem o sensorio neural, a compressão temporal anula as possibilidades de experiência, pois substitui rapidamente capacidades tanto quanto objetos técnicos tornam-se numa olhadela, ultrapassados. Nessa mesma asserção, os conteúdos escolares jazem paupérrimos em texto e ricos em imagens conforme argumenta Türcke (2010). Se para o uso bem sucedido de economia de tempo dos aplicativos tecnológicos é primordial uma escrita amputada na mesma medida que as sensações são permutadas por um hiperrealismo, os conceitos complexos de determinados pensadores são resumidos numa fagulha semelhante a um slogan publicitário: *penso, logo existo; o homem é bom por natureza, a sociedade o corrompe*; frases ligeiras seguidas pela foto dos respectivos pensadores, utilizados nos manuais escolares.

O intento é que se propicie sua apreensão mais rápida sem conexão alguma com os processos históricos, tampouco com qualquer contextualização objetiva. Conforme Maia (2014), a espetacularização das mediações culturais tem a ver com a espacialização temporal cujo resultado nos traz a concorrência das imagens que gritam pelo olhar. Essas imagens possuem o tempo alocado no processo de valor de troca.

As imagens contêm o tempo porque este foi aprisionado sob a forma de valor de troca, enquanto aquelas espelham o mundo das mercadorias, percebido ideologicamente como mundo animado. Se elas contêm o tempo espacializado e se sobrepõem e se substituem cada vez mais velozmente, a aceleração contém, inversamente, uma reposição do mesmo, um caráter estático e, eventualmente, extático, pois o que desfila velozmente é nada menos que o cortejo triunfante dos espectros das mercadorias (p.233).

Sob tais perspectivas cabe indagar sobre o desejo máximo das tecnologias em simplesmente economizar o tempo, “A compulsão à emissão não é qualquer uma. Ela corresponde à força de sucção do mercado sob condições microeletrônicas” (TÜRCKE, 2010, p.65). A que finalidade essa economia atende quando nos perguntamos sobre algumas de suas consequências, como: o excesso de tempo de trabalho, diminuição do tempo livre e eliminação do tempo e espaço para reflexão?

A resposta é esvaziar de sentido as relações e comunicações em nome da eficiência e produtividade propiciada pela diminuição do tempo gasto com atividades de trabalho ou lazer. Entretanto, é evidente que a revolução microeletrônica propiciou encurtamento de determinados afazeres que antes exigiam tempo como: processos de negociação, reuniões – não no caso dos professores universitários, claro – e conferências e viagens de longa distância (Türcke, 2010).

Esses exemplos “bem sucedidos” de determinadas áreas, no caso, no âmbito empresarial, eliciam algumas sensações que dizem respeito à redução do tempo para resolver pendências técnicas profissionais. Estas revelam não somente facilitação da vida no trabalho ou no desenvolvimento de atividades, como revivifica um giro regressivo ao arcaico de vitória sobre a natureza via salto progressivo tecnológico. Porém, Türcke (2010) faz consideráveis ressalvas em torno da questão de quebra de fronteiras e simulação de uma proximidade falsa permitida pela aparelhagem que nos governa atualmente, como expresso abaixo:

Contudo espaço e tempo não podem ser superados. A proximidade instituída por tais aparelhos consiste meramente numa superação de distâncias espaçotemporais, redução e aceleração ao máximo dos limitados processos de comunicação, e isso não pode ser confundido com “proximidade humana” no sentido de uma participação mútua e da identificação, que só podem ser gradativamente construídas ao logo do convívio mútuo e da troca de experiências. E para isso, necessita-se, o mais urgentemente possível, daquilo que as novas tecnologias desejam economizar ao máximo: tempo (TÜRCKE, 2010, p.290).

Fica claro ao autor que possuir o poder de entrar em contato a qualquer momento com o outro não importando quão distantes estão, não significa realização de comunicação e de proximidade. Se não há aquilo que seria o principal para estabelecer relações e mediações, o tempo, o curso da existência fica empobrecido de experiências, retalhado por comunicações intensificadas na aceleração. A internet é o fio que atou as formas de comunicação que antes eram presentes na forma de livros, jornais, cartas e telefone.

A revolução ultratecnológica ganha contornos no sentido de caráter indissociável da magia – como já apontado por Chauí (2013) – para aparecer e sumir, basta o clicar do mouse, que assim como um amuleto da sorte ritualizado e

ofertado por um pajé nas tribos primitivas era a segurança contra as intempéries da natureza, pelo *click* ou aplicativo adequado nos livramos das dificuldades dos encontros pessoais e externalizamos uma falsa proteção a partir de contatos que jamais ocorrem objetivamente, já que “surfa-se ao redor, realiza-se o pré-prazer duradouro de uma satisfação continuamente ausente” (p.290).

Perde-se o contato que implica na perda de sentidos como o tato, cheiro, escuta e olhar. Perde-se o contato consigo mesmo. Sujeitos encalacrados em métodos de controle, sem reflexão, atenção e memória. Qualidades que definham cada vez mais no ritmo alucinante do desenvolvimento digital. De um declínio da esfera pública como divulgado por Sennett (1998), para a revolução microeletrônica da distração concentrada proibida de descanso, há o declínio de faculdades internas imprescindíveis à crítica dialética, à concentração e à memória.

Presos às telas de alta definição tal como a alegoria de Platão a caverna digital é o grande sustentáculo do tempo livre. O mesmo dispositivo que une separa, como afirmado por TÜRCKE (2010) radicalmente efetuando a transformação em maior medida dos objetos do que dos homens. Há por parte da instrumentalidade da razão formas efetivas de ordenar o não entendimento do percurso histórico humano, já que se arruinaram formas essenciais de como se pensar dialeticamente para contradizer as contradições que se descortinam a nossa frente. “A tela que me liga ao mundo todo é também a divisória que me separa dele, fazendo o próprio domicílio assemelhar-se a um posto anônimo de quarentena e gerando um novo estado: o do excluído completamente integrado” (TÜRCKE, p.71).

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DE ANÁLISE UTILIZADA NAS ENTREVISTAS COM DOCENTES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

MÉTODO

Para a realização do estudo sobre os usos do tempo livre do professor universitário, pautamos o trabalho na mensuração da realidade apresentada pelos docentes entrevistados que pôde ser interpretada pelo referencial crítico utilizado como sustentação desta dissertação. Portanto, a orientação teórico-metodológica para o deslindamento e interpretação deste objeto foi prioritariamente regida pela Teoria Crítica da Sociedade. Para a crítica imanente foram utilizados clássicos como a obra de Adorno e Horkheimer – *A dialética do Esclarecimento* (1985). *Educação e Emancipação* (1995) de Theodor W. Adorno. O trabalho ensaístico “Teoria da Semiformação” (2010) de Adorno. A isto somamos o livro *Sociedade excitada: filosofia da sensação* (2010) de Christoph Türcke. A obra, *sociedade do espetáculo* (1997) de Guy Debord; *Condição pós-moderna* (2000) de David Harvey; *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (2008) de George Agamben; *Aliénation et accélération* (2010) de Hartmut Rosa, dentre outros trabalhos.

Para além, foram estudados e analisados alguns trabalhos atuais que investigaram a temporalidade, o impacto das tecnologias da informação e comunicação (Tics) no trabalho docente. Foram revisitadas também algumas produções no âmbito da sociologia do lazer e da educação física sobre o lazer e tempo livre. Ao todo foram utilizadas aproximadamente duas dissertações de mestrado, uma tese de doutorado e quatorze artigos. Os temas nestes trabalhos versaram sobre a temporalidade, tecnologia, lazer, trabalho e universidade. Para a realização da organização das produções atuais efetuamos buscas nos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; *Scientific Eletronic Library Online* – Scielo –, e nos bancos de dados da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e da Universidade de São Paulo – USP. As palavras-chave utilizadas nos sistemas de buscas dos periódicos e dos bancos virtuais de teses e dissertações das referidas universidades foram: temporalidade e trabalho docente; tempo livre do professor; lazer do professor; tempo de trabalho docente; tecnologias e

temporalidade; tecnologia e trabalho do professor; organização do tempo e do trabalho.

O estudo de caso consistiu em entrevistas que se realizaram com cerca de dois professores do ensino superior de uma Universidade do interior do Estado de São Paulo. Para a realização dessas entrevistas foi elaborado um termo de consentimento livre e esclarecido e um protocolo de pesquisa foi encaminhado ao comitê de ética em pesquisa da Faculdade de Ciências da UNESP – Bauru-SP. A entrevista foi composta por 12 questões.

As entrevistas foram gravadas com anuência dos participantes e realizadas no departamento da Universidade dos respectivos professores. As respostas foram transcritas literalmente para a análise dos dados e discussão dos resultados. O tempo de duração da primeira entrevista foi de cerca de 1 hora e 20 minutos. O tempo para a realização da segunda entrevista foi de 45 minutos. O quadro 1 a seguir, refere-se às perguntas realizadas aos professores do ensino superior.

QUADRO 1: PERGUNTAS REALIZADAS AOS PROFESSORES

- 1) Em sua opinião o que você considera como tempo livre?
- 2) De acordo com sua definição, você usufrui de tempo livre?
- 3) Quais atividades você comumente realiza no seu tempo livre?
- 4) Você utiliza, eventual ou sistematicamente, o tempo livre para atividades acadêmicas, relacionadas ao trabalho?
- 5) Você poderia descrever como organiza seu tempo fora do horário de trabalho?
- 6) Você poderia quantificar o tempo que você passa trabalhando por semana e o tempo que você chamaria de tempo livre?
- 7) Como você qualificaria essas atividades no tempo livre?
- 8) Quais relações você visualiza entre o desenvolvimento tecnológico, o trabalho docente e o uso do tempo?

- 9) Com a implementação das tecnologias no trabalho, este diminuiu ou aumentou?
- 10) Qual relação você estabelece entre a utilização das *TICS* no trabalho e a vivência do tempo livre?
- 11) Como você avalia que seu trabalho influencia seu tempo livre e vice-versa?
- 12) Quais atividades você considera relevante desenvolver fora do horário de trabalho?

A seguir destacamos as categorias prévias de análise ancoradas tanto a partir dos referenciais teóricos conceituais para a elaboração da reflexão desta dissertação quanto no encaminhamento das perguntas e da escuta às respostas fornecidas pelos professores do ensino superior entrevistados. O quadro a seguir destaca os elementos que nortearam a análise e discussão das respostas:

QUADRO 2: CATEGORIAS PRÉVIAS DE ANÁLISE

- ✓ Os usos do tempo livre pelo professor universitário;
- ✓ As relações estabelecidas entre trabalho e tempo livre;
- ✓ Trabalho na Universidade tomado por atividades meio;
- ✓ Os impactos das tecnologias no trabalho e no tempo livre.

CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DOS RESULTADOS E UNIVERSIDADE OPERACIONAL: a radicalidade do modelo burguês de pensamento

Apresentaremos, agora, as categorias de análise que repercutiram nas respostas concedidas pelos professores entrevistados. Foram dois docentes entrevistados. Um docente com mais tempo de Universidade Pública, pouco mais de 20 anos. O segundo docente em estágio probatório, em torno de 1 ano e meio. Utilizamos esse critério para verificar a partir do tempo de carreira na Universidade quais semelhanças e diferenças existem nos usos do tempo livre por esses professores ou se nos apresentam apenas condições completamente equivalentes.

Sobre isto, as principais respostas fornecidas pelos professores entrevistados, focalizam-se no comparativo entre as respostas dos docentes, nos apontamentos de semelhanças e diferenças, em especial, no que tange ao aspecto de tempo de experiência ou de carreira na Universidade. As respostas tratam de alguns pontos específicos emergidos e foram divididas por meio das categorias de análise. Em que pese isto, organizamos os principais apontamentos das respostas articulados com as categorias destacadas, de acordo com o quadro 3 a seguir.

QUADRO 3: COMPARATIVO ENTRE AS RESPOSTAS DOS PROFESSORES PARTICIPANTES: categorias prévias de análise	
<u>DOCENTE 1</u>	<u>DOCENTE 2</u>
<i>Docente na Universidade Pública há mais de 20 anos.</i>	<i>Um ano e meio como docente na Universidade Pública. Em estágio probatório.</i>
Os usos do tempo livre	
Sim, usufrui de tempo livre.	Sim, usufrui de tempo livre.
Tempo livre é aquele em que não esteja trabalhando com atividades da Universidade.	Tempo livre é o tempo ocupado com atividades descompromissadas desligadas das funções do trabalho.
Atividades desenvolvidas no tempo livre: Dormir. Ler conteúdos que não tenham ligação com o trabalho na Universidade. Assistir a filmes. Sair com amigos para	Atividades desenvolvidas no tempo livre: Descansar. Fazer leituras não acadêmicas, viajar, assistir a filmes, fazer atividades físicas com prazer pensando na saúde. Dedicar-se a

<p>beber. Realizar passeios com a esposa e os filhos previamente agendado para não se esquecer do compromisso. Utiliza o tempo livre para resolver demandas ligadas à família, que não considera mais como sendo um tempo livre.</p>	<p>atividades descompromissadas sem um objetivo prévio. Sair com os amigos.</p>
<p>Relações entre trabalho e tempo livre</p>	
<p>Não soube quantificar o tempo destinado à elaboração de atividades do trabalho. Porém, garante que é feito no período unicamente de trabalho. Não permite que o trabalho invada as suas férias ou consuma boa parte do seu tempo livre.</p> <p>Tem o cuidado para não resolver problemas da ordem do trabalho no tempo livre e em especial nas férias. Não utiliza os recursos tecnológicos para fins profissionais no seu tempo livre. Portanto, não entra em emails no período de férias.</p>	<p>Utiliza sistematicamente o tempo livre com atividades de trabalho. O trabalho invade o período de descanso, lazer e férias. Não soube precisar distinção entre uma coisa e outra. Há prejuízos de sobrecarga e estafa. Sensação de prejuízo no tempo futuro quando a idade aumentar. Utiliza o tempo todo os meios digitais em seu tempo livre. Em seu lazer vai ao cinema e muitas vezes não consegue assistir ao filme, por exemplo, sem deixar de estabelecer alguma conexão com o seu trabalho, como ideias de atividades a partir de determinada cena que assistiu. Acredita que os recursos tecnológicos facilitam o trabalho, mas aumentam sua carga também.</p>
<p>Não organiza tanto o tempo fora do horário de trabalho. Nos finais de semana e feriados não planeja nada. Diz que se utiliza de agenda para não se esquecer dos compromissos firmados com filhos e esposa.</p>	<p>Não organiza o tempo fora do horário de trabalho. O tempo passa muito rápido no tempo livre. Ao contrário do que afirmou no início, diz que tem tempo livre, mas não usufrui dele. O tempo passa e quando percebe, já acabou. Quando tenta fazer um planejamento, surgem demandas ligadas tanto à família quanto ao trabalho que tomam o seu tempo livre.</p>
<p>Não soube quantificar. É muito mais tempo trabalhando do que tempo livre. Diz que consegue controlar ou determinar o que e como fará algumas atividades de seu trabalho. Há dias que consegue evitar trabalhos que vão estressá-lo.</p>	<p>Não soube quantificar o tempo que passa trabalhando e o tempo que seria livre. Trabalha muito em casa, aos sábados, e também de madrugada respondendo mensagens de alunos via aplicativos. Mas para dizer um número, suspeita que extrapole 50 horas de trabalho semanais <i>in loco</i>.</p>
<p>Os impactos das tecnologias digitais no trabalho e no tempo livre</p>	
<p>Utiliza os recursos tecnológicos nas atividades do seu tempo livre para: Assistir ao futebol e a notícias; pesquisar</p>	<p>Acredita que as atividades realizadas no tempo livre não sejam, no momento, de muita qualidade. Fica no plano das ideias a realização</p>

<p>cifras musicais para tocar e utiliza a internet para ouvir música. O trabalho aumentou não em razão das tecnologias, mas por conta da facilitação que a tecnologia propiciou para a reitoria pressionar, cobrar e fazer exigências ao corpo docente.</p> <p>Portanto, a quantidade de demandas e solicitações aumentou significativamente. Bancos de dados complexos com inúmeras páginas para serem preenchidas com demarcação de tempo sob o custo de expirar a página atrapalham muito o trabalho, como solicitar um projeto de extensão que seria uma atividade fim.</p> <p>Por outro lado, como procura não permitir que as atividades do trabalho ultrapassem as barreiras de seu tempo livre, não usa recursos eletrônicos para fins profissionais como leitura de emails, tampouco as redes sociais.</p>	<p>de algumas atividades. Não consegue se desligar do mundo do trabalho. Não consegue parar de pensar nas atividades que tem ou que poderia realizar referentes à docência. Sensação recorrente de que o tempo passa muito rápido, principalmente, o tempo livre o qual muitas vezes nem percebeu que passou. Sua explicação para isso gira em torno dos inúmeros estímulos como a internet e a rápida troca de informação. Acredita que os recursos tecnológicos facilitam o trabalho, mas aumentam sua carga também. O espaço do trabalho não é mais restrito, pois afirma que não se trabalha só na universidade, trabalha em qualquer lugar por conta das tecnologias, pode trabalhar a partir do seu celular, por exemplo. <u>Em suas palavras, é docente o tempo todo. Há muita dificuldade em separar o que é profissional do que é pessoal.</u></p>
Trabalho na Universidade tomado por atividades meio	
<p>Nenhuma produção intelectual é feita na universidade. São todas feitas em sua casa. Considera que o trabalho docente é por empreitada, em que, ao final de um ano é necessário apresentar uma produção científica. Cobram-se atividades em todos os setores.</p> <p>Muitas atividades burocráticas como fornecer parecer e participar de comissões, conselhos e reuniões de departamento. Obrigação em ter alguma produção científica. Obrigação de orientar aluno, participar de banca.</p> <p>Participar de banca de concurso para professor substituto sendo este ambiente insalubre. Tudo isso para ao final do ano ter uma certa produção e não ser pressionado pela instituição. Sintetiza como correria a pressão por produção.</p> <p>Coletar os dados e nas primeiras</p>	<p>As atividades fins sem dúvida ocupam a maior parte do tempo de trabalho. As atividades fim, são, efetivamente em sala de aula com aluno, em orientações com aluno, em atividades de extensão, projetos de extensão. As outras atividades que não são fim ocupam um espaço até que considerável, mas não é o volume maior. Pela sua experiência – um ano e meio de universidade - entende que as atividades fins ocupam mais tempo. É uma consequência de não fazer parte de certas condições, de certos colegiados que com o tempo de trabalho crê que isso mudará. Afirma que hoje as suas atividades de gestão ocupam um tempo do trabalho, mas não o suficiente para colocar num mesmo nível das atividades fins. O que ela percebe pela vivência com outros docentes é que são demandas da carreira acadêmica que vão acontecendo. Em alguns momentos não tem como dizer não e em outros é preciso dizer. Acha que atividades meio é também</p>

<p>impressões obtidas ter que publicar, mandar a um congresso, a uma revista e não conseguir fundamentar tanto um trabalho.</p>	<p>fundamental para fazer as outras coisas acontecerem com melhor qualidade, como as atividades fins. É algo que compõe o seu trabalho, não vê isso como um problema, mas como importante, pois é o processo para refletir sobre aquilo que está acontecendo. Compreende como atividades meio a emissão de pareceres, reuniões de departamento, de conselho de curso, etc. em suas palavras a burocratização deveria ser evitada porque toma um tempo que poderia ser útil. Acredita há uma tendência de que com o passar dos anos aumente essa sensação de que essas atividades meio venham a ocupar a maior parte do tempo.</p>
---	---

Sendo assim, como atribuído, as categorias prévias de análise conforme destacamos no capítulo IV e verificado no quadro anterior, são: a) os usos do tempo livre pelo professor universitário; b) as relações estabelecidas entre trabalho e tempo livre; c) trabalho na Universidade tomado por atividades meio; d) os impactos das tecnologias digitais no trabalho e no tempo livre.

A justificativa para as categorias escolhidas se deve primeiro pelo surgimento, nas respostas dos professores entrevistados, sobre a ocupação com atividades cujos fins não são de ensino, estudo ou pesquisa. O segundo item, além de ser o objeto desta pesquisa é também determinante para ser analisado para se compreender os fins postos ao uso do tempo livre pelo docente, cuja ocupação do tempo de trabalho é em grande parte destinada a atividades que não a de aprimoramento intelectual, docência e estudo. A última categoria se faz importante para entendermos as consequências das tecnologias na vivência temporal do professor. De forma geral perpassaremos por estes itens.

A aplicação do modelo operacional de mercado para a universidade, atende a uma lógica que acelera e encurta a temporalidade como discutido por Harvey (2000), sobre o processo de intensificação das produções de mercadorias que reduzem o próprio tempo de giro do capital para fornecer serviços mais efêmeros, desqualificados e fáceis de serem substituídos, por não marcarem a memória do

sujeito. Portanto, a compressão temporal ao lado da dinâmica do uso de novas tecnologias, torna os impactos no trabalho mais intensos ao trabalhador, transforma e ou deixa as relações mais rápidas e vazias, sem marcas e sem apreensão.

Todo o tempo de vida fica acelerado para girar os destinos dos consumos de bens e de serviços – inclusive educacionais e culturais – num *continuum* de 24/7 sem direito a descanso como destaca Crary (2014). O mesmo formato ideológico de troca constante de mercadorias pauta o andamento das condições da formação e do conhecimento. Nada muito diferente com o consumo nas atividades realizadas no tempo livre, alienado. Estas são perspectivas fundamentais para se bascular os tópicos dessa discussão.

Sendo assim, em linhas gerais, como exposto anteriormente, o termo atividade meio é relativo à perda da ideia principal do que seria, na prática, a autonomia da universidade, e ganha espaço seu oposto, a heteronomia, calcada na razão instrumental, na qual o conhecimento é mera força produtiva. Isso é uma decorrência da política neoliberal, um modelo que revigora a acumulação do capital o tornando flexível, e que diminui o papel e importância do Estado, conforme explicações de Harvey (2000) e Chauí (1999).

Com isso a universidade se converteu num centro de administração, captação e gestão de recursos para o qual o Estado indica diretamente critérios de metas e desempenho, resultando na perda de autonomia para os docentes. O imperativo é o de quantidade, mesmo que haja certa prudência e preocupação com os critérios da qualidade do que está sendo publicado que demandaria tempo e concentração e que se aproximaria da atividade fim, o problema sobre isso incorre nos dados de medida do fator de impacto das publicações. Isto se refere aos mecanismos regulados pela *Capes* que classificam os artigos ou produções acadêmicas variando seus estratos em camadas ou níveis de importância, que vão do mais alto, qualis A1 ao de menor significância, qualis C.

Para Chauí (1999), a atividade fim da universidade seria o oposto da universidade operacional, em que as atividades meio se sobressaem. Aquela que formaria o pensamento para o que ainda não foi pensado, a linguagem, a crítica, criação, descobertas, pesquisas desinteressadas de demandas institucionais e

mercadológicas, tudo o que o modelo atual não faz. Por essa via, veremos a seguir na resposta de um dos professores, a quem denominaremos de *docente 1*, que atividades meio ocupam considerável parte do tempo o que confirma a dinâmica operacional do espaço universitário e a precariedade das funções. Além disso, nos permite verificar a relação entre seu tempo de trabalho e seu tempo livre. Portanto, ao ser questionado se o seu trabalho intelectual, atividades que demandam concentração, eram realizadas na universidade, o docente 1 foi taxativo em dizer que não, como podemos observar:

Não, não é nada feito aqui... Eu acho que a gente se fosse comparar com aquela descrição que o Marx faz do trabalho por jornada e do trabalho por empreitada, o nosso é mais por empreitada, ao final de um ano você tem que apresentar uma produção científica então você vai lutando ao longo do ano para você ter atividade em todos os setores que eles cobram lá, você tem que ministrar as aulas, mas você tem que ter atividades burocráticas tipo dar o parecer e participar de comissões e conselhos tem que ter alguma produção científica tem que orientar aluno participar de banca, então você vai se organizando para no final do ano você ter uma certa produção... Não é um lugar que eu me sinto tranquilo para trabalhar. Agora você me perguntou se eu acho que deveria ser assim, eu acho que a própria instituição, mas é...toda a estrutura que a gente tem aqui no Brasil em ciência e tecnologia vai gerando essas demandas nos pesquisadores e professores universitários daí fica desse jeito, né.

Como colocado na resposta do docente1, existem cobranças e pressões para a realização de determinadas atividades, não importa como, de alguma produção, e a isso o docente 1 denomina de um trabalho por empreitada, uma produção que se aproxima mais de uma prestação de contas e deveres, ou cumprir metas, do que de uma produção de descoberta intelectual ou atividade fim, como mencionado anteriormente. À sequência de sua resposta existe uma retificação, para não isolar apenas na universidade os ditames operacionais impostos ao trabalho docente, pois a própria ciência e tecnologia do país criam demandas para os pesquisadores.

Além disso, vejamos que é importante notar que a prestação de contas é necessária no trabalho, especificamente, do professor. A natureza do trabalho criativo pode ser, a depender da área, muito próxima da concentração em momentos e temas específicos à empreitada denominada pelo docente 1. O problema concernente a esta questão, portanto, talvez esteja concentrado, justamente, na

temporalidade, na dificuldade de fazer o trabalho de forma mais radical e profunda, acima dos imperativos da ordem das atividades meio.

Essa resposta do professor pode ser analisada por partes: pressão por produção; e tecnologia no trabalho, que veremos mais a frente. Em primeiro, com relação à exigência de produção científica num espaço operacional, podemos partir daquilo que Chauí (1999) afirma sobre a impossibilidade de a universidade ser o que era para ser: um local de pensamento e autonomia. Uma ideia perdida de autonomia que é facilmente confundida pelos ministérios da educação, por exemplo, com mera autarquia. Conforme a pensadora salienta, a universidade muito rapidamente deixou de conceber a educação como um direito; ela passou a ser concebida e utilizada como prestadora de serviços.

A “qualidade” por sua vez é definida como competência e excelência cujo critério é o “atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social”; e é medida pela produtividade, orientada por três critérios: quanto uma universidade produz, em quanto tempo produz, e qual é o custo do que produz. Em outras palavras, os critérios da produtividade são quantidade, tempo e custo que definirão os contratos de gestão. Observa-se que a pergunta pela produtividade não indaga: o que se produz, como se produz, para que ou para quem se produz, mas opera uma inversão tipicamente ideológica da qualidade em quantidade. Observa-se também que a docência não entra na medida da produtividade e, portanto, não faz parte da qualidade universitária, o que, aliás, justifica a prática dos contratos flexíveis. (CHAUI, 1999, p. 6).

Porém, a ideia perdida de autonomia não é um acontecimento interno à universidade. Adorno (2008) no aforismo *reserva de propriedade*, nos fala que a ausência de autonomia é um fato comum a qualquer ser humano, seja o dono dos meios de produção, seja o empregado. A perda de autonomia determinou a impossibilidade de alcançar a humanização. E sobre essa impossibilidade da autodeterminação de si, ninguém escapa, a heteronomia, portanto, é a marca de nosso tempo. O outro docente entrevistado, a quem chamaremos de docente 2, deixa efetivamente essa impossibilidade aparecer em sua fala, quando questionado sobre se conseguiria quantificar o seu tempo trabalhado e o seu tempo livre, não soube exatamente quantificar. Nesse caso, o que se estabelece de análogo ao que o docente 1 notificou em sua resposta é que: transportar o trabalho do local de trabalho para casa, é mais produtivo por conta da tranquilidade:

na universidade eu tenho as aulas, os projetos, não é difícil somar essa quantidade de horas, só que a gente trabalha muito em casa também e quando eu digo trabalhar em casa eu sento efetivamente vou trabalhar vou desenvolver algo que eu sinto que em casa seja algo mais produtivo do que aqui, por conta do silêncio e da movimentação também talvez esse tempo eu possa contabilizar. Mas tem aquele tempo também período na noite que eu estou assistindo TV e estou respondendo email de aluno ao mesmo tempo, é difícil dizer eu estou trabalhando ou não estou trabalhando? Eu entendo como parte do trabalho a partir do momento que eu estou lendo uma mensagem e tenho preciso dar um retorno pra ele eu faço isso não importa o horário muitas vezes de madrugada também, mas é difícil quantificar quanto tempo eu gastei fazendo essas atividades, mas isso é recorrente então o que eu consigo dizer que a gente teria que cumprir 40 horas por semana já tentei fazer essa conta quanto tempo eu gasto com pesquisa, aula e mais trabalho em casa passa das 40, não tenho dúvida, tem dias que trabalho os três períodos, então trabalho 10, 11 horas, tem dias que não, que trabalho 8 horas mesmo, depende muito da dinâmica, não existe uma rotina, mas eu acho que hoje eu diria, especialmente nesses dias que trabalho aos sábados também eu diria umas 50 horas para te dizer um número. Acho que extrapola um pouco. Atividades fora, projetos, atender o aluno fora do horário também (Grifos nossos).

Vejamos que o docente 2 consegue quantificar um número de horas que passa semanalmente trabalhando, mas como visto, não consegue fazer o mesmo com o tempo livre, pois ele está impregnado do tempo de trabalho, prova disso é que as horas de trabalho semanais, no caso do docente 2, extrapolam facilmente, tendo demandas em períodos que seriam, em tese, as horas de sono. A resposta do docente 2 evidencia esse problema. Há certa confusão se está trabalhando ou não, quando se assiste à TV e responde-se ao email de alunos, concomitantemente. Existe uma ambiguidade na fala: *“a gente trabalha muito em casa”*, esse muito é o tempo inutilizado na Universidade por conta da ausência de condições do local ou refere-se a um trabalho feito em casa que ultrapassa a fronteira entre o que é a atividade do tempo de trabalho, que acaba por invadir o tempo livre?

Outro ponto importante é a contradição entre duas falas grifadas por nós na resposta do docente 2: a primeira é *“isso é recorrente”* – que se refere a trabalhar muito e fora do horário de trabalho, de madrugada, por exemplo – e a segunda é *“não existe uma rotina”*, no caso se refere a horários, que podem variar de 8 a 11 horas por dia de trabalho. Como se vê, a variação está na quantidade de horas trabalhada que será sempre para mais, nunca para menos, portanto, se é recorrente extrapolar horários, a rotina existe e se chama trabalho, logo, não há tanto tempo

livre, o que contraria uma de suas respostas ao afirmar que usufrui de tempo livre e que seria exagero dizer que não. Sob esse sentido, é interessante questionar umas das sentenças de Adorno (1995) sobre um dos usos principais do tempo livre: repor energias para um trabalho melhor no dia seguinte.

Hoje, o movimento do capitalismo tardio parece ter dado uma nova determinação a esse conceito, não raro, é comum atualmente em razão da revolução microeletrônica com inovações aceleradas da tecnologia, o slogan: *luz do dia a noite toda*¹¹. Vemos isso com a tese central de Crary (2014) de que o tempo de sono se comprime na mesma lógica desmedida que a produção se dilata, ou seja, dormimos e dormiremos cada vez menos para trabalhar mais e poder comprar mais.

O docente 2 como podemos ver, está encampado nesse ritmo por conta das supostas “facilidades” que os aplicativos tecnológicos ofertam para impulsionar a dinâmica das relações pessoais, as trocas de mercadorias e o estado do trabalho na sociedade hodierna. Sempre é relevante lembrarmos que este movimento de supostas facilidades via recurso digital diz de um giro geral que encampa o todo, ou seja, está para além dos aplicativos, porque o trabalho vem sendo protocolizado, transformado em padrões de ação como o preenchimento de uma plataforma com tempo cronometrado.

Reflexos dessa questão é vista numa das respostas do docente 2 quando foi perguntado sobre *quais atividades realiza no tempo livre*, na fala aparece a dificuldade de, talvez, admitir o descanso como um uso legítimo no tempo livre. Sutilmente, nota-se que destinar o tempo livre para descansar pode ser algo que lembre inoperância, tédio. É possível entender isso como um dos efeitos da

¹¹ No fim dos anos 1990, um consórcio espacial russo-europeu anunciou seus planos de construir e colocar na órbita terrestre satélites que refletiriam a luz do Sol para a Terra. O esquema exigia uma corrente com vários satélites em órbitas sincronizadas com a do Sol, a uma altitude de 1700 quilômetros, cada satélite equipado com refletores parabólicos retrateis feitos de um material finíssimo. Quando completamente abertos, cada satélite-espelho, com duzentos metros de diâmetro, teria a capacidade de iluminar uma área de 25 quilômetros quadrados da Terra com uma luminosidade quase cem vezes maior que a da Lua. O impulso inicial do projeto era fornecer iluminação para a exploração industrial e de recursos naturais em regiões remotas com longas noites polares na Sibéria e no leste da Rússia, permitindo trabalho noite e dia ao ar livre. Mas o consórcio acabou expandindo seus planos para incluir a possibilidade de fornecer iluminação noturna para regiões metropolitanas inteiras. Calculando que poderiam ser reduzidos os custos de energia da iluminação elétrica. (CRARY, 2014, p.13-14).

exigência por produção, atividades sobrepostas, ficar ligado 24 horas, sete dias da semana, para evidenciar que se está integrado à sociedade:

Então aí que é o problema, né? Usar esse tempo livre com qualidade porque é...eu acho que muitas vezes o tempo livre eu acabo utilizando para descansar e aí eu não sei se considero isso como tempo livre ou só como uma recomposição de energia para depois voltar para as obrigações, mas eu uso tanto...atualmente no meu tempo livre tem sido... em termos de lazer né cinema, sair com alguns amigos algumas vezes para conversar, para comer é ...i posso considerar férias também nesse sentido como tempo livre? (Grifos nossos).

Existem nessa resposta alguns indicativos da própria sociedade afundada na lógica do descarte. Primeiro, usar o tempo como descanso deslegitima o tempo como livre. Usar o tempo livre com qualidade não significa empregá-lo ao descanso, pois é colocado em dúvida se é livre um tempo destinado à recomposição das forças. No entanto, podemos admitir que é e não é. É porque significa um direito, o descanso. Não é em razão da forma e da causa, usar boa parte do tempo livre para restaurar o corpo físico fornece-nos duas situações: uma, trabalha-se muito, acima do que se deveria. Outra, o direito de descanso é na verdade como afirma Adorno (1995), antes de tudo direito do mercado e das forças materiais de produção, é por elas que se descansa.

Por outro lado, chegamos a um ponto que causa estranheza admitir que precisamos dormir, que estamos fracos, o medo de dormir e perder o ponto ou a vez, reflete as cifras da competição e da substituição muito fácil da mão de obra. Ao final da resposta se questionar se as férias poderiam ser consideradas como tempo livre, desenlaça a força exercida pela realidade da sociedade de mercado imbricada nas formas de percepção material e de pensamento das pessoas. No caso desse docente 2, esse questionamento não somente o contraria em algumas particularidades, como possibilita uma pergunta retórica: afinal, por que férias não seria considerado tempo livre? Se o período de férias não é livre, o que mais poderia ser considerado como tempo livre para aquele que está atendendo ininterruptamente as leis do trabalho?

O lema é não parar tanto quanto o sujeito que toma seu banho de sol, mascando chiclete, ouvindo rádio e folheando uma revista cheia de imagens. Um sujeito invadido por múltiplas estimulações sensoriais que lhe tomam o tempo, e evaporam com sua singularidade. Esta cena revisitada por Türcke (2010), porém, anunciada por Anders, sobre os usos do tempo livre, nos apresenta um sujeito refeito em vários sujeitos – os olhos, ouvidos, boca, pele – ganham contornos multifacetados ou vida própria a partir do movimento de cada parte do corpo ou órgãos fragmentados tanto quanto o tempo é achatado para atender as necessidades inventadas pelo capital.

Se não há tempo para acompanhar as inovações materiais técnicas urgidas pelo mercado, como imaginar apropriação cultural e formação intelectual, ou seja, atividades concentradas numa sociedade da dispersão dos sentidos? Se não conseguimos atender totalmente as demandas industriais como atender interesses que poriam em risco esse mesmo sistema de giro do capital? O tempo livre comprimido pela dilatação do tempo de trabalho tem sido um dos marcos da nossa sociedade. O docente 2, como afirmado, reitera que o trabalho de madrugada é recorrente por conta, é claro, das tecnologias digitais que seriam os objetos encarregados de resolver os problemas da humanidade. A este respeito, citamos a fala do docente 2:

Nossos grupos de extensão a gente tem grupos no *Facebook*, tem grupos no *WhatsApp*, e os alunos as vezes tem necessidade e mandam mensagens meia noite, 1 hora da manhã, eu tenho tentado deixar para o dia seguinte, mas nem sempre eu consigo, então a partir do momento que eu vou ler aquela mensagem eu entendo que eu já estou me envolvendo com o mundo do trabalho eu to no mundo do trabalho né, isso tem sido recorrente.

Conforme Crary (2014), o único trabalho capaz de deixar marcas indeléveis às pessoas, atualmente, é o desenvolvimento das nossas relações com os aparelhos que saltitam e pedem passagem tal como abelhas dando ferroadas em nossa pele. Por isso, existe uma reconfiguração das máquinas para facilitar, conforme Crary, alguns aspectos pessoais: “invenção de si mesmo a partir de um aglomerado de identidade que existem apenas como efeitos de arranjos tecnológicos temporários” (2014, p. 67).

Esse processo para Crary destaca às pessoas uma sensação de que fazem parte de algo; de que estão do lado vencedor, sendo adaptadas às engenhocas que solicitam manuseio, giro sensorial de respostas tão rápidas que se tornam involuntárias, fato que impressiona os demais com uma imagem de superioridade ou de alta capacidade. Porém tudo isto é temporário, é facilmente inutilizado e exige novamente uma reconfiguração dos sujeitos para se refazerem de si. Aquele que sabia os atalhos do aparelho antigo, já não serve mais. É necessário se desidentificar e se recriar de acordo com as tendências tecnológicas.

É a fragmentação no particular individual quando se afugenta uma identidade por várias outras com prazo de validade, inclusive, curto. Por isso, Crary (2014) nos afirma que somos “transformados em objetos indistintos da mesma expropriação em massa de tempo e práxis” (p.67). As margens dessa inquietação, na verdade, tem suas bases e características no âmago da sociedade e de suas relações no trabalho ritmado e operacionalizado pela batuta do capital.

As consequentes modificações estruturais, especificamente na universidade, pressupõe a heteronomia dos participantes, e a reificação da atividade, com trabalhos pouco significativos no plano criativo e intelectual. A esse ponto podemos remeter o trabalho na universidade como se o fosse uma produção seriada. O toyotismo pode nos servir de exemplo com a inclusão do trabalho feito de forma *on demand*, a partir da demanda imediata. Isso é a logística operacional posta em prática que se correlaciona ou se perfaz coerentemente com a fragmentação e a compressão temporal.

Essas ocorrências desastrosas têm seus laços a partir dos efeitos temporários dos aparelhos os quais brutalizam a memória que fica irreconhecível e também “muda a composição fundamental das narrativas de vida” (CRARY, p.67). Isto significa, relação de estafa, descontrole e também resistência por parte da categoria docente em admitir as dificuldades e prejuízos no aproveitamento do trabalho e principalmente do tempo livre. Além desses efeitos ao trabalho docente danificado pela escassez de tempo livre e com prejuízos críticos à concentração e memória, temos o principal disparador dessa crise: a transição do modelo industrial por céleres formas de organização do capital global e por inserção de novas

tecnologias de produção. É o que Harvey (2000) nos elucida como compressão espaço temporal a partir da acumulação flexível.

A relação entre produzir em larga escala e em tempo recorde, frutos do giro de produção capitalista, tem seus contornos bem delimitados e solidificados na educação, e vai na contramão justamente da independência de pensamento, da autonomia e da crítica, marcas imprescindíveis ao docente pesquisador, além da liberdade, que deveria ser uma característica do espaço universitário. Esses elementos têm norteado os fins das universidades públicas, com atividades realizadas em velocidades cada vez mais intensas. Os cortes na educação e a multiplicação de funções do docente deixam seu tempo ao pensamento mais comprimido e raro.

Segundo Harvey (2000), a redução do tempo de giro nos variados meios de produção capitalista desencadeia-se em “uma intensificação dos processos de trabalho e uma aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas necessidades de trabalho” (p.257). A este respeito, a docente 2, por exemplo, teve dificuldades em responder à pergunta se destinava ou não o tempo livre para a realização de atividades do trabalho. Disse não saber fazer essa distinção e solicitou que a pergunta fosse reformulada, podemos ver um trecho:

“Sim (risos). Como assim? Deixa eu pensar...é que eu acho um pouco difícil fazer essa distinção sabe? Se eu estou utilizando o tempo livre para atividade acadêmica ou se eu estou trabalhando naquele tempo, teoricamente seria meu tempo livre, finais de semana outros períodos que não estou efetivamente trabalhando na universidade...é...como seria? Você poderia explicar melhor essa ideia da pergunta?”

Ora, a ideia da pergunta é simples: você ocupa o tempo livre com afazeres do trabalho? Primeiro ratifica quase como num insight, depois entra em dúvida semelhante a uma resistência ou negação do que já sabe. A dificuldade de responder à pergunta é a dificuldade de admitir que sim, que se usa o tempo livre para o trabalho. O que confirma que o tempo livre é palimpsesto do tempo de trabalho. Para Crary (2014) o tempo de trabalho e o lazer são indistintos ou permeáveis. Em razão da invasão eletrônica em nossas vidas, gestos e hábitos

antes restritos a um local específico como o do trabalho, ganham universalidade, não existe mais fronteiras.

Mas a questão ao docente 2 foi se desdobrando até que ela respondeu que utilizar o tempo livre para a realização de atividades ligadas ao trabalho ocorre sistematicamente. “Sistematicamente. Eu não consigo passar um dia sem ter alguma...mesmo que eu não esteja com algo para cumprir, uma necessidade imediata. Acho que sim”. Perguntada se visualiza esse processo como um problema, responde: “Como um problema!? Olha, embora como eu te falei traz satisfação, prazer, você acaba sendo consumido pelo mundo do trabalho, eu acho que sim”. Cita exemplos do que seria ser consumida pelo mundo do trabalho e como evitar esse esgotamento por meio de uma busca de equilíbrio, vejamos:

Acho que o professor tem que ter muito esse equilíbrio, senão você não para de trabalhar nunca, mesmo que você não está em atividade você está pensando naquilo, então eu tô no cinema, tô assistindo um filme eu vejo: nossa aquela cena eu poderia utilizar na minha aula, eu começo a fazer essas relações, não que isso seja... não vejo tanto quanto um problema, mas, por outro lado, eu acho que eu preciso buscar equilibrar melhor e me envolver com atividades que efetivamente não tenham relação com o trabalho (Grifos nossos).

Contudo, existe ainda uma recusa em entender esse processo como um problema, embora tenha sentenciado no início da pergunta que seria. Argumenta como dito que é preciso um equilíbrio caso contrário não será possível parar de trabalhar. Bom, o docente 2 disse não ter encontrado no momento esse equilíbrio. Na sequência da resposta reafirma a necessidade de se desvincular de atividades ligadas ao trabalho em seu tempo livre: “Acho que hoje isso falta. Eu busco isso, eu tenho essa vontade”. Algo ainda do plano das ideias, uma meta a longo prazo.

O fato de o tempo livre estar impregnado pelo de trabalho que justamente não se permite uma organização do tempo livre. Não há uma autonomia do sujeito para que escolha ou percorra em atividades sem pensar nos compromissos do trabalho e muitas vezes é inescapável não escolher atividades de lazer que perfaça a mesma lógica da produção do trabalho. O docente 2 responde que não consegue organizar o tempo fora do horário de trabalho, o por quê segue abaixo:

“o tempo passa muito rápido no tempo livre, as vezes eu tenho um tempo disponível como eu te falei no início então seria um exagero dizer que não tenho, eu tenho, mas, ao mesmo tempo, eu acho que não usufruo dele, ele passa quando eu percebo acabou e já tenho que voltar para as atividades então acho que faltaria um pouco dessa ideia de melhor organização de tempo (Grifos nossos).

A resposta para a falta de organização do tempo livre perpassa pela aceleração temporal, o tempo livre é tão comprimido que ele passa e o docente 2 não percebe. Diz que tem que voltar para as atividades, que, no entanto, sabemos que nunca deixou de nelas estar, por isso, a sensação de um tempo livre inexistente, célere e desorganizado. Portanto, neste ensejo, indagamos como ela avaliaria a sua sensação de aceleração do tempo livre.

Eu não sei é... eu acho que...essa sensação de que o tempo tem passado muito rápido, a gente tem essa sensação mesmo no trabalho, essa sensação eu escuto as pessoas comentando nessa época do ano que o ano passou rápido demais que esse ano especialmente foi muito rápido, mas que todo ano a gente ouve isso, acho que por conta de cada vez mais a gente assumir responsabilidades, cada vez mais a gente assume atividades profissionais, familiares, e acho que isso que traz essa sensação de que o tempo está passando muito rápido talvez (Grifos nossos).

É o óbvio escondido. A explicação do docente percorre o trabalho. A pergunta é sobre o tempo livre, porém, a sua sensação diz respeito ao trabalho tal como grifamos. O acúmulo de funções ao assumir responsabilidades profissionais além do normal, influencia diretamente no tempo livre. As atividades relacionadas ao trabalho são tamanhas que transbordam as fronteiras do tempo que seria livre. Nesse sentido, que surge no caso do docente a universidade operacional e toda a gama de atribuições que não dão trégua ao profissional.

Sobre isto, é importante destacarmos uma fala do docente 2 que talvez seja a parte que traga uma maior diferença em relação ao docente 1. O docente 2 afirma que tem dificuldade de separar o que é profissional do que é pessoal. Entende seu lado pessoal muito prejudicado porque não consegue se desligar um minuto de sua profissão. O tempo todo está pensando em que poderia melhorar certos projetos ou atividades em sala de aula mesmo estando numa sala de cinema.

Por isso compreende que a sua função de ser docente é “ser docente o tempo todo, essa dificuldade de separar o que é profissional do que é pessoal”. Como nos diz Adorno (2008) se todos têm que ter sempre algo para fazer, então, só resta ao tempo livre ser aproveitado. O tempo livre fica análogo a empreendimentos e organizações que destilam convites ao profissional exigindo movimentos rápidos. Portanto “A vida inteira deve assemelhar-se à profissão e esconder sob tal semelhança aquilo que ainda não está dedicado de imediato ao ganho. O medo que se exprime nisso revela outro, muito mais profundo” (p.135). Um medo traduzido em perder espaço ao não se integralizar enquanto massa amorfa, por isso, é necessário fazer parte da coletivização, seguir a tendência.

Quando não se acompanha – e isso quer dizer, quando não se nada fisicamente na corrente humana – teme-se algo semelhante ao ingresso demasiado tardio no partido totalitário, que é perder a ligação e atrair sobre si a vingança do coletivo. A pseudo-atividade é um segundo seguro, expressão da disposição a se entregar, que é o único meio do qual ainda se espera garantir a preservação de si próprio (Adorno, 2008, p.135-136).

Na Universidade as demandas falam por si desse ter que se integrar para não correr o risco da eliminação. As fórmulas para isso, estão na doutrina do currículo lattes, os prazos estipulados pelas instituições de fomento, bem como a aproximação da universidade com empresas locais, adaptando a grade curricular de muitos cursos às necessidades dos mercados e indústrias vizinhos a ela, e desviando para fundações parte dos esforços de produção de conhecimento, formam o contraponto da autonomia universitária. Tudo isso, mostra o quanto o operacionalismo sufocou a qualidade do trabalho do professor e das pesquisas, que estão, cinicamente, sendo deslocadas da universidade para centros autônomos de pesquisa, de acordo com Chauí (2003).

Porém, vale lembrar que à sensação de aceleração do tempo livre, o docente 2 não identificou como sendo a compressão temporal. E cabe ressaltar que se trata de compressão porque o tempo livre está envolto pelo trabalho que não cessa de demandar movimento e produção. Embora a sua resposta tenha sido diretiva ao trabalho, sua explicação a respeito disso adentra nos usos intensivos dos aparelhos tecnológicos: “muitos estímulos, né? Internet... não sei acho que a gente

tem muita informação, muito estímulo e pouco tempo para digerir as coisas, para refletir sobre as coisas, então acho que é mais nesse sentido”.

A sobrecarga do trabalho não é visualizada ou correlacionada aos problemas de ordem estrutural da Universidade ou nos seus próprios modos de produção e funcionamento, no caso, um trabalho operacional e fastidioso como citado anteriormente. A causa da sensação de aceleração do tempo livre é respondida pelo tempo de trabalho que recai sobre usos de aparelhos comumente vendidos como distração no lazer: internet, computador e celular. Estimulações que bombardeiam tanto no trabalho porque estressam quanto no tempo livre porque paralisam no isolamento da superficialidade de contatos para atender demandas profissionais. Por essa razão, o docente 2 quando foi indagada sobre quais relações compreendia entre o desenvolvimento tecnológico, o seu trabalho e o uso do tempo, assimilou as determinações imbricadas em um e no outro com prejuízos aos usos do tempo:

A relação nesse sentido sim, eu acho que gera uma sobrecarga sim, um volume maior de trabalho, mas eu acho que a gente acaba levando isso pro tempo livre, é, talvez também porque o espaço do trabalho não é mais restrito, pelo menos na nossa realidade na universidade, eu não tenho mais restrição de espaço, não trabalho só na universidade, eu posso trabalhar em qualquer lugar por conta das tecnologias, então, eu estou viajando e posso estar trabalhando a partir do meu celular, nesse sentido acho que essa relação existe sim (Grifos nossos).

Assim como nos argumenta autores como Crary (2014) a partir dessa resposta do docente 2 fica evidente que não existe delimitação de espaços entre trabalho e lazer, já que são indistintos. Não somente o tempo livre fica comprimido, essa compressão é intensa entre o que é espaço de trabalho e espaço familiar, de descanso ou divertimento. O lócus do trabalho se alongou e espicçou os âmbitos de vida do profissional. Sob esse aspecto, voltamos ao docente 1 que explicou como parte de seu tempo de trabalho é utilizado considerando ser um desafio que não prejudique outras atividades do próprio trabalho.

Segundo diz, além da carga semanal de aulas, existem inúmeras outras atividades a serem cumpridas. Por exemplo, seu tempo de trabalho é dedicado

também para compra de materiais para a execução de suas atividades práticas ou experimentos. Sendo assim, é necessário conciliar seu tempo disponível com o deslocamento a lojas específicas para aquisição destes recursos. É um tempo que “ele tem de se virar” para não se prejudicar com os outros afazeres e, principalmente, para não ficar com seu plano de estudos prejudicado. O docente considera esses compromissos como tempo dedicado ao planejamento de suas aulas. Vejamos:

Por que, por exemplo, que nem o livro didático que eu te falei, primeiro a gente tem que ir na editora para conseguir, depois tem que bolar uma atividade para fazer com eles né usando o livro, eu trabalho bastante com atividades práticas de biologia, de física, de química. Então você gasta um tempo grande também não só você ir atrás das ideias, acho que são duas coisas uma coisa é a ideia de um experimento em si que aí do ponto de vista pedagógico você poderia explorar ali muitas maneiras então você tem que...é ir atrás dessa ideia do experimento, mas também dar um olhar...quer dizer qual a finalidade pedagógica daquilo, como que você iria trabalhar com os alunos, você tem que ir atrás do material, você tem que testar essa atividade, então por exemplo, isso é uma coisa que você gasta muito tempo, mas essa preparação pode ser prazerosa também porque é um desafio, é uma coisa que você tem que pesquisar, que você tem que elaborar, não é uma coisa que você pega essa atividade em qualquer lugar.

Podemos ver que o uso do tempo de trabalho pelo docente 1 trouxe alguns fatos que ratificam o que expusemos a partir dos argumentos de Chauí (1999) tanto em relação à universidade operacional quanto a sua principal atividade: a instrumentalidade das ocupações em seu espaço. Para isso, citamos a fala do professor que exemplifica como atividades desvinculadas de pesquisa e estudo tomam considerável parte de seu tempo.

a gente tem muita atividade ligada ao departamento, reuniões e tudo o mais, que envolve problemas do departamento, que você tem que pesquisar, ler e discutir com os colegas, propor soluções e isso é uma coisa que gasta bastante tempo. Uma atividade que tenho entre aspas, eu não sou o gestor, mas sou o membro do conselho de curso de biologia, então isso é uma coisa que demanda certo tempo e esforço, os cursos todos não sei se você tem ouvido falar eles tem passado por reestruturações, daí essas reestruturações sempre têm a ver com a legislação, então, você tem que pegar a legislação estudar, debater com seus colegas, aí ver como você vai organizar o currículo para que fique de um jeito que agrada a gente, mas também você não pode... tem que seguir o que a legislação tá falando senão o curso não é aprovado aí tem tramitações burocráticas

porque você reestrutura um curso você tem que mandar para reitoria e passa por várias instâncias até resolver...tudo isso no tempo de trabalho, mas muitas vezes eu tento fazer com que isso não me atrapalhe no fim de semana, só que tem vezes que você tem determinados prazos que você acaba trabalhando no feriado (Grifo nosso).

Como vemos, o docente ocupa, em razão de prazos, seu feriado com atividades burocráticas de trabalho, ao que parece isso é recorrente. Porém quando indagado se essa situação era, de fato, recorrente, negou que o fosse, ao menos com ele. Contudo, observa isso com frequência com seus colegas, em especial nos momentos ditos de lazer, em que as conversas ficam pautadas sobre o ambiente de trabalho e suas atribuições.

Comigo não. Eu percebo. Ate meu colega aqui ele só trabalha, eu não vejo fazendo outra coisa e se a gente vai tomar uma cerveja num boteco ou comer uma pizza que uma coisa que eu também gosto no horário do lazer, então, eu vejo que esse meu colega só conversa do trabalho no horário da cerveja, da pizza, o lazer ele ocupa falando disso.

Aqui temos indicativos de como o tempo livre é ocupado ou com quais atividades especificamente. No caso do docente 1, as suas respostas sobre quais atividades realiza comumente no tempo livre ficaram distribuídas em: primeiro lugar, o descanso, como dormir; segundo ouvir música, bem como preparar as canções, tocar violão ou pesquisar cifras musicais na internet; ir ao cinema com a família; assistir à televisão, em especial, noticiários e futebol.

O docente 1 não soube quantificar o tempo gasto em particular com estas atividades em seu tempo livre. Embora use os meios digitais como internet para escutar ou pesquisar músicas, o docente 1 não se utiliza muito dos recursos tecnológicos no seu tempo livre, tampouco permite que esses circuitos se transmutem como ferramentas de extensão do seu ambiente de trabalho como verificado com o docente 2 para a qual o trabalho não tem restrição de espaço por conta das facilidades eletrônicas.

Quando indagado se se consideraria que possui tempo livre, respondeu: “Bom, eu considero que tenho tempo livre. Por exemplo, nos finais de semana

atividades onde eu posso de uma certa forma... posso decidir como vou ocupar isso.” Sobre o que acredita ser um bom uso do tempo livre, o professor falou: “Um bom uso? Bom é...eu acho é... quando você se sente satisfeito que você vai realizar uma atividade que você gostaria, até dormir pode ser considerado um bom uso do tempo livre (risos), então...” Mais a frente quando perguntado se saberia quantificar o tempo que passa trabalhando por semana e do tempo que chamaria de livre, o professor fez a seguinte consideração:

Não consigo. É muito mais trabalhando do que tempo livre, é muito mais. Sendo que esse tempo que não é livre são demandas ligadas à família, por exemplo, atualmente eu mudei de um apartamento para uma casa e precisou fazer varias reformas na casa e começa a aparecer uma série de coisas que também vão te invadindo não só o tempo de trabalho, mas também o tempo de lazer, aí você tem que combinar coisas com seus filhos com sua esposa, então entendo que são demandas mais ligadas com a família mesmo né. Eu não consigo, eu não tenho uma noção muito clara.

Então conforme o docente 1 explica, seu tempo é muito mais ligado a ocupações de trabalho que como sabemos são utilizadas em maior parte com atividades que não caracterizam a finalidade do trabalho docente. O professor diz que se as demandas ligadas à família ocupam boa parte do tempo “livre”, então já não é tempo livre. Dito isto, o que resta de tempo livre para se dedicar ao que ele considera como “*o tempo em que não estou trabalhando com atividades da Universidade*”, é o menor tempo disponível dentre suas ocupações.

Bem, se o tempo trabalhando é muito maior do que o livre e este é ocupado em sua menor parte com aquilo que o professor considera ser tempo livre, então, fica claro que o docente está abarrotado em sua temporalidade por uma agenda de prestação de contas, preenchimento de planilhas, pareceres às revistas e bancas de concursos para professores substitutos. Elementos discutidos aqui como solidificação da universidade operacional. Estes últimos itens merecem destaque. Vejamos como o docente 1 avalia essas questões:

A parte da pesquisa é bacana, tem coisas bacanas, e a parte mais chata é a parte burocrática. A parte de prestação de contas, a gente tem muito relatório para fazer, tem um monte de coisas, pareceres. Eu lembro de uma

charge, piadinha, que tinha uma lápide num tumulo que estava escrito: “aqui jaz um parecerista”. Tudo que acontece dentro da universidade de processo de tramitações de coisas cai no parecer para a gente dar e isso toma muito tempo, muito tempo. Então os relatórios dos próprios colégios, esses projetos de extensão que o pessoal faz, o cara propõe, vem pro parecerista e você tem que falar o que achou e tal. E os outros são uma variedade muito grande. Esses processos de reestruturação de curso, por exemplo, o projeto político pedagógico do curso veio pra mim para eu dar parecer, então você tem que ler o projeto, às vezes, cento e tantas páginas, bancas também né, a banca não deixa de ser um parecer [...] Outra coisa que eu acho que esta ultrapassando a capacidade de trabalho das pessoas é o parecer para revistas. Então quando você manda um trabalho para uma revista ele tem que passar geralmente por dois pareceristas, então eles começam a chamar a gente, aí uma revista chama, a outra revista e outra revista chama e começam a vir os pareceres né.

O excesso de pareceres para revistas mostra a pressão por publicação, não importando o nível do que se produz, como questionado por Chauí (2003). Por outro lado, o docente se vê ‘impedido’ de falar ‘não’, já que necessita reforçar seu currículo e evidenciar sua produção. Com relação à pressão posta pelas instituições por produções e do que consideraria de proveitoso no tempo de trabalho, o docente entrevistado discutiu e questionou a obrigação de enviar rapidamente trabalhos sem muita análise mais aprofundada para congressos, vejamos:

[...] Eu acho que nos últimos anos por causa dessa pressão por publicação aumenta muito a demanda tanto para trabalho em congresso como para trabalho em revista. E eu acho que a qualidade caiu muito porque as pessoas têm que publicar. Diferente, eu acho que vocês que estão fazendo dissertação e tese vocês até de uma certa forma ficam com uma situação privilegiada porque...é você tem que escrever uma tese com começo, meio e fim tem que ter os capítulos, tem que fazer o referencial teórico, a gente na correria, na pressão, quando você coleta os dados as primeiras impressões que você tem você tem que publicar, você manda para um congresso, depois você manda para um revista e não passa mais por um processo de fundamentar tanto um trabalho. Você tem que fundamentar melhor porque todos os trabalhos surgem aspectos novos que na verdade você precisaria ter algum levantamento bibliográfico sobre aquilo para poder discutir, mas você não tem tempo então você vai usando as bibliografias velhas e vai mandando né. Não é uma coisa que você pega e tem o processo todo de elaboração né, são coisas muito rápidas.

O docente 1 como prioriza atividades mais concentradas, leituras lentas e pausadas, com tempo para refletir e avaliar o conteúdo que será ministrado em aula, em palestras ou para pesquisa, sente grande desconforto com a aceleração da temporalidade e a urgência por transmissão de conteúdos e resultados coletados, mesmo que sejam inócuos num primeiro instante. A perda é do próprio potencial

efetivo que os docentes poderiam vir a ter caso tivessem mais tempo e tranquilidade para pensar suas práticas e filosofias. Em cima disso, o docente 1 trouxe um pouco de sua percepção frente a colegas que não se apropriaram devidamente de determinado objeto a ponto de desnudá-lo em pesquisas ou publicações. Conforme segue:

[...] eu acho que estudar né questões que você acha interessante, ler artigos que leva tempo, eu sou uma pessoa de leitura lenta, não sou um cara que lê rápido, só que vejo também que tem colegas meus que aparentemente leram muitas coisas num período curto e não assimilaram, não conseguem utilizar aquilo, aplicar aquilo que leram, não conseguem.

Imerso numa miríade de compromissos burocráticos, outro elemento prejudicial ao trabalho do professor é a participação em bancas de concursos para substitutos, já que não são contratados professores efetivos. Toma tempo, fadiga os docentes e principalmente contribui em demasia para o processo de heteronomia da universidade. Em outras palavras, fortalece o poder da iniciativa privada em tomar conta do ensino e educação no país, pois esconde e escancara simultaneamente alguns problemas.

Outro dia me chamaram “você quer ir numa banca de concurso”... esse foi o item que não falei toda hora aparece concurso, principalmente professor substituto porque a Universidade não ta contratando os efetivos, então todo o semestre é..., aí me chamaram para um concurso que acho que era de professor substituto não sei lá em Marília, aí eu falei, mas quantos dias é isso? Ah é pra ficar cinco dias lá tinha vários candidatos, ficar assistindo aula é outra coisa insuportável, e depois você tem que pegar o currículo lattes da pessoa e ficar fazendo pontuação de currículo e depois não sei se iria ter entrevista pra argüição...não sei se iriam entregar o trabalho de projeto de trabalho para Universidade e você tinha que argüir e eu falei não, não vou. Só que do jeito que as universidades estão sem dinheiro, os governos estaduais estão sem dinheiro não sei o quê, então já tem acontecido coisas assim: a gente vai fazer, mas vai ser à distância, então fazer videoconferência, skype, então eu já, por exemplo, tinha uma...fui convidado para participar de uma banca em Maringá, mas não tinham dinheiro para bancar meu transporte e aí eu acabei fazendo por skype né...até coincidiu tal assim que eu estava sem tempo porque foi justamente na época que eu mudei de casa, então eu até pra mim achei melhor fazer por skype, mas não é bom pro trabalho, não acho legal, porque é bom você ir ao local conversar com as pessoas ter o contato com os colegas e tal, então, mas só que foi assim, então, já tá começando a aparecer situações onde você teria que pagar do seu bolso ou fazer por skype etc. E num concurso com oito candidatos você assiste oito vezes a mesma aula sobre o

mesmo assunto. O ambiente de concurso é insalubre, além de toda essa chatice burocrática, nessa altura eu podendo fugir do concurso...

Por outro lado, o docente 2 afirmou considerar que as atividades fim ocupam grande parte do seu tempo de trabalho na universidade. Conforme argumenta, a partir de sua experiência – está no estágio probatório, portanto, tem um ano e meio de universidade – entende que as atividades fim ocupam mais tempo. Em suas concepções é uma consequência de não fazer parte de certas condições, de certos colegiados que com o tempo de trabalho crê que isso mudará. Afirma que hoje as suas atividades de gestão ocupam um tempo do trabalho, mas não o suficiente para colocar num mesmo nível das atividades fim. Nesse sentido, é justo entender como o docente 2 caracteriza a partir dessas ponderações as atividades fim, que segundo informa, ocupam a maior parte do seu trabalho na universidade:

Ah com atividades fim sem dúvida. Para mim sim as atividades fim efetivamente em sala de aula com aluno, em orientações com aluno, em atividades de extensão, projetos de extensão. As outras atividades que não são fim elas ocupam um espaço até que considerável, mas não é um volume maior.

O que o docente 2 percebe pela vivência com outros docentes é que as atividades meio são demandas da carreira acadêmica que vão acontecendo conforme passam-se os anos. Segundo diz, em alguns momentos não tem como dizer não, porém, em outros é preciso dizer. Acha que atividades meio é também fundamental para fazer as outras coisas acontecerem com melhor qualidade, como as próprias atividades fim. É algo que compõe o seu trabalho, e não vê isso como um problema, mas como importante, pois é o processo para refletir sobre aquilo que está acontecendo no âmbito da universidade.

Então, para mim quando eu penso em atividade meio eu estou pensando mais na gestão, então, tem inúmeros pareceres que a gente precisa emitir, as reuniões que precisam ser realizadas de departamento, de conselho de curso etc. Mas, então isso eu tô entendendo como um processo, então numa reunião de um conselho de curso são tomadas muitas decisões que influenciam na atividade fim e acho que isso é importante pro docente, acho que ele precisa estar envolvido nessas decisões. Ele não é só o executor, ele não está só na ponta executando. Essa burocratização, esses inúmeros

pareceres, por exemplo, um projeto que passa por cinco, seis instâncias não sei efetivamente o número para te dizer, isso eu entendo como uma perda de tempo. Esse tempo poderia ser muito melhor utilizado em função da atividade fim, então é nesse sentido que eu estou entendendo.

O docente 2 compreende como atividades meio a emissão de pareceres, reuniões de departamento, de conselho de curso, etc. Entretanto, a burocratização deveria ser evitada porque toma um tempo que poderia ser útil. Acredita há uma tendência de que com o passar dos anos aumente essa sensação de que essas atividades meio venham a ocupar a maior parte do tempo.

Aqui vemos claramente um processo contraditório ao qual os professores ficam submetidos, já que várias das atividades realizadas são obrigações que trazem encargos e multiplicam-se tarefas que são resolvidas, aparentemente, por meio de uma técnica, como mencionado pelo professor, as ferramentas digitais – skype –, que “encurtam” distâncias e que trazem outros tantos problemas à questão, pois sob a égide da facilidade em realizar esses compromissos institucionais, acentua-se a baixa qualidade da avaliação, as dificuldades de comunicação, a impossibilidade de contato e em alguma medida, efetiva-se a marca da universidade operacional: a racionalidade instrumental.

Se existe o contrato de curto prazo e precário para contenção de gastos, por que, então, não sobram verbas para custear as viagens dos professores em bancas de concursos? Sob o verniz da economia de tempo e praticidade, usa-se a tecnologia para apaziguar e conciliar a agenda do professor. De outro lado, o professor iniciante não tem alternativa a não ser visualizar o processo seletivo para emprego temporário como a tábua de salvação, para não se defasar profissionalmente e adquirir “experiência” na visão mercadológica com a atividade em si. Baixo salário, sobrecarga, ensinar algo que não se sabe, ausência de recursos, tornam a flexibilização de cargos via contratos temporários, sem vínculo ou pertencimento, semelhante aos moldes da exploração do trabalho proliferados por multinacionais que se instalam em países periféricos, nos quais o capital é mais incisivo. Como podemos atestar em Harvey (2000):

A aceleração na produção foi alcançada por mudanças organizacionais na direção da desintegração vertical – subcontratação, transferência de sede

etc. – que reverteram a tendência fordista de integração vertical e produziram um curso cada vez mais indireto na produção, mesmo diante da crescente centralização financeira. (p.257).

A explosão dos contratos precários nas universidades é analisado por Chauí (1999) como ordem de “flexibilizar” ou tornar rotativo o cargo docente. A autora explica o que seria essa flexibilização em alguns pontos chaves como demonstraremos na citação a seguir tendo em vista o próprio texto do Ministério da Educação (MEC); vejamos os principais referentes à discussão aqui:

A “flexibilização”, por seu turno, é o corolário da “autonomia”. Na linguagem do Ministério da Educação “flexibilizar”, significa: 1) eliminar o regime único de trabalho, o concurso público e a dedicação exclusiva substituindo-os por “contratos flexíveis”, isto é, temporários e precários [...] 3) adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais das diferentes regiões do país, isto é, às demandas das empresas locais [...] 4) separar docência e pesquisa, deixando a primeira para a universidade e deslocando a segunda para centros autônomos de pesquisa. (p.8).

Esse processo examinado por Chauí (1999); (2003) na educação tem suas bases na política neoliberal, como mencionado na introdução desse texto, e tem estrita relação de causa com a condição pós-moderna analisada por Harvey (2000), que foi discutida nesse trabalho, sobre a compressão espaço temporal na aceleração da produção e consumo das mercadorias. A esse respeito Chauí (2003) aponta que “O conhecimento contemporâneo apresenta, entre outras características, as do crescimento acelerado, maior complexidade e tendência para a rápida obsolescência” (p.8).

Esse mecanismo que faz tudo ser obsoleto em frações de segundos foi descrito por Harvey (2000) como tempo de giro do capital. Conforme Chauí (2003) os resultados observados por Harvey na sociedade pós-moderna em torno do giro progressivo do capital trazem uma fragmentação em todos os níveis da vida em sociedade, e não somente na economia. Com o crescente aumento de conteúdos e disciplinas, visando inovação e alta permuta do conhecimento, temos no âmbito universitário o que Chauí (2003) chama de explosão do conhecimento e explosão epistemológica. A rotatividade de mão-de-obra e do saber passa a ser algo comum na universidade, além do que, temos “a vertiginosa obsolescência das qualificações

para o trabalho como consequência do surgimento incessante de novas tecnologias”[...] (p.10).

O trabalho é ainda mais intensificado com o uso das novas tecnologias. Porque como denomina Harvey (2000) as inovações técnicas geram novas demandas de trabalho, encurtam o tempo para se qualificar na mesma medida que se perde a própria noção de qualidade, seja dos produtos com obsolescência programada, seja com a ideia de formação, cada vez mais utópica como mencionado ao longo do trabalho. Ainda para o autor a aceleração do ritmo de consumo abrange a vida das pessoas em suas escolhas e também em suas atividades destinadas ao lazer, por exemplo. O tempo de vida de determinadas atividades culturais de lazer – museu, teatro, cinema, música – é menor do que de objetos de consumo como o automóvel.

A aceleração do tempo de giro na produção envolve acelerações paralelas na troca e no consumo. Sistemas aperfeiçoados de comunicação e de fluxo de informações, associados com racionalizações nas técnicas de distribuição (empacotamento, controle de estoques, containerização, retorno do mercado etc.), possibilitaram a circulação de mercadorias no mercado a uma velocidade maior. Os bancos eletrônicos e o dinheiro de plástico foram algumas das inovações que aumentaram a rapidez do fluxo de dinheiro inverso. Serviços e mercados financeiros (auxiliados pelo comércio computadorizado) também foram acelerados, de modo a fazer, como diz o ditado, “vinte e quatro horas ser um tempo bem longo” nos mercados globais de ações (HARVEY, 2000, p.258).

Dentre as tendências geradas por esse processo de racionalização de distribuição do consumo de bens, está aquilo que o autor destaca como a passagem da etapa do consumo de bens para o de consumo de serviços e nesse aspecto podemos considerar a educação, a universidade e suas exigências de qualificações e aprimoramento produtivista com o olhar à adaptação.

A esse respeito é questionável se o que se torna obsoleto é a qualificação de fato ou o amontoado de certificados obtidos para fins de atualização de mercado. O profissional ativo é a objetificação da compressão temporal. Ele está em todos os eventos, congressos e publicações ao mesmo tempo, para este não há fronteiras, nem formação, apenas a informação dos prazos, datas e local. Podemos observar como essa dinâmica tem reduzido a universidade, cuja essência se torna cada vez

mais utópica, como produtora administrada do saber. Ela se tornou espaço para se discutir o que está em voga e o que o mercado precisa atualmente. Torna-se fundamental saber qual é o assunto de que mais se fala e que iria trazer grande “impacto” numa publicação. Por isso tudo que só é possível reproduzir e reproduzir, como logo abaixo:

A compressão espaço-temporal também se faz sentir nas universidades, com a redução do tempo da graduação e da pós-graduação, assim como para as dissertações de mestrado e para as teses de doutorado. Com relação ao ensino, a velocidade é tal que a necessidade de transmitir aos estudantes a história de cada disciplina, o conhecimento dos seus clássicos, as questões que as fizeram surgir e suas transformações se tornam gradualmente coisa do passado. Em outras palavras, a absorção do espaço-tempo do capital financeiro e do mercado da moda leva ao abandono do núcleo fundamental do trabalho universitário, ou seja, da formação (CHAUÍ, 2003, p. 11).

É interessante, dessa forma, observar um aspecto essencial da aceleração da dinâmica temporal e de sua compressão: o uso das tecnologias serve para abrir ou inventar um leque de possibilidades ao professor. Se não há muito tempo para produzir algo de efetivo e denso, as aulas, ao serem gravadas e disponibilizadas, podem equilibrar sua produtividade em curto tempo e fazer com que sua curva ascenda num médio e longo prazo. O fenômeno das aulas virtuais parece ser simples e tentador, o incentivo é exatamente o aumento da publicação acadêmica. Um caminho que parece ser uma via mais fácil nessa acumulação de atividades meio, porém, é enganoso. Sobre isso, talvez seja interessante citarmos o que o site <http://eaulas.usp.br> da Universidade de São Paulo – USP – coloca como mensagem aos professores:

Você é professor da USP? Então disponibilize seus vídeos no e-Aulas, é simples, é rápido. Basta se cadastrar e você já pode publicar seu vídeo. Não sabe como produzir seu vídeo? Teve dificuldades? Entre em contato conosco! Envie um e-mail para eaulas@usp.br. Saiba que após disponibilizar seus vídeos eles serão indexados pelo SIBi (<http://www.usp.br/sibi/>). Vídeo também é produção acadêmica, publique! (grifo nosso).

Vemos que essa mensagem é indicativa da pauperização do que era para ser atividade fim. Pesquisas de excelência cedem lugar a aulas que agora contam como produções e perdem em qualidade. Ora, como visto no capítulo 2, a aula com fins de armazenamento para se tornar uma espécie de vídeo aula enviesa a tentativa de explicação e definição de determinados temas e conceitos pelo professor. O professor apresenta dificuldades para encontrar rapidamente uma terminologia que não seja “enfadonha” ou traga dificuldades a quem assistir. Pois o vídeo aula pressupõe certa dinâmica, velocidade na apresentação da temática elencando os principais pontos, e que, principalmente, otimize-se o tempo gasto, além de muitas vezes demandar que se entretenha didaticamente o aluno distante.

Por outro lado, acreditamos que, o “aluno” que assiste ao vídeo aula, fica impedido de exercer um princípio básico para que ocorra uma aula, perguntar, discutir algum ponto específico do que lhe chamou a atenção. Muito embora isso não seja uma regra absoluta e nem um problema exclusivo e específico da educação à distância, haja vista, que muitas aulas presenciais caminham para esse ponto cego da instrumentalidade técnica. Talvez fosse necessário avaliar se há um movimento básico de apropriação do que se está assistindo a ponto de gerar incômodo ou perquirições por parte do aluno.

Mas com relação à categoria sobre os impactos das tecnologias digitais no trabalho e no tempo livre, foi perguntado aos docentes se o trabalho aumentou ou diminuiu com a implementação dos recursos tecnodigitais. Ambos foram taxativos em dizer que sim, aumentou. Para o docente 1 este aumento não é correlato à inserção das tecnologias e sim das cobranças da reitoria, no caso, as tecnologias intensificaram porque tornaram as cobranças mais viáveis, fáceis de serem feitas:

É aumentou. Uma coisa insuportável é ler, ter que abrir cem emails uma quantidade absurda de emails e ficam de mandando legislação, portarias...é a maioria eu delete lá eu to numa reunião que vai ah depois eu vejo aí se precisar...mas assim eu acho que o email e as redes sociais também, passaram a ser um jeito de as pessoas te amolarem e te cobrarem coisas né, então é a quantidade de demandas e solicitações né, é um absurdo, acho que piorou muito e não sei assim se existe a...talvez, não sei se existe a noção de que com a tecnologia você consegue produzir mais e portanto vou pedir mais, não sei, ah facilitamos...mas eu não percebo... tem coisas positivas, mas no caso da Universidade atrapalha muito, até por exemplo, umas das coisas que eu desisti, eu tive um projeto de extensão que foi aprovado dois anos atrás ou três não sei e...a burocratização para você

solicitar projeto de extensão porque você tem que entrar num banco de dados da Universidade super complexo que daí você tem várias páginas que tem ir passando e não tem prazo ali ainda se você não fizer no tempo da página acabou, tanto é que na época que eu fiz primeiro assim eu peguei uma versão impressa do negócio e vi o que eu tinha que por lá e aí eu digitei no Word devagarzinho e depois eu fui copiando linha por linha. Os sistemas da Universidade aqui estão muito ruins, todos dão problemas, o sistema para o aluno fazer matrícula não dá certo.

Para o docente 2, embora aumente o trabalho, traz em outro sentido uma melhora do próprio trabalho, pois facilita o contato e a comunicação entre professor e aluno em sua opinião:

Antigamente não havia nem o email direito, o contato do professor com o aluno, por exemplo, se dava somente quase pela aula, com momento agendado e isso hoje é a qualquer momento, qualquer instante você está fazendo esse contato, então nesse sentido, aumenta sim, ao mesmo tempo, que traz uma sensação de facilitar a comunicação, não vou dizer que não traga né, mas eu acredito que facilita né, mas traz consigo essa facilidade, traz consigo esse volume maior de trabalho.

O docente 2 diante da pergunta por que as tecnologias não facilitam o trabalho, nos disse que é ao contrário, as tecnologias facilita o trabalho, embora aumente também. “Não, eu acho que facilita o trabalho sim, mas eu acho que traz um volume maior de trabalho, entende? Não sei se eu consigo ser clara com isso”. Refletimos aqui que se trata de um grande mistério a afirmação dessa resposta. Como algo que aumenta, e que logo, exige-se ainda mais e sobrecarrega o profissional fazendo-o perder grande parte de seu tempo livre com atividades de trabalho, pode ao mesmo tempo significar melhora e facilitação em razão apenas de um contato à distância e superficial entre professor e aluno? Mudamos a pergunta para: com o avanço da tecnologia por que o trabalho não diminuiu? Abaixo a resposta da docente 2:

Ahhh...é sim teoricamente deveria diminuir né? Poxa, nossa difícil essa sua pergunta... (risos)...nossa por que que a gente não trabalha menos?! Nossa...só a sociologia das profissões para responder isso (risos). É...não sei difícil responder isso, acho que a gente vai se envolvendo tanto nessa dinâmica que talvez nem pare para refletir sobre isso também. Porque essa ideia nos é vendida sempre como progresso como algo positivo e a gente

não para para refletir sobre essas questões, tanto que as pessoas que se recusam a entrar nessa dinâmica são...criticadas como eu conheço alguns professores que se recusam a ter Facebook, WhatsApp são criticadas, talvez elas estejam valorizando mais seu tempo livre a partir dessas ações (Grifo nosso).

Desse modo, a temporalidade do docente é presentificada na atual sociedade como um tempo utilizado em atividades administradas e controladas pelas tecnologias no tempo livre. Tempo livre e trabalho são amalgamados a partir de demandas profissionais cujo principal e efetivo meio é a tecnologia. A adesão em massa a essa integração atende a um apelo: seu uso facilita os afazeres em virtude da grande rapidez que ela proporciona na troca de informações e comunicações. No mesmo ritmo veloz que agiliza a resolução de alguns problemas profissionais, sobrepõem inúmeras outras demandas num só click sem permitir trégua ou pausa para respirar.

Os mesmos meios utilizados para o trabalho são empregados para o lazer sem causar resistência. Daí a ideia de, por exemplo, o computador ser uma caixa mágica cujas utilidades vão desde gerir negócios como se divertir, apaixonar-se, consumir e em menor medida se apropriar das máximas determinações subjetivas que a cultura produziu. A memória, a crítica e a reflexão dialéticas não participam desse espaço numa sociedade dispersa da capacidade de experiência, reflexo da aceleração da temporalidade na era tecnodigital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos caracterizar os fatos descritos pelas categorias e pela análise das entrevistas como consequência da prevalência, no trabalho do professor universitário, das atividades meio, um problema solidificado nos centros de ensino superior, e identificado por Chauí (1999) pelo conceito de universidade operacional. Atividades meio corresponderiam ao predomínio dos ditames burocráticos na instituição, das demandas institucionais alheias ao trabalho intelectual, de atividades administrativas, como reuniões de departamento, da pressão por produções, elaboração de pareceres, enfim, um acúmulo de funções sem acréscimo de salário e que pressupõe, para sua realização, a instrumentalização do pensamento docente. O excesso de tecnificação e o operacionalismo tornam a experiência inoperante. O âmbito da Universidade é pressionado pela tecnocracia e por funções que conforme Silva (2014) derrota a tensão entre os compromissos intelectuais, universitários e críticos que poderiam ser o sustentáculo de uma relação crítica entre teoria e prática, algo de fundamental valor para se refletir a emancipação do docente.

No interior desta relação entre a articulação tecnocrática e tecnocientífica do espaço universitário é que nos propusemos a pensar sobre as possibilidades e limites dos usos do tempo livre do professor universitário. Tentamos compreender quais formas de resistências ainda vigoram na ação de negar esta realidade crua apresentada e quais fatores poderiam servir de base para apontar diferenças e semelhanças entre docentes que se ocupam estritamente das demandas acadêmicas e dos que recusam esse mergulho tecnoburocrático.

Além disso, reconhecer onde reside a determinação, se é objetiva ou subjetiva, do docente inclinado em ocupar um pouco mais livremente suas funções e realizações extramuros universitário. Por isso, algumas questões por ora elencadas na apresentação desta dissertação tais como: qual é a quantificação por parte do docente universitário do tempo trabalhado e do tempo livre? Existiria a seu ver diferenciação entre esses processos temporais? São relevantes para se averiguar a possibilidade de uma identidade formal, ou se há distinções qualitativas verificáveis entre os respectivos processos a partir da noção de temporalidade dimensionada por eles.

Por essas razões podemos novamente expor alguns aspectos importantes a respeito das formas de resistência ou não frente às demandas normativas da vida universitária. Como fora observado no capítulo IV, no quadro 3, o docente 1 afirma categoricamente que desfruta de tempo livre, porém, reforça que não possui muito tempo livre, existe muito mais tempo trabalhando do que período livre. Algo, em tese, não muito compatível com suas respostas. Aparecem, no entanto, em suas falas considerações indicativas de que possui tempo livre maior do que este docente 1 representa a si mesmo. Ele explicita formas de resistência e de afastamento do tempo de trabalho, com atividades que se aproximariam do ócio, algo significativo, embora o docente 1 não tenha sido assertivo na ratificação disso. Por outro lado, ainda que não tenha sido peremptório em relação a essa questão, emerge para a nossa análise, que talvez, essa afirmação do docente 1 seja mais um elemento de resistência no sentido de: é possível ainda melhorar, é possível negar e resistir ainda mais a esse operacionalismo advindo das demandas universitárias.

Elementos como recusar alguns pareceres, viagens longas demais, não permitir que suas férias sejam encampadas pelas demandas de trabalho, servem, talvez, de indicativos de resistência ético-política ou até de engajamento em outras representações para além do que é formalmente tipificado à carreira docente. Nossa explicação para isso seria um maior tempo de carreira na universidade, que pode justificar uma condição maior de “autonomia”, ao menos por enquanto dada a caracterização da realidade das universidades do país. Provável que a médio ou longo prazo nem isso reste de resistência.

É importante frisarmos aqui, que este argumento explicativo é correspondente às tratativas expostas nas respostas do docente 1 e nos permitiram verificar que professores com mais tempo de universidade, muito provavelmente, aprenderam a falar o famigerado não a determinadas demandas universitárias e, assim, postularam-se como propícios à resistência das normativas acadêmicas ao executarem suas atividades de forma mais livre. Sobre esse aspecto, é provável que tenham também vivido a experiência de uma vida universitária ainda não totalmente engolida pela aceleração. Claramente, não é possível afirmar isto com segurança, mas ao menos a experiência do docente 1 nos permite indicar um caminho de resistência à aceleração.

Justamente ao contrário do que pudemos constatar com o docente 2 em estágio probatório, o qual, por sua vez, trouxe exatamente o inverso do apresentado pelo docente 1. Suas respostas num primeiro instante, novamente o quadro 3 pode ser consultado, sugeriram possuir tempo livre e seria certo exagero dizer que não havia. Contudo, nas entrelinhas de suas respostas houve, conforme pode ser constatado, uma convergência para o afunilamento de seu tempo livre. Sobrecarga de trabalho excedendo a formalidade semanal de 40 horas para até acima de 50 horas. Trabalhos aos montes aos fins de semana e de madrugada. Uso dilatado dos dispositivos móveis, que segundo afirmou o docente 2, permitem que seu âmbito de trabalho seja qualquer um, não há fronteiras mais para delimitar o espaço e momento do “agora é folga”. Tudo isso irrompe numa pergunta impactante do docente 2, “Posso considerar férias também como tempo livre?”. Uma pergunta como essa é a resposta que ratifica a urgência de reflexões críticas e de resistências ético-políticas em torno da profissão de professor em universidades.

Talvez a principal e consideravelmente mais tenaz diferença para o docente 1, além do tempo de carreira, seja a sensação pulverizada de ser docente o tempo todo. O docente 2 permite sem rigor a intromissão das demandas de trabalho em sua vida, borrando demarcações ao ponto de transmutar o profissional no pessoal, perdendo-se de vista a pessoa, o ser humano. Isto, inclusive, foi sutilmente uma queixa do docente 2: “a gente tem o tempo livre, mas a responsabilidade, a preocupação é tão grande que você acaba se envolvendo mais do que deveria com as questões do trabalho, precisa começar a entender que o trabalho termina aqui nesse ponto e aqui começa a questão pessoal”. É preciso esteja em pauta essa compreensão que, ao que parece, não obstante se tenha dimensão de sua importância, está muito distante e é cada vez mais enfraquecida pela força de crise pela qual passam as universidades.

O percurso teórico conceitual e crítico desvelado aqui nos permite dizer que não é necessário muito para afirmarmos que a universidade e seus centros de base são constantemente vitimados, agredidos por uma elaboração política neoliberal de aceleração, conforme Silva (2014) nos aponta, de perda do lugar social enquanto organismo crítico de transformação dos objetos e dos próprios homens. Esse espaço perdido, afirma o autor, é a maior violência que os centros de pesquisa ou a

universidade sofrem: sua pacificação é a mais brutal agressão à instituição ao permitir o estrangulamento do pensamento e da reflexão à tecnificação e à perspectiva pragmática consensual.

A razão instrumental é o motor de aceleração desse procedimento, por isso, é a marca das atividades meio e desse modelo de universidade operacionalizada, culminando no predomínio de técnicas na contramão da formação, do aprofundamento teórico, do tempo para realizar pesquisas e planejar com qualidade as aulas, e de vivificar a autonomia da universidade. Nessa esteira e para trazer uma definição do conceito, dos seus efeitos e o que nos reserva esse açoite ao trabalho intelectual com claros prejuízos ao tempo do professor como expusemos, especificamente, no caso do docente 2, citaremos a seguir, a consideração de Chauí (1999) a respeito da universidade administrada:

Enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento e a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, a nova universidade ou universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Regida por contratos de gestão, avaliadas por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios, etc. (p.7).

Perda das possibilidades de autonomia diz da sobreposição da reificação e de reflexos imediatos no lugar da reflexão, da dúvida e da negação da realidade em uma cumplicidade com a flexibilização do capital, com a incidência de contratos precários de trabalho e de permuta de qualificação na mesma lógica, além, claro, da aceleração de todas as atividades e do tempo de vida das pessoas. A soma desses fatores típicos da aplicação da lógica do capital na educação desdobra a ocorrência comumente nos cursos de graduação e pós-graduação de sofrerem reduções cada vez maiores do tempo para a sua conclusão.

Todavia, se há um encurtamento dos prazos, por que, então, não há um alongamento do tempo livre do professor? Um tempo livre que não seja, por vezes, absorvido por atividades referentes ao seu tempo de trabalho? Por que conforme examinado até aqui, o docente universitário tem seu tempo de trabalho e sua atividade ocupados com atividades meio que não caracterizam o pressuposto básico do exercício da docência?

A resposta está no que se tornou a universidade, reflexo da base material de vida e do intenso processo de aceleração e redução do tempo de giro da produção. Portanto, o saber na universidade é operacional, administrado, ou aquilo que podemos classificar de heteronomia da universidade autônoma. De acordo, mais uma vez com Chauí (2003), um local de contratos de gestão e flexíveis, de grandes indicadores de produtividade, precarização e com:

normas e padrões completamente alheios ao conhecimento e a formação intelectual, a universidade é pulverizada em microorganizações que usam o tempo dos professores e submetem os alunos a exigências não relacionadas com o trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é evidente, com o aumento excessivo das horas de ensino, a redução do tempo dedicado à graduação de mestres e doutores, a avaliação baseada na simples quantidade de publicações, simpósios e congressos, o número crescente de comissões e relatórios etc (p.12).

Se atividades meio, ou a razão instrumental técnica, tornaram-se as formas principais de atuação da profissão docente, é oportuna a indagação de Silva (2014) quando argumenta a respeito do desequilíbrio entre meio de produção e aprimoramento da civilização quando nesse curso histórico triunfa exatamente estes meios, a razão técnica instrumental: progresso para quê, afinal? A resposta talvez possa soar em perguntas como no para quem este progresso serve, a quem ele atende. Aos interesses de quem ele é nomeado de progresso? E por que persiste? Levando-se em conta que o que se extrai de um mundo administrado ideologicamente são as consciências reificadas e a impossibilidade de emancipação, Silva (2014), questiona: “qual é a causa desse obscurecimento? Ela pode ser encontrada, segundo Adorno, numa atitude de hiper-realismo que leva as pessoas a entenderem que a única conduta coerente perante a realidade (o existente) é a adaptação”. (p.89).

Dessa forma, vemos ocorrer uma desorientação geral nas universidades e se desenvolverem evidentes barreiras para que o professor não exerça aquilo para o qual é designado, em essência, ou como motivo principal: ensinar com tempo disponível, pesquisar, fazer extensão, e principalmente, sem prejudicar seu tempo livre. Disso resulta que o professor fica desautorizado de exercer sua profissão. A intensificação do processo de heteronomia e a absorção dos espaços educacionais pelo capital especulativo financeiro, tal como se discutiu até aqui, levam-nos a considerar que a educação se degrada ininterruptamente.

Os principais e mais importantes aspectos desse sistema são: diminuição dos recursos e da infraestrutura, para que a iniciativa privada acelere seu plano de apropriação do ensino; aumento vertiginoso no número de alunos em sala de aula – eventualmente incorporando novas tecnologias de ensino a distância, ao passo que diminui drasticamente o quadro de professores com dedicação exclusiva; minimização do tempo disponível do professor para dialogar e discutir com os alunos, bem como desenvolver suas atividades de planejamento de aula e de pesquisa, fato que faz consumir desenfreadamente o que seria seu tempo livre. A heteronomia dos centros de pesquisa e ensino são, neste sentido, ressonâncias do aceleração das formas de vida na sociedade capitalista, como de uma temporalidade suprimida das mais variadas formas de objetivações e subjetivações, assim como fora refletido sobre as teses de Hartmut Rosa em *Aliénation et accélération*, na crítica à temporalidade no capitalismo tardio.

A maior implicação desse sistema difuso de aceleração material do capital à educação é a compressão temporal e o operacionalismo do ensino, que exigem ao extremo do docente. Essa solicitação demasiada tem algumas razões, no caso, o intenso e corrosivo processo de retraimento do quadro de funcionários gerais e do próprio corpo docente, por exemplo. Como, dessa maneira, suprir as demandas das universidades em grande maioria recheada de atividades meio? A figura do docente é obrigada a fazer o trabalho que seria de vários professores que não foram contratados.

O tempo do professor é ocupado e sobrecarregado de tal maneira que não há tempo para as atividades relacionadas ao aluno, ao ensino e tampouco à pesquisa. O tempo é utilizado e submetido a cobranças institucionais, elaboração de relatórios

e peças burocráticas que tornam a universidade um local em que vigora o operacionalismo puro: um ambiente kafkiano. Admitimos todas essas problemáticas de ordem estrutural produtiva, ética e política, a partir do eixo da temporalidade, da análise teórica deste trabalho de dissertação, das observações pontuadas nas entrevistas com os docentes. Para além disso, levantamos reflexões sobre os usos do tempo livre do docente universitário, concluindo que ele se transmutou em um palimpsesto do tempo de trabalho, o que indica que se tornou urgente reflexões e pesquisas sobre a dimensão temporal na universidade e políticas de resistência para a reformulação radical desse quadro.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.
- ADORNO, Theodor. **Dialética Negativa.** Tradução: Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.
- _____. **Educação e Emancipação.** Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. **Minima Moralia:** reflexões a partir da vida danificada. Tradução: Gabriel Cohn. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2008.
- _____. **O que significa elaborar o passado.** In: Educação e Emancipação. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.
- _____. **Tempo livre.** In: Palavras e Sinais – Modelos Críticos 2. Tradução: Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Editora Vozes. 1995.
- _____. **Teoria da Semiformação.** In: Teoria Crítica e Inconformismo: novas perspectivas de pesquisa. Pucci, Zuin & Lastória (orgs.). Campinas, SP: Autores associados Ltda. 2010.
- AGAMBEN, G. **Infância e história:** destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte. UFMG. 2008.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas:** magia e técnica, arte e política. Tradução: Sergio Paulo Rouanet e Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense. 2013.
- _____. **A modernidade e os modernos.** Tradução: Heindrun Krieger Mendes da Silva; Arlete de Brito e Tânia Jatobá. 2ª edição. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro Ltda. 2000.
- BERNHEIM, C. T; CHAUI, M. S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento:** cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior – Brasília: UNESCO, 2008.
- BRAMANTE, A. C. **Lazer:** concepções e significados. Licere. Belo Horizonte. V.1, n. 1, p. 9-17, 1998.
- CHAUI, M. S. **A Universidade Operacional.** Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 4, n. 3, Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, 1999. ISSN Eletrônico: 1982-5765.
- _____. **Manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo.** Disponível em: www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full. Edição 113, publicado em 27 de junho 2013.

CORDEIRO, M. C. **“Você tem tempo?” Uma análise das vivências temporais dos cientistas sociais na sociedade contemporânea.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em <https://circuitoacademico.files.wordpress.com/2014/06/voce-tem-tempo-marina-de-carvalho-cordeiro-tese.pdf>

CRARY, J. **Capitalismo tardio e os fins do sono.** Tradução: Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Cosac Naify. 2014.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto. 2004.

DUCI, J. R. **Prejuízos Educacionais: a semiformação intensificada.** Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara). Disponível em <http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115776/000809525.pdf?sequence=1>

DUMAZEDIER, J. **A revolução cultural do tempo livre.** Tradução: Luiz Octávio de Lima Camargo. São Paulo. SESC-SP. 1994.

_____. **Planejamento de Lazer no Brasil: a Teoria Sociológica da Decisão.** São Paulo. SESC-SP. 1980.

_____. **Sociologia empírica do lazer.** São Paulo. Ed, Perspectiva. 1979.

GOMES, C. L. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas.** Belo Horizonte. UFMG. 2008.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves: São Paulo. Edições Loyola. 2001.

KALLAJIAN, G. C. **Implicações da tecnologia digital no trabalho docente de ensino superior.** Dissertação (mestrado) - Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação, 2012. Disponível em <http://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000205947.pdf>.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Tradução: Paulo Quintela. Lisboa. Edições 70 Lda.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça.** Introdução Marilena Chauí. Tradução: Teixeira coelho. Editora Unesp. São Paulo. 1999.

LASTÓRIA, L. A. C. N. **O Torre Eiffel: diversão como rito sado-masoquista.** In: Tecnologia, Cultura e Formação... ainda Auschwitz. Pucci, B. LASTÓRIA, L. A.C. N. Costa, B.C.G. (orgs.). São Paulo: Cortez. 2003.

LOPES, A. H. R. G. P; ZUIN, A. A. S. **Educação@tecnologias digitais: uma investigação do caso “diário de classe” do facebook.** Linhas Críticas, Brasília, DF, v.19, n.40, p. 631-647, set./dez.2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193529988009>

LOSSO, E. G. B. **Teoria crítica e América Latina: desafios da crítica literária.** In: Teoria crítica na era digital: desafios. Pucci; Franco; Gomes (orgs.). 1. Ed. São Paulo: Nankin. 2014.

MAAR, W. L. **Adorno, Semiformação e Cultura.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 83, p. 459-476, 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

MAIA, A. F. **Cronos acorrentado? Notas sobre a temporalidade na cultura digital.** In: Teoria crítica na era digital: desafios. Pucci; Franco; Gomes (orgs.). 1. Ed. São Paulo: Nankin. 2014.

MARCELLINO, N. C. Lazer e educação. Ed, Papirus. Campinas. 2007.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASCARENHAS, F. **Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer.** In: Dialética do lazer. PADILHA, V(org.). São Paulo: Cortez. 2006.

MATOS, O. **Educação para o ócio: da acídia à preguiça heróica.** In: Adauto Novaes. (Org.). Mutações: elogio à preguiça. São Paulo: SESC-SP. 2012.

MAYA, P. V. R. **Trabalho e tempo livre: uma abordagem crítica.** In: JACQUES, M. G. C., et al. org. *Relações sociais e ética* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 31-47. ISBN: 978-85-99662-89-2. 2008.

MEDEIROS, E. B. **Educação para o lazer.** Boletim de Intercambio. Rio de Janeiro: 1980.

NASCIMENTO, L. F; PESSOA, R. W. A. **O lazer como um aspecto a ser considerado na qualidade de vida no trabalho.** Revista Alcance - Eletrônica, Vol. 18 - n. 2 - p. 07-18 / abr-jun 2010.

PADILHA, V. **Tempo Livre E Capitalismo - Um Par Imperfeito.** Editora Alínea. 2000.

PINO, I; ZUIN, A. A. S. **A cultura digital e a formação dos professores: uma questão em debate.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 121, p. 967-972, out.-dez. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

QUEVEDO, L. B; FLECK, C. F; CARMO, K. L. F. **O regime de dedicação exclusiva e a gestão do tempo: estudo de caso com docentes universitários.** ReCaPe Revista de Carreiras e Pessoas, São Paulo. V.03 n.03 Set/Out/Nov/Dez 2013.

ROSA, H. **Aliénation et accélération**. Vers une théorie critique de La modernité tardive. Traduit de l'anglais par Thomas Chaumont. Éditions Nordic Summer University Press, en 2010.

SANTI, A. M. **Walter Benjamin: Tempo de Escola, Tempo de agora Prolegômenos para uma educação para dias feriados**. Educação & Sociedade (Impresso), v. 33, p. 205-216, 2012.

SARRIERA, J. C.; PARADISO, A. C.; MOUSQUER, P. N.; MARQUES, L. F.; HERMEL, J. S.; COELHO, R. P. S. **Significado do tempo livre para adolescentes de classe popular**. Psicologia Ciência e Profissão, v. 27, p. 718-729, 2007.

SARRIERA, J. C.; ZANDONAI, Z. ; HERMEL, J. S.; MOUSQUER, P. N.; COELHO, R. P. S. **A relação entre pesquisadores e escolas públicas: um diálogo a do tempo livre**. Psicologia e Sociedade, v. 19, p. 85-89, 2007.

SILVA, F. L. **Universidade, Cidade e Cidadania**. José, V (org). São Paulo: Hedra, 2014.

SILVA, J. D. **Temporalidade do presente, experiência e tempo livre**. In: Teoria crítica e formação cultural: aspectos filosóficos e sociopolíticos. Zuin; Lastória; Gomes (orgs.). Campinas, SP: Autores associados. 2012.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução: Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

TURCKE, C. **Sociedade excitada: filosofia da sensação**. Tradução: Antonio A. S. Zuin. Campinas: Unicamp. 2010.

ZUIN, A. A. S. **Copiar, colar e deletar: a Internet e a atualidade da semiformação**. Pro-Posições | v. 24, n. 3 (72) | p. 139-159 | set./dez. 2013.

_____. **Educação a distância ou educação distante? O programa universidade aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 935-954, out. 2006, 935. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>